**Oferta de Recursos e Subsídios Financeiros para Apoio aos Esforços de Inovação das Empresas**

“O processo de inovação se sustenta em uma base educacional; uma infraestrutura de conhecimento científico e tecnológico; em políticas públicas adequadas e continuadas - que contemplem os aspectos regulatórios, fiscais e financeiros -; em empresários inovadores e na existência de um marco legal que incentive e atraia investimentos para o setor produtivo”.

Apresentação de Lucia Melo - CGEE- 2010

**Relatório Atualizado em dezembro de 2014**

**REDETEC**

Introdução

Capítulo 1. POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCO LEGAL DE INOVAÇÃO

Políticas Públicas de Apoio à Inovação nas Empresas

Marco Legal da Inovação no Brasil

Lei no. 8.661, de 2/6/1996

Lei de Inovação federal (Lei no. 10.973, de 2/12/ 2004)

Leis estaduais de inovação

Lei do Bem (Lei no. 11.196, de 21/11/ 2005), regulamentada (o capítulo III somente) pelo Decreto no. 5.798, de 76/ 2006.

Leis e decretos que alteraram o Capítulo III da Lei do Bem

Lei no. 12.349, de 15/12/2010, que alterou a Lei de Inovação

Lei dos Fundos Setoriais

Lei Complementar no. 123, de 14/12/2006

Capítulo 2 - OFERTA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INOVAÇÃO

2.1. RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (Agência de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)**

1. Subvenção Econômica à Inovação – Chamada Nacional
2. Subvenção Econômica à Inovação – Programa Tecnova (em parceria com os Estados) – Chamada Descentralizada

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

* 1. BNDES Fundo Tecnológico (BNDES Funtec)

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

1. Programa RHAE – Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (Pesquisador na empresa)
2. Programa Inova Talentos (em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL)

**Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs)**

**FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia**

1. Pappe Subvenção Econômica (Tecnova (e parceria com Finep)
2. Pesquisador na Empresa (Programa RHAE /CNPq)
3. Apoio à Inovação Aberta
4. Apoio à Cooperação entre Empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)
5. Apoio a Projetos Cooperativos com grandes empresas
6. Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação no Parque Tecnológico da Bahia – Bolsas ProPARQ

**FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvovimento Científico e Tecnológico**

1. Programa de Apoio à Pesquisa e Projetos de Inovação em Empresas (PINOVA)
2. Programa de Bolsa de Pesquisador Colaborador (BPC)
3. Programa de Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tencológico Regional (DCR)
4. Programa de Bolsa de Fixação de Pesquisador (BFP)

**FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás**

1. Tecnova (em parceria com Finep)
2. Programa de Bolsa de Pós-Doutorado nas Empresas

**FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**

1. Programa Inventiva (em parceria com BDMG, Sebrae/MG e FIEMG)
2. Tecnova (em parceria com Finep)
3. Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPE)

**FAPPR – Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná**

1. Tecnova (em parceria com Finep)

**FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco**

1. Bolsas de pós-graduação
2. Tecnova (em parceria com Finep)
3. Apoio a parcerias com instituições de pesquisa
4. Convênios para projetos de pesquisas de empresas

**FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

1. Tecnova (em parceria com Finep)
2. Apoio ao Desenvolvimento do Design (em parceria com Firjan e Sebrae/RJ)
3. Apoio à Inovação Tecnológica
4. Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia da Informação
5. Apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social
6. Apoio à Inovação e Difusão Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro
7. Auxílio a Projetos de Inovação Tecnológica
8. Bolsa de Inovação Tecnológica

**FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul**

1. Pesquisador na Empresa (em parceria com Sebrae/RS)
2. Tecnova (Programa de Apoio à Inovação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) (em parceria com Finep)

**FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina**

1. Pós-Doutorado Empresarial (em parceria com Capes)
2. Programa Tecnova/SC (em parceria com Finep)
3. Programa Sinapse da Inovação – Operação SC

**FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**

1. Programa PIPE – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas
2. Programa PIPE/PAPPE Subvenção – Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Tecnova) (em parceria com Finep)
   1. RECURSOS REEMBOLSÁVEIS

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

1. BNDES FINEM
   1. BNDES Inovação: linha de financiamento de apoio à inovação, com valor mínimo de R$ 1 milhão
   2. Setoriais (P&G)
   3. Internacionalização
   4. Aquisição de Bens de Capital
   5. [Aquisição de Bens e Serviços Importados](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/importacao.html)
2. BNDES Automático
3. Cartão BNDES
4. BNDES Limite de Crédito
5. BNDES MPME Inovadora – Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora
6. BNDES P&G (Petróleo e Gás Natural)
7. BNDES Proengenharia – Programa de Apoio à Engenharia
8. BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento – Inovação e Máquinas e Equipamentos Eficientes

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (Agência de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)**

1. Finep Inova Brasil – Programa de Incentivo à Inovação nas Empresas Brasileiras
2. Plano Inova Empresa
3. Inova Petro (em parceria com BNDES e Petrobras)
4. Inovacred

**Ações Regionais**

**FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia**

**FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação (em parceria com BDMG)
2. Programa de Apoio a Empresas em Parques Tecnológicos - PROPTEC (em parceria com BDMG)

**Agências Estaduais de Fomento**

**DesenBahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia**

1. FNE – Micro e Pequenas Empresas
2. FNE – Indústria, Comércio e Serviços
3. BNDES Automático

**GoiásFomento – Agência de Fomento de Goiás**

1. BNDES Automático
2. BNDES PSI Investimento

**BDMG – Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação
2. PROPTEC

**Fomento Paraná – Agência de Fomento do Estado do Paraná**

1. Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas
2. Banco do Empreendedor Médias Empresas
3. BNDES PSI Investimento
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**AgeRio – Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro**

1. AgeRio Arranjos Produtivos Locais
2. Finep Inovacred
3. BNDES Automático
4. BNDES PSI Investimento

**Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS**

1. Finep Inovacred

**Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina**

1. Badesc Microempresa
2. Badesc Fomento
3. BNDES Automático
4. Finep Inovacred

**Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista**

1. Linha Incentivo à Tecnologia
2. Linha Incentivo à Inovação
3. Linha FUNCET
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**Bancos estaduais**

**Banco de Desenvolvimento do Paraná**

1. Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas
2. Banco do Empreendedor Médias Empresas
3. BNDES PSI Investimento
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul**

1. BNDES Automático
2. BNDES PSI Investimento
3. Finep Inovacred

**BDMG – Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação
2. PROPTEC

**Basa – Banco da Amazônia**

1. FNO Micro e Pequena Empresa (FNO MPE)
2. FNO Amazônia Sustentável
3. PROGER Urbano – Micro e Pequena Empresa Investimento
4. BNDES PSI Investimento

**BNB – Banco do Nordeste**

1. Programa de Financiamento à Inovação (FNE Inovação)
2. BNDES PSI Investimento
3. BNDES Automático

**Bancos federais**

**Banco do Brasil**

1. Proger Urbano Empresarial
2. BB Crédito Empresa
3. FCO Empresarial
4. BNDES Automático

**Caixa Econômica Federal**

1. Microcrédito Produtivo Orientado Crescer Caixa
2. Bens de Consumo Duráveis
3. Proger Investimento
4. FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste)
5. FDA (Fundo de Desenvovimento da Amazônia)
6. BNDES Automático

**Bancos privados**

**Banco Bradesco**

1. CDC APL – Arranjos Produtivos Locais
2. BNDES Automático
3. BNDES Profarma
4. BNDES Prosoft

**Banco Itaú**

1. BNDES Automático
2. BNDES Profarma
3. BNDES Prosoft

**Banco Santander**

BNDES Automático

* 1. RECURSOS EM PARCERIA COM AS ICTs

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

Fundos Setoriais e FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Plataformas do Conhecimento

* 1. RECURSOS SUBSIDIADOS PARA CONSULTORIAS E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROTOTIPAGEM

**Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**

1. Programa SEBRAETEC
2. Sebrae Mais – Programa Sebrae para Empresas Avançadas
3. Programa Agentes Locais de Inovação (ALI)

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos**

Sibratec – Sistema Brasileiro de Tecnologia

**SBRT – Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas**

**Firjan e Sebrae/RJ**

Programa de Apoio ao Design, de Produto e Prototipagem

**CNI/Senai e Sebrae**

Procompi – Programa de Apoio à Competitividade de MPI (Micro e Pequenas Indústrias)

**FAPEMIG**

Programa de Apoio à Melhoria e Inovação Tecnológica - AMITEC (em parceria com Retec e FIEMG)

* 1. PRÊMIOS DE APOIO AOS ESFORÇOS DE INOVAÇÃO

Prêmio Finep de Inovação

Prêmio Nacional de Inovação

Prêmio Idea/Brasil

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)

* 1. OUTROS MECANISMOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM P&D

Lei do Petróleo - Cláusula de P&D

Setor de Energia Elétrica – Cláusula de P&D

Setor de Saúde – Incentivos para P&D

Setor de Informática e Automação – Incentivos para P&D

Setor de Nanotecnologia – Incentivos para P&D

* 1. FUNDOS DE AVAL

FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) – Sebrae

FGO (Fundo de Garantia de Operações) – Banco do Brasil

FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) – BNDES

SGC (Sociedade de Garantia de Crédito)

FDA (Fundo de Aval) – Desenvolve SP

* 1. VENTURE CAPITAL E EMPREENDEDORISMO

O que é Venture Capital

Estágios de empresas e tipos de recursos

* 1. Investimento anjo
  2. Capital semente (seed money)
  3. Venture capital
  4. Corporate venturing
  5. Private equity

Vantagens do venture capital para empreendedores

Processo de investimento

Como estruturar a empresa para receber investimento

Instituições vinculadas ao tema

Outros programas de venture capital

* 1. OUTROS MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Crowdfunding

Capítulo 3 - INCENTIVOS FISCAIS

|  |
| --- |
| * 1. **INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS** |

Programa de incentivo à inovação tecnológica e adensamento da cadeia produtiva de veículos automotores – Inovar-Auto

Incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo

Incentivos fiscais para desenvolvimento regional (investimentos em projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, por empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste)

Incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica

Incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária

Benefícios fiscais para empresas de Tecnologia da Informação

REPETRO – Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás Natural

Lei das Debêntures em Sociedade de Propósito Específico (SPE) e sua regulamentação

* 1. **INCENTIVOS FISCAIS ESTADUAIS**

Bahia

Ceará

Goiás

Minas Gerais

Paraná

Pernambuco

Rio de Janeiro

Rio Grande do Sul

Santa Catarina

São Paulo

* 1. **INCENTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS**

Salvador (Bahia)

Fortaleza (Ceará)

Goiânia (Goiás)

Belo Horizonte (Minas Gerais)

Curitiba (Paraná)

Recife (Pernambuco)

Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

Florianópolis (Santa Catarina)

São Paulo (São Paulo)

Anexo - CONCEITOS E GLOSSÁRIO RELACIONADOS AO MAPEAMENTO

**INTRODUÇÃO**

Este documento trata de mapear e consolidar os recursos existentes para a inovação, no país, identificando gargalos entre fomento e demanda da empresa.

Este mapeamento seguiu a lógica de recursos voltados para as empresas, como também os recursos disponíveis para as suas interações com ICTs, especificamente para o consecução dos esforços de inovação das empresas, em geral, e o setor de P&G, em particular.

Não foram mapeados os recursos exclusivos para ICTs. Não obstante, aqueles recursos não são desenhados para as empresas e sim para as ICTs, fortalecerem a infraestrutura laboratorial e da pesquisa e desenvolvimento que, de alguma forma impacta nas empresas, em especial as empresas nascentes nas universidades e centros de pesquisa.

Foram inseridos no mapeamento o contexto das políticas públicas federais, que se instrumentalizam nas linhas de financiamento e os subsídios disponibilizado para as empresas. Portanto, o capítulo 1 trata das políticas públicas e o marco legal que dá origem aos recursos; o capítulo 2 mapeia a oferta disponível; e o capítulo 3 os subsídios e incentivos fiscais.

Importante lembrar que este mapeamento, encomendado em 2014, representa um retrato das condições encontradas até o momento, fim do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, e que, como já vem sendo sinalizado, todos as linhas de financiamento e subsídios podem vir a sofrer mudanças incrementais (como exemplo o aumento das taxas de juros no BNDES), como radicais (como a suspensão de alguns subsídios fiscais).

Por fim, a REDETEC – Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro, para cumprir sua missão de articulação da oferta de conhecimento de suas associadas, com a demanda proveniente das empresas, vem trabalhando para se tornar reconhecida como a instituição capaz de assessorar as empresas na busca do financiamento mais adequado para apoio ao desenvolvimento de um novo produto ou processo.

**CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS E PROGRAMAS DE APOIO À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO**

Objetivo desta seção é salientar que os recursos disponíveis para as empresas no país, oriundos do governo federal, são resultado de uma política de desenvolvimento industrial e de apoio aos esforços de inovação.

Até dezembro de 2014, ao fim do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, a política vigente, que deu origem aos programas de financiamento e subsídios fiscais mapeados, é refletida no **Plano Brasil Maior (2011-2014).** Este, representaa política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira focada no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, objetivando desenvolvimento econômico e social e ganhos sustentados da produtividade do trabalho.

O Plano adota/adotava[[1]](#footnote-1) medidas importantes de desoneração dos investimentos e das exportações para iniciar o enfrentamento da apreciação cambial, de avanço do crédito e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, de fortalecimento da defesa comercial e ampliação dos incentivos fiscais e facilitação de financiamentos para agregação de valor nacional e competitividade das cadeias produtivas.

O Plano Brasil Maior – Governo Federal é Focado no **estímulo à inovação e à produção nacional** para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo.

Possui vários Programas como o Programa Inova Empresa: que trás novidades ao SNI (Sistema Nacional de Inovação) porque reorganiza a oferta de recursos e subsídios à inovação:

1. Fomento a planos de inovação empresariais.

2. Descentralização do crédito e da subvenção econômica para médias e pequenas empresas.

3. Novo modelo de fomento à inovação: Articulação de programas de diversas instituições públicas (ANP, ANEEL, SEBRAE, Diversos Ministérios, BNDES, etc.),

4. Uso coordenado dos instrumentos: crédito, subvenção, renda variável e não reembolsável,

5. Gestão integrada para todas as modalidades de participação no programa,

6. Redução de prazos e simplificação administrativa.

Vem daqui, por exemplo, a atuação conjunta BNDES e FINEP para apresentação dos Inovas Setoriais (como o Inova Petro), onde as linhas disponíveis são apresentadas unicamente para as empresas.

Além do Plano Brasil Maior, o governo federal possui uma **Estratégia Nacional para C,T&I,** capitaneada pelo MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela destaca a importância da ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento do país, e estabelece diretrizes que orientam as ações nacionais e regionais para o período de 2012 a 2015. A ENCTI ratifica o papel indispensável da inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do Brasil, com ênfase na geração e na apropriação do conhecimento científico e tecnológico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de um ambiente empresarial mais competitivo no plano internacional.

Esta Estratégia Nacional informa quais são os **Temas/Setores Estratégicos do governo,** que orientam as instituições de fomento no direcionamentos de linhas específicas para financiamento.

São considerados prioritários os seguintes setores econômicos e áreas do conhecimento: Aeroespacial; Aeronáutico; Biotecnologia; Complexo da Saúde; Defesa; Desenvolvimento social e tecnologia assistiva; Energias renováveis; Nanotecnologia; Novos materiais; Petróleo e gás; Tecnologias da informação e comunicação; Tecnologias limpas

Outro mecanismo de politica pública importante é o **PSI (Programa de Sustentação do Investimento). Com vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2015**, o PSI teve suas taxas de juros elevadas, agora em dezembro, embora  ainda bastante competitivas, frente a oferta de financiamento reembolsáveis dos bancos privados. É com o PSI que o BNDES pode ofertar linhas de financiamento atrativas para as empresas. As taxas do PSI, que variavam de 4% a 8% ao ano, **vão ficar, em 2015, entre 6,5% e 11% ao ano**. A nova medida está em linha com o plano de ajuste fiscal do governo, ao mesmo tempo em que ainda garante o estímulo ao investimento.

Criado em meados de 2009, entre as medidas anticíclicas de enfrentamento da crise internacional, o PSI destina-se, principalmente, ao financiamento à aquisição de máquinas, equipamentos, ônibus, caminhões e **projetos de inovação**.

É o Marco Legal da Inovação[[2]](#footnote-2) no Brasil que viabiliza alguns instrumentos significativos para as empresas. Alguns exemplos de Marco Legal que impacta na oferta de recursos e incentivos:

**Lei nº 8.661, de 2/6/1993[[3]](#footnote-3).** Dispõem sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária. Esta lei introduziu a concessão de incentivos fiscais para estímulo à capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária nacionais por meio de Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA). Por tratar-se de estímulo ao desenvolvimento na indústria e na agropecuária, ainda que sem o propósito específico de gerar inovação, esta lei pode ser considerada como a primeira legislação brasileira sobre inovação. Ela foi, posteriormente, alterada pela **Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997**[[4]](#footnote-4). Foram as leis precursoras da Lei de Bem publicada em 2005.

**Lei de Inovação federal (Lei no. 10.973, de 2/12/ 2004)**, regulamentada pelo Decreto no. 5.563, de 11/10/2005. a Lei de Inovação federal dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estabelecendo medidas com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país, nos termos dos art. 218 e 219 da Constituição.

A Lei de Inovação é um marco para o processo de inovação no país, e apresenta um conjunto de medidas de incentivos à inovação científica e tecnológica, com esforço concentrado em P,D&I que contribuam para o aumento da competitividade das empresas nos mercados interno e externo, com ênfase no estabelecimento de alianças estratégicas para cooperação entre ICT e setores empresariais, compartilhamento de infraestrutura e incubação de empresas. Além disso, regulamenta os mecanismos de transferência de tecnologia entre universidades e centros de pesquisa e empresas, as formas de participação do pesquisador nos ganhos econômicos, bem como sua mobilidade para participar da criação de empresas de base tecnológica (spin-off), autoriza a criação de fundos mútuos de investimento e institucionaliza a atividade dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades públicas. Estas unidades são responsáveis por tratar da politica de inovação das ICTs, da política de propriedade intelectual e dos processos de transferência de tecnologia.

**As Leis Estaduais de Inovação** derivam da Lei de Inovação federal, transpondo-se para o ambiente estadual, os preceitos da lei federal. A ICT pública passa a ser a da esfera estadual, genericamente definida, nestas leis, como órgão ou entidade integrante da estrutura da administração pública estadual direta ou indireta que tenha por missão institucional executar atividades de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Permanece a necessidade da existência de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) na ICT pública estadual para gerir sua política de inovação, em especial, sua política de propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Normalmente, estas leis estaduais trazem medidas para fortalecer o Sistema Estadual de Inovação, incluindo medidas aplicadas a seus parques tecnológicos e incubadoras tecnológicas no Estado. Também preveem subvenção econômica e, em algumas delas, incentivos fiscais para projetos de inovação de empresas no Estado.

**A Lei do Bem (Lei no. 11.196, de 21/11/ 2005), regulamentada (o capítulo III somente) pelo Decreto no. 5.798, de 76/ 2006.** recebeu este rótulo por trazer diversos capítulos e seus respectivos artigos, que, segundo o Poder Executivo, fazem bem ao ambiente produtivo do país. Inicialmente instituído pela Medida Provisória (MP) no. 252/05, foi ratificada e alterada pela Medida Provisória (MP) no. 255/05 e finalmente convertida na Lei no. 11.196 de 2005.

Consiste, principalmente, em conjunto de benefícios fiscais visando incentivar as empresas a investir em P,D& I. O conjunto dos incentivos fiscais para inovação está detalhado no Capítulo III da Lei do Bem. Este Capítulo, originário do Capítulo III da Medida Provisória (MP) no. 252/05, torna possível a concessão de incentivos fiscais a qualquer pessoa jurídica, desde que ela invista em pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica.

O Capítulo III da Lei do Bem trata dos incentivos à inovação tecnológica, abrangendo os artigos 17º ao 27º. Somente este Capítulo foi regulamentado pelo Decreto nº 5.798, de 7/6/2006. Isto significa que este decreto é de regulamentação específica dos incentivos à inovação tecnológica, não tratando da regulamentação dos outros capítulos da Lei do Bem.

Os principais avanços alcançados com a publicação da Lei do Bem são[[5]](#footnote-5):

* Regulamentação e agilização do processo de análise e aprovação dos incentivos fiscais a gastos de capital relacionados a P&D
* Implantação de incentivos fiscais associados a despesas operacionais com impacto nas atividades de P&D como, por exemplo, custos referentes a CSLL ou IRPJ
* Reconhecimento e regulamentação dos pagamentos a beneficiários residentes no exterior a título de *royalties* e remessas realizadas para o exterior destinadas ao registro e à manutenção de marcas, patentes e de cultivares
* Criação de novo instrumento financeiro – subvenção econômica

A concessão de **subvenção econômica** para a inovação nas empresas é um instrumento de política de governo largamente utilizado em países desenvolvidos, operado de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio. Lançado no Brasil em agosto de 2006, esta foi a primeira vez que um instrumento desse tipo foi disponibilizado no país.

O objetivo da subvenção econômica é promover um significativo aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do país. Essa modalidade de apoio financeiro consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.

**Leis e decretos que alteraram o Capítulo III da Lei do Bem. Lei do MEC da Inovação (Lei no. 11.487, de 15/6/2007**), também conhecida como Lei Rouanet da Inovação, é regulamentada pelo Decreto no. 6.260, de 20/11/2007.

O Art. 2º desta Lei altera o Capítulo III da Lei do Bem, acrescentando o Art. 19-A, que permite a exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), a que se refere a Lei de Inovação federal, portanto, por ICT pública, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Ou seja, no mínimo 50% e no máximo 250% dos dispêndios efetuados.

No entanto, a exclusão do lucro líquido não é automática, como originalmente na Lei do Bem. Segundo o § 8º deste Art. 19-A, somente poderão beneficiar-se desta forma, projetos apresentados por ICTs previamente aprovados por comitê permanente de acompanhamento de ações de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica, constituído por representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério da Educação (MEC).

**A Lei nº 11.774, de 17/9/2008** é decorrente da antiga Medida Provisória no. 428, de 12/5/2008. Ela altera a legislação tributária federal, modificando em especial, o Capítulo III da Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 11/2005).

Em seu Art. 4º, esta Lei altera o Art. 17º da Lei do Bem:

* Na alínea III, introduzindo a depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL
* No Art. 26º, permitindo que a pessoa jurídica, que trata este artigo (pessoa jurídica que utilizar os benefícios de que tratam a Lei no. 8.248, de 23/10/1991, Lei no. 8.387, de 30/12/1991, e Lei no. 10.176, de 11/1/2001), relativamente às atividades de informática e automação, poderá deduzir, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 160% dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Ainda, no parágrafo § 2º, estabelece que dedução poderá chegar a até 180% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica

**A Lei no. 12.349, de 15/12/2010 alterou a Lei de Inovação**

* A Lei nº 12.349 por meio dos seus artigos 5º e 6º, alterou os Artigos 2º e 3º e 27º da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação federal).
* No Art. 5º, alterou o Art. 2º da Lei de Inovação, trazendo a fundação de apoio de ICT para dentro do contexto da Lei de Inovação federal, por meio da introdução da Alínea VII (Instituição de Apoio, fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das IFES e demais ICTs, registrada e credenciada nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994).
* No mesmo artigo, alterou o Art. 27º, por meio da introdução da Alínea IV, dando tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços pelo poder público às empresas que invistam em P&D no país e às microempresas e empresas de pequeno porte de base tecnológica, criadas no ambiente das atividades de pesquisa das ICTs.
* Finalmente, no Art. 6º, introduziu o Art. 3º-A, permitindo que a Finep, o CNPq e as agências financeiras oficiais de fomento, possam celebrar convênios e contratos com as fundações de apoio com a finalidade de dar apoio às IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) e demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos.

**Lei dos Fundos Setoriais.** Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, criados a partir de 1999, são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país. Há 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de ICTs (Infraestrutura).

As receitas dos Fundos são oriundas de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de certos setores e de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transferência de tecnologia do exterior.

Os Fundos Setoriais foram criados na perspectiva de serem fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o país. O modelo de gestão concebido para os Fundos é baseado na existência de Comitês Gestores, um para cada Fundo. Os Comitês Gestores têm a prerrogativa legal de definir as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos. Este modelo, ao mesmo tempo em que possibilita a participação de amplos setores da sociedade nas decisões sobre as aplicações dos recursos dos Fundos, permite, ainda, a gestão compartilhada de planejamento, concepção, definição e acompanhamento das ações de C,T&I.

Desde sua implementação, os Fundos Setoriais têm se constituído no principal instrumento do governo federal para alavancar o sistema de C,T&I brasileiro. Eles têm possibilitado a implantação de novos projetos em ICTs, que objetivam não somente a geração de conhecimento, mas também sua transferência para empresas. Projetos em parceria têm estimulado maior investimento em inovação tecnológica por parte das empresas, contribuindo para melhorar seus produtos e processos e também equilibrar a relação entre investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia.

As leis de criação de cada Fundo estabelecem as finalidades, as fontes de recursos e a sua destinação ao FNDCT:

* CT-Aero (Lei de referência 10.332/01) – estimula investimentos em P&D para garantir a competitividade no setor
* CT-Agro (Lei de referência 10.332/01) – estimula a capacitação científica e tecnológica em agronomia, veterinária e outras atividades prioritárias
* CT-Amazônia (Lei de referência 10.176/01) – estimula atividades de P&D das empresas de informática da Zona Franca de Manaus
* CT-Aquaviário (Lei de referência 10.893/04) – estimula projetos de P&D de inovações tecnológicas no transporte aquaviário
* CT-Biotec (Lei de referência 10.332/01) – estimula pesquisa e inovação no setor de biotecnologia
* CT-Energia (Lei de referência 9.991/00) – estimula programas e projetos na área de energia, especialmente eficiência energética no uso final
* CT-Espacial (Lei de referência 9.994/00) – estimula P&D da tecnologia espacial na geração de produtos e serviços
* CT-Hidro (Lei de referência 9.993/00) – financia estudo e projetos na área de recursos hídricos
* CT-Info (Lei de referência 10.176/01) – estimula o desenvolvimento e a produção de bens e serviços de informática e automação
* CT-Infra (Lei de referência 10.197/00) – estimula a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras
* CT-Mineral (Lei de referência 9.993/00) – estimula o desenvolvimento e a difusão de tecnologia intermediária nas pequenas e médias empresas visando projetos voltados à pesquisa técnico científica de suporte à exportação mineral
* **CT-Petro (Lei de referência 9.478/97) – estimula a inovação na cadeia do petróleo e gás natural, o desenvolvimento de projetos de parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa**
* CT-Saúde (Lei de referência 10.332/01) – estimula a capacitação tecnológica na área de interesse do SUS, a atualização da indústria de equipamentos médico hospitalares, e as tecnologias que ampliem o acesso à saúde
* CT-Transporte (Lei de referência 9.992/00) – estimula o investimento em P&D em engenharia civil, engenharia de transportes e outras áreas do setor de transporte rodoviário de passageiros e de carga no Brasil
* FUNTTEL (Lei de referência 10.052/00) – estimula inovação tecnológica, capacitação de recursos humanos, geração de empregos e acesso de pequenas e médias empresas do setor de telecomunicações
* Verde-Amarelo (Lei de referência 10.168/00 e 10.332/01) – estimula a cooperação tecnológica entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, as ações e os programas que consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco

Por fim, a **Lei Complementar no. 123, de 14/12/2006** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e altera dispositivos de outras leis. Seu objetivo lei é estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito federal, estadual e municipal, especialmente no que se refere:

* A apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias
* Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias
* Ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão

O Capítulo X trata do estímulo à inovação, abrangendo os artigos 65º a 67º.

O Art. 65º estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICTs, os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), e as instituições de apoio, manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:

* As condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas
* O montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados

O § 2º do Art. 65º estabelece que estes programas deverão ter, por meta, a aplicação de, no mínimo, 20% dos recursos destinados à inovação, para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

Já o § 4º do Art. 65º reduz a 0 (zero) as alíquotas dos impostos e contribuições (IPI, Cofins, PIS/Pasep, e ICMS) incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas, quando estes forem adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas ou empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado.

Assim, estão listadas as principais políticas públicas e leis que afetam a oferta de recursos para as empresas, no país.

**Capítulo 2- OFERTA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INOVAÇÃO**

Aqui você encontra o mapeamento, de forma consolidada, dos recursos existentes para apoiar os esforços de inovação e empreendedorismo. São os recursos disponibilizados pelos governos federal, estaduais e municipais (quando existentes), para as empresas inovadoras, recursos ofertados pelos bancos, e recursos que podem ser acessados como venture capital.

Você encontra, também, outros mecanismos de suporte aos esforços de inovação, com recursos subsidiados por instituições que se preocupam em apoiar o empreendedor. Ou seja, situação onde o empreendedor entra com um percentual dos recursos e a instituição completa, de forma subsidiada, os recursos para determinadas atividades de suporte à inovação.

1. Identificando a estratégia das instituições de fomento quando lançam uma linha de financiamento
2. Tipificando os recursos das instituições de fomento
3. O que o empreendedor deve avaliar na captação dos recursos em instituições de fomento

**Identificando a estratégia das instituições de fomento quando lançam uma linha de financiamento**

São diversas as instituições de fomento à inovação que oferecem apoio financeiro às empresas. Dentre elas, destacam-se:

* FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)
* BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
* CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

A oferta de recursos acontece por meio da divulgação de linhas de financiamento e de subvenção[[6]](#footnote-6). Cada uma dessas linhas tem por trás uma estratégia da agência de fomento, que define, por exemplo, que tipo de projetos ou empresas pretende apoiar.

A estratégia pode ser identificada nas regras estabelecidas para o seu uso. A saber:

* Conceito de inovação utilizado pela instituição de fomento

O conceito utilizado define para que tipo de projeto o fomento foi desenhado. Por exemplo: se o escopo de inovação for mais abrangente será utilizado o conceito contido no Manual de Oslo. Se o escopo de inovação estiver focado na tecnologia será utilizado o conceito de inovação tecnológica *strictu sensu[[7]](#footnote-7)*.

* Porte de empresa[[8]](#footnote-8)

Existem linhas exclusivas para MPEs e linhas voltadas somente para empresas de grande porte.

* Foco setorial ou temas estratégicos do governo

Há recursos disponíveis para alavancar projetos de empresas em setores específicos (foco setorial[[9]](#footnote-9)) e outros para alavancar os temas estratégicos do governo[[10]](#footnote-10). Ou seja, há linhas para empresas de Petróleo & Gás, Defesa, Saúde, por exemplo.

* Produto ou empresa

A instituição de fomento pode decidir apoiar o desenvolvimento de um produto inovador ou apoiar a empresa inovadora como um todo (por meio da análise de seu plano de negócio de P,D&I).

* Ciclo de desenvolvimento da tecnologia, produto ou processo

A instituição de fomento pode decidir que determinada linha de fomento refere-se ao apoio a um determinado estágio do ciclo de desenvolvimento da tecnologia, produto ou processo (da ideia à comercialização). Por exemplo, pode optar por apoiar o estágio inicial do desenvolvimento, ou a fase de conclusão do desenvolvimento (transformação de escala de bancada para escala de produção, prototipagem, testes e homologações, etc.), ou o estágio da comercialização. Esta estratégia está estreitamente vinculada à quantidade de risco envolvida em cada etapa. Isso porque, quanto mais inicial está o desenvolvimento, maior o risco de insucesso.

As regras de cada linha de fomento são vistas nas páginas das instituições. Não deixe de ler atentamente os editais e as chamadas públicas para identificar se a sua expectativa de captação de recursos enquadra-se na estratégia que há por trás da linha de fomento de interesse.

Para entender um pouco mais do contexto onde se insere a oferta de recursos para a inovação no país, quais são as políticas públicas que embasam a oferta desses recursos para as empresas, e o seu marco legal, não deixe de consultar o capítulo que fala das Políticas Públicas e Marco Legal.

**Tipificando os recursos das instituições de fomento**

Os recursos disponíveis nas instituições de fomento podem ser classificados em dois tipos:

1. Recursos diretos
2. Recursos indiretos

**Recursos diretos**

São aqueles que o empreendedor recebe diretamente, mediante a elaboração de um projeto e o cumprimento das regras estabelecidas pela instituição de fomento. Os recursos diretos são divididos em duas categorias: reembolsáveis (“com retorno”) e não reembolsáveis (“sem retorno”).

Os recursos reembolsáveis são aqueles que a empresa tem que retornar o capital recebido para a instituição de fomento, com taxas de juros atraentes. Também são conhecidos como empréstimo. Geralmente, estes recursos não possuem data específica para serem ofertados. Desde que a empresa preencha as condições exigidas pela instituição, pode solicitá-los a qualquer tempo.

Já os recursos não reembolsáveis são oferecidos por meio de editais ou chamadas públicas. Esta forma garante às empresas igual oportunidade de acesso, pois nesses instrumentos de divulgação estão previamente estabelecidos o foco/objetivo do fomento, os critérios de seleção e as condições de acesso.

Uma das principais condições é a apresentação de um projeto ou plano de negócios de P,D&I da empresa, com informações necessárias para que a instituição de fomento possa avaliar se o que está sendo solicitado pela empresa condiz com o que ela espera receber. É muito comum a instituição de fomento possuir um formulário próprio para a empresa preencher.

Uma das principais modalidades de fomento não reembolsável é a subvenção econômica, criada para permitir que o governo apoie diretamente a empresa inovadora no investimento nas etapas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de um novo produto ou processo. Até a criação da Lei da Inovação, em 2004, o governo não podia apoiar diretamente a empresa inovadora.

**Recursos indiretos**

São aqueles destinados para a solução de um problema da empresa ou para o pagamento de uma parceria com uma Instituição Científica e Tecnológica (ICT), de forma subsidiada. Vale destacar que estes recursos não entram diretamente no caixa da empresa.

Recursos oriundos de incentivos fiscais para as empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) também são considerados recursos indiretos.

**O que o empreendedor deve avaliar na captação dos recursos em instituições de fomento**

Alguns pontos merecem atenção quando a empresa tem interesse em captar recursos:

* Itens financiáveis (rubricas) e compatibilidade com a demanda da empresa
* Critérios de qualificação das empresas para as instituições de fomento
* Contrapartidas e garantias exigidas, e quem pode apoiar (fundos de aval)
* Prestação de contas
* Políticas de propriedade intelectual no fomento

1. **Itens financiáveis (rubricas) e compatibilidade com a demanda da empresa**

As principais despesas apoiáveis pelas instituições de fomento, independente de serem recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis, são:

* Despesas de custeio
* Despesas de capital
* Bolsas

Despesas de custeio são despesas destinadas à manutenção dos serviços, tais como: pessoal, material de consumo, insumos, diárias e passagens, serviços de terceiros de pessoa física e jurídica, e gastos com pequenas obras de conservação e adaptação.

Despesas de capital são despesas necessárias ao planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Bolsas são recursos para alocação de pessoal/pesquisador para capacitação tecnológica e de inovação, implantadas pelo CNPq de acordo com características, normas e procedimentos pré-estabelecidos. As bolsas destinam-se, principalmente, para mestres e doutores na empresa, para exclusiva atividade no projeto.

Todas estas despesas podem ser consideradas nas diferentes fases do desenvolvimento do projeto. Ou seja, desde a escala exploratória ou de bancada até as escalas piloto e protótipo.

Ao analisar as linhas de fomento disponíveis, o empreendedor deve verificar se os itens financiáveis são compatíveis com a sua real necessidade. Caso contrário, haverá uma incompatibilidade entre a captação do recurso e as despesas a incorrer para o desenvolvimento do projeto.

1. **Critérios de qualificação das empresas para as instituições de fomento**

Cada instituição de fomento possui seus próprios critérios de qualificação. No entanto, existe uma estrutura básica, seguida por todos, que se subdivide em etapas.

As propostas apresentadas em resposta a editais e chamadas públicas têm processo de análise e julgamento composto por avaliação de mérito e análise técnico jurídica, detalhadas segundo as especificidades estabelecidas no respectivo instrumento.

A avaliação de mérito das propostas tem caráter classificatório e é baseada em critérios específicos determinados no instrumento de chamamento público. É realizada, geralmente, por comitês de avaliação, formados por consultores *ad hoc* e analistas da instituição de fomento.

A análise técnico jurídica das propostas contempla aspectos técnicos, tais como: adequação de metodologias, metas, atividades, indicadores, prazos, equipe executora, orçamentos e cronogramas de desembolsos. Também inclui a elegibilidade das instituições participantes, a documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente.

Encerrados estes procedimentos, todas as propostas são submetidas à apreciação da diretoria da instituição para deliberação. O resultado é publicado no site da instituição e informado por meio de carta aos proponentes.

**Praztimado desta Etapa: 100 (cem) dias 2**

Com base na Lei nº 9.784/99, o proponente poderá apresentar recurso às decisões, por meio de correspondência formal à instituição de fomento.

No caso de recursos reembolsáveis, apesar da estrutura de avaliação ser a mesma, é comum também encontrar as seguintes etapas:

* Pré-qualificação
* Avaliação de mérito
* Avaliação conclusiva

Pré-qualificação é a etapa em que a instituição de fomento analisa a proposta conforme os aspectos de forma e adequação à estratégia e o conteúdo inserido na linha de financiamento.

Avaliação de mérito é a etapa em que a instituição de fomento analisa a proposta no que tange aos aspectos de conteúdo, incluindo:

* Preenchimento completo e adequado dos formulários
* Encaminhamento da proposta na forma exigida (projeto, plano de negócios, etc.)
* Atendimento aos itens específicos (exigência de contrapartida financeira ou não financeira, participação das empresas, prazo de execução, etc.)
* Atendimento aos % e valores limites exigidos para os itens de despesa

Pontos chave quanto ao conteúdo:

* Viabilidade comercial da tecnologia a ser desenvolvida
* Capacitação das empresas participantes para a comercialização da inovação a ser desenvolvida
* Clareza, grau de inovação e mérito científico e tecnológico
* Viabilidade técnica
* Coerência do orçamento com os objetivos
* Viabilidade do cronograma físico apresentado
* Infraestrutura física e capacitação gerencial para execução da proposta
* Montante de contrapartida financeira e outros aportes ao projeto

A avaliação conclusiva consolida os resultados da avaliação de mérito e examina aspectos legais e orçamentários da proposta.

1. **Contrapartidas e garantias exigidas, e quem pode apoiar (fundos de aval)**

O empresário sempre encontrará a obrigação de aporte de contrapartida nos projetos de financiamento reembolsável (empréstimo) e de subvenção.

Contrapartida é o aporte financeiro ou não financeiro (econômico) que a empresa proponente deve apresentar à instituição de fomento, em um percentual determinado previamente. A instituição de fomento determina, também, que tipo de contrapartida é aceitável: financeira, econômica, ou as duas.

Contrapartida financeira são as despesas feitas diretamente no projeto pela empresa. Por exemplo: compra de produtos e insumos, contratação de serviços de terceiros para o projeto, ou qualquer outra despesa comprovável por meio da apresentação de nota fiscal (com data posterior à assinatura formal do instrumento contratual entre a empresa e a instituição de fomento).

Contrapartida não financeira pode ser a contabilização de recursos materiais e humanos próprios da empresa que são alocados para o desenvolvimento do projeto, comprováveis por meio de termos de uso, cessão, transferência, etc.

No caso de financiamento reembolsável, além da contrapartida acima citada, a empresa tem que apresentar garantias que possui condições de arcar com aquele empréstimo.

As garantias de operações com empresa normalmente consistem, cumulativamente, em:

* Reais: fundada em direito dessa natureza, que autorize a execução da garantia, extrajudicial ou judicialmente. Pode ser oferecida pela própria empresa ou por terceiros
* Pessoais: aval ou fiança, prestada esta por terceiro na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do contrato, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, e 838 do Código Civil, oferecidas pelas pessoas físicas ou jurídicas detentoras do controle direto ou indireto do cliente, ou outras pessoas jurídicas, integrantes do mesmo grupo (fonte: BNDES).

A empresa de pequeno porte poderá utilizar o mecanismo denominado Fundo de Aval.

1. **Prestação de contas**

Os recursos das instituições de fomento são públicos e precisam ser comprovados. Assim, todo recurso captado, seja reembolsável ou não reembolsável, demanda a sua prestação de contas.

Há dois tipos de prestação de contas, que se complementam:

* Financeira – onde são descritos e comprovados os gastos dos recursos recebidos e da contrapartida (quando exigida)
* Técnica – onde se compara as metas e as atividades planejadas com o que foi efetivamente executado

O período dessas prestações de contas deve estar contido no cronograma de desembolso das parcelas financiadas, e sempre há uma última prestação de contas técnica e financeira ao final do projeto.

É importante que a empresa conheça as regras estabelecidas para a prestação de contas. Dessa forma, é possível adequar-se previamente, montando, às vezes, um processo de gestão específico para a gestão do projeto.

A não concordância da instituição de fomento com a prestação de contas pode acarretar na inadimplência da empresa e, nos casos mais graves, na devolução dos recursos.

1. **Políticas de propriedade intelectual (PI) no fomento**

Quando decide captar recursos em instituições de fomento, o empreendedor deve observar a política de propriedade intelectual e divisão de *royalties* definidos pelas instituições, caso o produto do projeto financiado seja tão inovador ao ponto de ser passível a sua proteção.

* 1. RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Aqui você encontra as oportunidades de captação de recursos não reembolsáveis nas principais instituições de fomento do Brasil.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (Agência de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)**

1. Subvenção Econômica à Inovação – Chamada Nacional
2. Subvenção Econômica à Inovação - Programa Tecnova (em parceria com os Estados) – Chamada Descentralizada

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

* 1. BNDES Fundo Tecnológico (BNDES Funtec)

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

1. Programa RHAE – Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (Pesquisador na empresa)
2. Programa Inova Talentos (em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL)

**Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs)**

**FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia**

1. Pappe Subvenção Econômica (Tecnova (e parceria com Finep)
2. Pesquisador na Empresa (Programa RHAE /CNPq)
3. Apoio à Inovação Aberta
4. Apoio à Cooperação entre Empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)
5. Apoio a Projetos Cooperativos com grandes empresas
6. Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação no Parque Tecnológico da Bahia – Bolsas ProPARQ

**FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvovimento Científico e Tecnológico**

1. Programa de Apoio à Pesquisa e Projetos de Inovação em Empresas (PINOVA)
2. Programa de Bolsa de Pesquisador Colaborador (BPC)
3. Programa de Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tencológico Regional (DCR)
4. Programa de Bolsa de Fixação de Pesquisador (BFP)

**FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás**

1. Tecnova (em parceria com Finep)
2. Programa de Bolsa de Pós-Doutorado nas Empresas

**FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**

1. Programa Inventiva (em parceria com BDMG, Sebrae/MG e FIEMG)
2. Tecnova (em parceria com Finep)
3. Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPE)

**FAPPR – Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná**

1. Tecnova (em parceria com Finep)

**FACEPE -– Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco**

1. Bolsas de pós-graduação
2. Tecnova (em parceria com Finep)
3. Apoio a parcerias com instituições de pesquisa
4. Convênios para projetos de pesquisas de empresas

**FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

1. Tecnova (em parceria com Finep)
2. Apoio ao Desenvolvimento do Design (em parceria com Firjan e Sebrae/RJ)
3. Apoio à Inovação Tecnológica
4. Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia da Informação
5. Apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social
6. Apoio à Inovação e Difusão Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro
7. Auxílio a Projetos de Inovação Tecnológica
8. Bolsa de Inovação Tecnológica

**FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul**

1. Pesquisador na Empresa (em parceria com Sebrae/RS)
2. Tecnova (Programa de Apoio à Inovação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) (em parceria com Finep)

**FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina**

1. Pós-Doutorado Empresarial (em parceria com Capes)
2. Programa Tecnova/SC (em parceria com Finep)
3. Programa Sinapse da Inovação – Operação SC

**FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**

1. Programa PIPE – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas
2. Programa PIPE/PAPPE Subvenção – Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Tecnova) (em parceria com Finep)

**FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

A Finep é a Agência Brasileira da Inovação, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Atua em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do país.

A Finep concede financiamentos reembolsáveis para todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

Os financiamentos não reembolsáveis são feitos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), atualmente formado preponderantemente pelos Fundos Setoriais de C,T&I. Atualmente, a Finep não dispõe de linha de financiamento não reembolsável em fluxo contínuo.

**Subvenção Econômica à Inovação – Chamada Nacional**

A subvenção econômica à inovação permite a aplicação de recursos públicos não reembolsáveis diretamente em empresas brasileiras que desenvolvam projetos de inovação estratégicos para o país, compartilhando os custos e os riscos inerentes a tais atividades. Os recursos de subvenção podem ser usados no desenvolvimento das áreas consideradas estratégicas nas políticas públicas federais.

O Programa de Subvenção Econômica à Inovação Nacional tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, de empresas brasileiras.

A Finep publica, periodicamente, instrumento de divulgação e seleção do Programa de Subvenção Econômica à Inovação Nacional, estabelecendo: objetivo da ação, público alvo, recursos financeiros a serem concedidos, características das propostas, critérios de julgamento, prazos de execução, contratos e prestação de contas.

A Finep dividiu o aporte de recursos de subvenção da seguinte maneira:

* Médias e grandes empresas – por meio da operação centralizada (diretamente na Finep)
* MPEs – de forma descentralizada, em parceria com os Estados, onde a Finep aporta parte dos recursos e o Estado complementa. No caso da subvenção descentralizada, a linha de fomento é chamada Tecnova.

**Itens apoiáveis:**

Na Subvenção Econômica, a participação da Finep está limitada ao apoio das despesas de custeio diretamente relacionados a pesquisa, desenvolvimento e inovação, tais como:

* Pagamento de pessoal próprio alocado em atividades de P,D&I e respectivas obrigações patronais
* Contratação de consultorias especializadas de pessoas físicas ou jurídicas
* Material de consumo
* Locação de bens móveis ou imóveis, desde que sejam efetivamente aplicados no projeto
* Gastos para introdução pioneira do produto, processo ou serviço no mercado

São admitidas despesas relacionadas a atividades acessórias ao projeto (seleção e capacitação de fornecedores de insumos, gestão financeira e contábil do projeto, confecção de relatórios de prestação de contas, coordenação administrativa das equipes do projeto), desde que até 5% do valor total da proposta.

**Valor:**

O valor total oferecido pelo Programa de Subvenção Econômica é definido no instrumento de divulgação e seleção do Programa, que determina, também, os valores mínimo e máximo a serem solicitados pelas empresas candidatas.

O valor solicitado por proposta, no caso da operação centralizada, pode variar entre R$ 500 mil e R$ 10 milhões.

**Contrapartida:**

As condições de apresentação de contrapartida são definidas no instrumento de divulgação e seleção do Programa. As despesas de capital do projeto devem ser custeadas pela empresa beneficiária, a título de contrapartida.

No orçamento dos projetos, os percentuais mínimos exigidos como contrapartida são definidos de acordo com o porte das empresas candidatas e seus respectivos faturamentos brutos, e são formalizados nos instrumentos de divulgação e seleção do Programa. No caso de mais de uma participante por proposta, a contrapartida será definida pela soma do faturamento bruto de todas as empresas participantes, na proposta.

A contrapartida financeira das empresas candidatas ao Programa poderá ser objeto de solicitação de financiamento reembolsável, desde que observadas as regras específicas de cada um dos programas.

**Subvenção Econômica à Inovação - Programa Tecnova (em parceria com os Estados) –Chamada Descentralizada**

O objetivo do Tecnova é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação, por meio de recursos de subvenção econômica, para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro, e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte dos parceiros estaduais. O Tecnova apoia projetos de desenvolvimento de produtos e processos inovadores

A FINEP utiliza a mesma classificação de porte de empresas adotada no Mercosul e pelo BNDES:

- Microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas – aquelas com faturamento anual menor ou igual a R$ 10,5 milhões

- Médias empresas – aquelas com faturamento annual superior a R$ 10,5 milhões e menor ou igual a R$ 60 milhões

- Grandes empresas – aquelas com faturamento anual su perior a R$ 60 milhões

O Tecnova é operacionalizado de forma descentralizada por meio de parceiros estaduais. Estes parceiros são responsáveis pela execução gerencial, técnica e financeira do Programa. O Sebrae também pode participar do Programa, de forma complementar, com foco nas atividades de gestão de negócio.

O prazo médio de execução dos projetos de inovação tecnológica das empresas é de até 24 meses, podendo variar conforme o Estado.

O edital da subvenção lançado pelos parceiros estaduais prevê a alocação de:

* Pelo menos 40% dos recursos em temas de subvenção nacional, considerando os setores do Programa Brasil Maior e/ou prioridades da Estratégia Nacional de C,T&I do MCTI, prioritariamente, a saber: petróleo e gás, energias alternativas, TIC
* Até 60% dos recursos financeiro devem ser aplicados em até cinco temas ou setores a serem indicados pelos Estados.

**Itens apoiáveis:**

Despesas de custeio das empresas

**Valor:**

Em média, os projetos devem ter valor mínimo de R$ 120 mil e máximo de R$ 400 mil. No entanto, cada Estado pode alocar recursos complementares para aumentar este patamar.

**Contrapartidas:**

Em média, as empresas devem aportar contrapartida financeira equivalente a 5% do valor recebido como subvenção econômica. Este percentual também pode variar conforme o Estado.

**BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

O BNDES é o banco de apoio ao desenvolvimento do país. Para a realização dos seus aportes de recursos, o BNDES busca atuar em consonância com as políticas públicas vigentes e de maneira complementar às demais instituições de fomento, especialmente as instituições do Sistema Nacional de Inovação, quando está apoiando os esforços de inovação das empresas.

No caso de recursos não reembolsáveis, os projetos podem receber aplicações financeiras sem a exigência de reembolso. Tratam-se de investimentos de caráter social, cultural (ensino e pesquisa), ambiental, científico ou tecnológico.

**BNDES Fundo Tecnológico - Funtec**

O Fundo Tecnológico (BNDES Funtec) destina-se a apoiar financeiramente projetos estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país, em conformidade com os programas e políticas públicas do Governo Federal, obedecidas as diretrizes estabelecidas para cada modalidade de atuação.

A modalidade BNDES Funtec tem como objetivo apoiar projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação executados por Instituição Tecnológica (IT), que sejam selecionados de acordo com os focos de atuação divulgados anualmente pelo BNDES.

O planejamento e a operação do BNDES Funtec obedecem às seguintes diretrizes:

* Acelerar a busca de soluções para gargalos e oportunidades tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do país
* Concentrar esforços e recursos em temas específicos, com foco bastante definido, nos quais as empresas brasileiras possam vir a assumir papel de destaque ou liderança no plano mundial, evitando-se a pulverização de recursos
* Assegurar a continuidade dos esforços desenvolvidos nas áreas selecionadas, objetivando acelerar a obtenção dos resultados das pesquisas e conjugar os esforços de institutos depesquisas e empresas, mediante a utilização da capacidade do BNDES congregar e articular parceiros
* Apoiar projetos que contenham mecanismos que prevejam a efetiva introdução de inovações no mercado
* Fomentar a aproximação entre Instituições Tecnológicas e empresas, promovendo a aplicação de conhecimento gerado na academia ao setor produtivo
* Incentivar a estruturação de projetos que combinem diferentes instrumentos de apoio (outros produtos, linhas ou programas previstos nas Políticas Operacionais do BNDES) com os recursos do BNDES Funtec

As operações no âmbito do BNDES Funtec são realizadas na forma de [apoio direto](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/formas_apoio.html), na modalidade não reembolsável e limitadas a 90% do valor total do projeto.

Até 2014, o BNDES Funtec somente foi ofertado em projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação inseridos nas chamadas dos Planos Inova Empresa:

* Plano Inova Energia
* Plano Inova Saúde
* Plano Inova Agro
* Plano Inova Aerodefesa
* **Inova Petro**
* Inova Sustentabilidade

As informações específicas dos programas podem ser encontradas nas páginas de cada Plano Inova. As propostas de projetos seguem o cronograma e processo determinados em cada plano. A parte do Funtec, nos projetos selecionados e aprovados nos Planos Inova, seguem as diretrizes e trâmites do BNDES Funtec.

**Público alvo:**

Podem receber recursos do BNDES Funtec as Instituições Tecnológicas (IT)[[11]](#footnote-11) e as Instituições de Apoio (IA)[[12]](#footnote-12) para o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a interveniência, na operação de financiamento, de empresas participantes do projeto[[13]](#footnote-13) que exerçam atividade econômica diretamente ligada ao escopo do projeto.

A participação de empresa no projeto poderá ser dispensada quando o objeto social da IT ou IA contemplar, além das atividades de pesquisa, as atividades de produção e comercialização dos produtos ou processos resultantes do projeto.

**Itens apoiáveis:**

São apoiáveis itens de investimentos realizados com propósito específico de atender aos objetivos do projeto, à exceção dos investimentos realizados em benefício da empresa participante e das despesas incorridas por ela.

Os itens apoiáveis são:

* Aquisição de equipamentos novos de pesquisa, produzidos no país e credenciados no BNDES, necessários à realização do projeto de P,D&I
* Aquisição de equipamentos de pesquisa importados novos, sem similar nacional, conforme definido nas Políticas Operacionais do BNDES, ou contemplados pela dispensa de exame de similaridade prevista na Lei no. 8.010, de 29/03/1990
* Aquisição de *software* desenvolvido com tecnologia nacional ou, quando não houver similar nacional, com tecnologia de procedência estrangeira, necessário à realização do projeto de P,D&I
* Despesas de internação relacionadas com projeto de P,D&I
* Investimentos em obras, instalações físicas e infraestrutura necessários à realização do projeto de P,D&I
* Aquisição de material de consumo e permanente utilizado no projeto de P,D&I
* Despesas com remuneração adicional de equipe própria de P,D&I da Instituição Tecnológica (IT), referenciada pelos valores das bolsas de pesquisa do CNPq, incluindo respectivos tributos e encargos trabalhistas e/ou previdenciários
* Despesas com treinamento e capacitação tecnológica relacionadas ao projeto de P,D&I
* Despesas com viagens da equipe da IT, desde que relacionadas ao projeto de P,D&I
* Despesas com contratação de serviços técnicos, especializados e consultoria externa, relacionadas ao projeto de P,D&I (inclusive ensaios, testes, certificações, dentre outros, no país e no exterior), limitadas a 30% do valor do apoio ao projeto
* Despesas, no país e no exterior, relativas à propriedade intelectual resultante do projeto
* Aquisição, transferência e absorção de tecnologia a ser utilizada no projeto, limitada a 30% do valor do apoio ao projeto. Não serão apoiados projetos cujo objetivo central seja a aquisição de tecnologia
* Despesas operacionais e administrativas relacionadas ao projeto de P,D&I, limitadas a 5% do valor do apoio ao projeto

Nos projetos executados por IT que apresentem uma Instituição de Apoio como beneficiária dos recursos do BNDES Funtec, poderão ser apoiadas despesas com remuneração, respectivos tributos e encargos trabalhistas e/ou previdenciários referentes à utilização de profissional vinculado à IA para complementar a equipe do projeto, observada a Lei no. 8.958, de 20/12/1994, desde que:

* Sejam proporcionais a sua participação no projeto e compatíveis com valor de mercado, caso o profissional não seja vinculado a nenhuma IT, ou
* Sejam proporcionais a sua participação no projeto e referenciadas pelos valores das bolsas de pesquisa do CNPq, caso o profissional seja vinculado a qualquer IT (ainda que esta última não tenha participação no projeto apoiado)

Os recursos do BNDES Funtec somente poderão ser utilizados para apoiar investimentos a serem realizados a partir da data da contratação. Os recursos alocados ao projeto pela empresa, pelo IA ou pelo IT, a título de contrapartida, poderão ser contabilizados a partir dos 360 dias anteriores à data do protocolo do pedido de apoio ao BNDES.

**Valor:**

Até 90% do valor do projeto.

São apoiáveis apenas investimentos realizados em benefício da IT/IA e despesas realizadas pela IT/IA com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.

**Contrapartida:**

A empresa participante do projeto, independente do seu porte, deverá figurar como interveniente no contrato de colaboração financeira no âmbito do BNDES Funtec e deverá contribuir financeiramente com no mínimo 10% do valor total dos itens financiáveis.

**CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

O CNPq, agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica, e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Sua missão é fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

**Programa RHAE – Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (Pesquisador na empresa)**

O Programa RHAE utiliza um conjunto de modalidades de bolsas de fomento tecnológico criado para agregar pessoal altamente qualificado em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em empresas privadas, além de formar e capacitar recursos humanos que atuem em projetos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento tecnológico.

A modalidade Pesquisador na Empresa abrange a inserção de mestres ou doutores em empresas, na forma de pagamento de bolsas a pesquisadores participantes dos projetos.

As bolsas são divididas em duas faixas:

* Faixa A: Projetos iniciais – duração 24 meses
* Faixa B: Projetos em andamento – duração 36 meses

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos que visem ao aumento da competitividade das empresas por meio de:

* Inovação
* Adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas
* Incremento, compatível com o setor de atuação, dos gastos empresariais com atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico
* Atendimento à relevância regional
* Cooperação com instituições científicas e tecnológicas

Projetos iniciais: apoio à atividade de pesquisa concentrada na prospeção tecnológica de uma ideia nova ou inovadora relativa a produto, processo ou serviço a ser desenvolvido ou melhorado.

Projetos em andamento: o projeto já está em desenvolvimento na empresa o apoio visa sua maturação ou finalização.

**Público alvo:**

Micro, pequenas, médias e grandes empresas privadas com sede e administração no Brasil (grandes empresas estão sujeitas à limitação de 20% dos recursos disponíveis).

Quem submete a proposta é o coordenador do projeto, que, obrigatoriamente, deve possuir vínculo formal (sócio ou celetista) com a empresa executora.

**Diretrizes:**

O projeto submetido deve atender todas as características exigidas pela chamada pública e estar focado no trabalho que o pesquisador e sua equipe desenvolverão na empresa.

O eventual desenvolvimento, ou melhoria, de um produto ou processo, aliado à possibilidade de inserção de pesquisadores em atividades de P&D dentro das empresas sintetizam a ideia do Programa. O CNPq abre mão de quaisquer resultados econômicos decorrentes dos projetos.

**Itens apoiáveis:**

Bolsas nas modalidades:

* SET (Fixação e Capacitação de Recursos Humanos – Fundos Setoriais) – para doutores, mestres e alunos de graduação
* DTI (Desenvolvimento Tecnológico Industrial) – todos os níveis
* EV (Especialista Visitante) – todos os níveis
* ATP (Apoio Técico em Extensão no País) – todos os níveis
* DEJ ou DES (Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior) – com 6 meses de duração

**Valor:**

Os valores das bolsas seguem as regras/tabelas do CNPq[[14]](#footnote-14).

**Contrapartidas:**

O valor mínimo da contrapartida é de 20% do valor solicitado na proposta, em recursos financeiros ou não financeiros, efetivamente necessários para a execução do projeto e que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis.

Como aportes, são aceitos recursos do tipo:

* Custeio: salários, passagens e diárias, auxílio moradia e seguro saúde de pessoal ligado diretamente ao projeto, material de consumo, e serviços de reprografia
* Capital: equipamentos, material permanente e material bibliográfico

**Programa Inova Talentos (em parceria com Instituto Euvaldo Lodi - IEL)**

O Inova Talentos é um programa que visa potencializar o processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, e ampliar o número de profissionais qualificados em atividades de inovação no setor empresarial brasileiro.

O programa disponibiliza bolsas de desenvolvimento tecnológico ou extensão inovadora aos melhores projetos de inovação apresentados. Com isso, espera-se inserir graduandos, no último ano de curso, e graduados, com até 3 anos da titulação, nas empresas e institutos de PD&I privados, localizados em território nacional.

O Inova Talentos é uma parceria entre o CNPq e o IEL, onde a atribuição principal do IEL é a coordenação nacional, do CNPq a administração das bolsas, e dos Núcleos Regionais do IEL a operacionalização nas Unidades da Federação do referido programa.

O prazo máximo das bolsas é de 12 meses, independentemente do prazo de execução do projeto de PD&I.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de PD&I que visem contribuir significativamente para a competitividade, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país, por meio da inovação de produtos e processos, organizacional, em marketing e modelo de negócio.

**Público alvo:**

A empresa proponente, que será a responsável pelo desenvolvimento do projeto de PD&I, deve ser privada, de qualquer porte. Os bolsistas devem ser graduandos, no último ano de curso, e graduados, com até 3 anos da titulação.

**Valor:**

As modalidades das bolsas de fomento tecnológico e extensão inovadora são:

* R$ 3 mil mensais - para profissionais com titulação de mestrado, com no máximo 3 anos de titulação da graduação
* R$ 2,5 mil mensais - para profissionais com titulação de bacharelado, com no máximo 3 anos de titulação da graduação
* R$ 1,5 mil mensais - para graduandos em formação de nível superior, cursando o último ano e regularmente matriculados

**Contrapartidas:**

Não há.

**FUNDAÇÕES DE AMPARO À PESQUISA ESTADUAIS (FAPs)**

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)**

A **FAPESB** foi criada com o objetivo de estimular e apoiar o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas do Estado da Bahia. Por isso, busca a inserção plena da ciência e da tecnologia na solução de problemas econômicos e sociais que afetam o desenvolvimento sustentável da economia baiana.

Para viabilizar seus esforços, criou o Programa de Apoio a Pesquisa na Empresa – Bahia Inovação, que busca disseminar os programas e projetos de apoio nacionais e estaduais que possam fomentar as principais atividades das áreas prioritárias do Estado, com o objetivo de promover o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo, especialmente para o estímulo à cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, os centros de pesquisa, organizações não governamentais e o governo.

**O Programa Bahia Inovação é composto pelas seguintes ações:**

**1. PAPPE Subvenção Econômica (Tecnova) (em parceria com Finep)**

**2. Pesquisador na Empresa**

**3. Apoio à Inovação Aberta**

**4. Apoio à Cooperação entre Empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs**

**5. Apoio a Projetos Cooperativos com Grandes Empresas**

**6. Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação no Parque Tecnológico da Bahia – Bolsas ProPARQ**

**PAPPE Subvenção Econômica (Tecnova) (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Pesquisador na Empresa (Programa RHAE/CNPq)**

Tem o objetivo de apoiar atividades de pesquisa tecnológica e de inovação, em micro, pequenas e médias empresas, mediante a concessão de bolsas para a inserção de mestres e doutores nas equipes de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) das empresas baianas.

Mais informações sobre o Programa RHAE.

Recursos não reembolsáveis >> CNPq >> Programa RHAE

**Apoio à Inovação Aberta**

Esta ação tem por objetivo financiar projetos de inovações tecnológicas, de processos, produtos ou serviços, oriundos de empresas (micro, de pequeno porte, pequena e média), em parceria com outra(s) empresa(s) brasileira(s) de qualquer porte (incluindo Instituição Científica e Tecnológica). Assim, deseja-se estimular a inovação aberta (*Open Innovation*) por meio do desenvolvimento de projetos colaborativos entre empresas sediadas no Estado da Bahia e empresas cofinanciadoras que atuem em âmbito regional, nacional ou internacional.

Instituída como um fluxo de conhecimento entre os limites internos e externos das organizações para acelerar os processos de inovação das empresas, a inovação aberta é, nesse sentido, uma estratégia em que a empresa âncora compartilha conhecimento com o seu ambiente externo visando adquirir invenções de empresas parceiras que possam ser transformadas em inovações, além de haver a possibilidade de apoio de uma ICT baiana no desenvolvimento do projeto – produzindo, assim, uma interação maior entre as empresas e com a academia.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

As propostas deve estar inseridas em um dos seguintes temas:

* Tema 1: Agronegócio, biotecnologia, biodiversidade
* Tema 2**:** Fármacos, cosméticos e saúde em geral
* Tema 3: Nanotecnologia, semicondutores e eletroeletrônicos;
* Tema 4: TIC**,** *games* (jogos eletrônicos) e atividades audiovisuais (desenvolvimento de *games*)
* Tema 5**:** Biocombustíveis, indústria de petróleo e gás, naval e *offshore*, química e petroquímica
* Tema 6:Engenharia de produto, processo, serviço e novos materiais
* Tema 7:Transportes, automotivo, segurança e acessibilidade
* Tema 8: Energias renováveis, meio ambiente, celulose e cadeia da madeira
* Tema 9: Construção civil e mineração

**Público alvo:**

Podem se candidatar ao financiamento, empresas privadas que atendam aos seguintes critérios:

* Empresa Proponente Executora (obrigatória)

Empresa baiana – denominada de empresário individual, sociedades empresárias e sociedades simples, desde que classificada como micro, de pequeno porte, pequena, média e grande porte, e que apresente uma proposta de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com pelo menos uma outra empresa denominada de empresa cofinanciadora

* Empresa Proponente Cofinanciadora (obrigatória)

Empresa brasileira de qualquer porte que esteja em plena atividade e funcionando, e que aporte recursos para o desenvolvimento do projeto na forma de contrapartida financeira e não financeira

* ICT parceira (opcional) - ICT baiana, pública ou privada, localizada e de atuação no Estado da Bahia.

**Itens apoiáveis:**

Despesas correntes (de custeio) e bolsa auxílio ao pesquisador.

**Valor:**

Valor máximo de até R$ 1 milhão de recursos financeiros da FAPESB, já incluso o valor das bolsas de auxílio ao pesquisador.

**Contrapartidas:**

O valor dos recursos financeiros (incluindo bolsas de auxílio ao pesquisador) solicitados pela empresa proponente executora devem corresponder, no mínimo, valor igual ao apresentado como contrapartida pela empresa cofinanciadora na proposta do projeto**.**

A concessão da subvenção econômica implica no aporte de contrapartida financeira e/ou não financeira pela empresa proponente executora e da empresa cofinanciadora. Os percentuais variam de acordo com o porte da empresa.

**Apoio à Cooperação entre Empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)**

Esta ação tem por objetivo financiar projetos de inovações tecnológicas, de processos, produtos ou serviços, em áreas estratégicas, oriundos de micro, pequenas, médias e grandes empresas situadas no Estado da Bahia, em parcerias com ICTs e pesquisadores. Visa apoiar projetos colaborativos por meio da concessão, pela FAPESB, de recursos de subvenção econômica e de bolsas de pesquisa, mediante a apresentação de contrapartidas financeiras pelas empresas proponentes.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de inovação tecnológica, de processos, produtos ou serviços inseridos em um dos seguintes temas:

* Tema 1: Agronegócio, biotecnologia, biodiversidade
* Tema 2**:** Fármacos, cosméticos e saúde em geral
* Tema 3: Nanotecnologia, semicondutores e eletroeletrônicos
* Tema 4: TIC**,** *games* (jogos eletrônicos) e atividades audiovisuais (desenvolvimento de *games*)
* Tema 5:Biocombustíveis, indústria de petróleo e gás, naval e *offshore*, química e petroquímica
* Tema 6**:** Engenharia de produto, processo, serviço e novos materiais
* Tema 7:Transportes, automotivo, segurança e acessibilidade
* Tema 8:Energias renováveis, meio ambiente, celulose e cadeia da madeira
* Tema 9: Construção civil e mineração

**Público alvo:**

Podem se candidatar ao financiamento, empresas privadas que atendam aos seguintes critérios:

* Empresa Proponente Executora

Empresa baiana – denominada de empresário individual, sociedade empresária e sociedade simples, desde que classificada como micro, de pequeno porte, pequena, média e grande porte, e que apresente uma proposta de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com pelo menos uma ICT parceira

* ICT parceira (opcional)

ICT baiana, pública ou privada, localizada e de atuação no Estado da Bahia.

**Diretrizes:**

A FAPESB procura incentivar a parceria entre empresas privadas e ICTs estabelecidas no Estado da Bahia, por meio de uma das modalidades de *open innovation* (inovação aberta) existentes, de modo a criar e estimular P&D de projetos em parcerias por meio da cooperação. Este tipo de parceria, em formato de cooperação, visa estimular a interação de pesquisadores que desenvolvem pesquisa básica em universidades, centros de pesquisa, institutos de pesquisa da Bahia, com empresas que desenvolvem pesquisa aplicada ao mercado.

Ao mesmo tempo, pretende-se estimular que as empresas baianas absorvam o conhecimento das ICTs para ajudar no desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica e, assim, possam melhorar a competitividade das mesmas.

**Itens apoiáveis:**

Apenas despesas correntes (de custeio) e bolsa auxílio ao pesquisador.

**Valor:**

Máximo de até R$ 800 mil de recursos financeiros da FAPESB, já incluso o valor das bolsas de auxílio ao pesquisador.

**Contrapartidas:**

A concessão da subvenção econômica implica no aporte de contrapartida financeira e/ou não financeira pela empresa proponente executora. O percentual de contrapartida depende do porte da empresa proponente. A contrapartida da ICT parceira inclui itens de capital e despesas correntes.

**Apoio a Projetos Cooperativos com Grandes Empresas**

Por meio do Apoio a Projetos Cooperativos com Grandes Empresas, a FAPESB busca, em conformidade com o que se estabelece a Lei de Inovação da Bahia, intensificar as conexões entre pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas, localizadas no Estado da Bahia, com pesquisadores de empresas. Para tanto, a Fundação associa-se a empresas que tenham interesse e visão para buscar projetos de pesquisa, realizados em universidades e institutos de pesquisa, de natureza exploratória, e que tratem de temas relevantes para sua estratégia de desenvolvimento científico e tecnológico. Entende-se que esta modalidade de ação cria condições para que a pesquisa e desenvolvimento (P&D), feita por empresas localizadas na Bahia ou não, tenha pontos de contato e beneficie-se da complementaridade com novas ideias que circulam em universidades e institutos de pesquisa baianos.

A última chamada de Apoio a Projetos Cooperativos foi realizada com BRASKEM/IDEOM, em 2011.

**Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação no Parque Tecnológico da Bahia – Bolsas ProPARQ**

Esta ação destina-se ao financiamento de bolsas de pesquisa, denominadas de ProPARQ, para a atração e fixação de recursos humanos qualificados e com experiência profissional em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), para a execução de projetos no Parque Tecnológico da Bahia.

A última chamada do Programa aconteceu em 2011.

**Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)**

A **FUNCAP** é de direito público e com autonomia administrativo e financeira. Está vinculada funcionalmente à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (Secitece). A Fundação tem por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica do Estado do Ceará, em caráter autônomo ou complementar ao fomento provido pelo Sistema Federal de Ciência e Tecnologia.

Compete à Funcap estimular o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado, por meio do incentivo e fomento à pesquisa, à formação e capacitação de recursos humanos, o fomento e desenvolvimento da tecnologia e à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos produzidos.

**Programa de Apoio à Pesquisa e Projetos de Inovação em Empresas (PINOVA)**

Programa com o objetivo de apoiar projetos de inovação nas empresas do Estado do Ceará para aumentar sua competitividade nos âmbitos nacional e internacional.

Não há informações disponíveis sobre as últimas chamadas públicas deste Programa.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

As empresas, em associação com pesquisadores, devem apresentar propostas para o desenvolvimento de produtos, métodos e processos inovadores.

**Público alvo:**

São elegíveis para a obtenção de subvenção econômica empresas de capital nacional com sede e foro no Ceará.

**Diretrizes:**

As propostas de inovação devem:

* Apresentar inovação em fase que preceda a comercialização
* Propor o desenvolvimento de produtos, processos, métodos e/ou serviços inovadores, e demonstrar viabilidade técnica, científica e econômica
* Ser apresentadas por um dos sócios proprietários, com anuência dos demais sócios, ou por representante legal da empresa proponente
* Apresentar termo de compromisso com contrapartida financeira especificada, quando for o caso

**Programa de Bolsa de Pesquisador Colaborador (BPC)**

Este Programa tem por objetivo promover a aproximação entre a universidade, o setor produtivo e a sociedade, pelo estímulo à participação de pesquisadores em atividades que se traduzam na aplicação do conhecimento científico, no desenvolvimento e introdução da inovação no processo produtivo das empresas, no aprimoramento das políticas públicas, e na difusão do conhecimento científico para o benefício da sociedade.

Os pedidos de bolsas podem ser submetidos à FUNCAP pela instituição de ensino superior, instituição de pesquisa e desenvolvimento, órgão ou entidade, pública ou privada, ou empresa, pública ou privada, localizada no Estado do Ceará, por meio do sistema de fluxo contínuo, devendo ser formalizados no prazo mínimo de 60 dias antes da data prevista para início do projeto de assessoria científica, ou em resposta a edital lançado pela FUNCAP no qual os termos e áreas de aplicação para a concessão serão determinados.

A bolsa tem duração de 36 meses.

**Valor:**

O valor da bolsa é definido anualmente pela Diretoria Executiva da FUNCAP, que leva em conta a qualificação e experiência do candidato, bem como o número de horas dedicadas ao projeto.

|  |
| --- |
|  |

**Programa de Bolsa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR)**

Este Programa visa promover a atração e a fixação de doutores em instituições de educação superior e pesquisa, institutos de pesquisa, empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento, empresas privadas e microempresas que atuem em investigação científica ou tecnológica, nas vertentes da regionalização e da interiorização.

Regionalização: caracterizada pela atração de doutores, não sendo permitida a concessão da bolsa a doutores formados ou radicados no próprio Estado.

Interiorização: caracterizada pela atração de doutores para microrregiões de baixo desenvolvimento científico e tecnológico, fora das áreas metropolitanas, permitindo, nesse caso, a concessão da bolsa a doutor formado ou radicado no próprio Estado.

A bolsa tem duração de até 36 meses.

Os pedidos de bolsas podem ser submetidos à FUNCAP pela instituição de ensino superior, instituição de pesquisa e desenvolvimento, órgão ou entidade, pública ou privada, ou empresa, pública ou privada, localizada no Estado do Ceará, por meio do sistema de fluxo contínuo.

**Público alvo:**

Profissional com experiência em ciência, tecnologia e inovação e/ou reconhecida competência em instituições de ensino superior e pesquisa, institutos de pesquisa, empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento, empresas privadas e microempresas que atuem em investigação científica ou tecnológica.

**Diretrizes:**

A instituição que recebe o bolsista deve manter setor de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico e inovação, independentemente de sua natureza jurídica, se pública ou privada. Deve estar localizada no Ceará, dispor de infraestrutura adequada ao desenvolvimento do projeto na própria empresa ou em instituição parceira, acadêmica ou não. Também deve atestar deficiência de recursos humanos naquela área do conhecimento ou setor de produção.

**Valor:**

Os valores **para** esta bolsa variam de R$ 2,8 mil a R$ 5,2 mil. (de acordo com o estabelecido pela a tabela de valores de bolsas e taxas no País - RN – 005/2010).

|  |
| --- |
|  |

**Programa de Bolsa de Fixação de Pesquisador (BFP)**

O Programa tem como principal finalidade estimular a atração e a fixação de pesquisadores, portadores do título de doutor, em instituições de educação superior e pesquisa, institutos de pesquisa, empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento, e empresas privadas que atuem em investigação científica, desenvolvimento tecnológico ou de inovação localizados no Estado do Ceará. Também visa possibilitar a continuidade da pesquisa, consolidação e/ou atualização dos conhecimentos adquiridos ou o eventual redirecionamento da linha de pesquisa do candidato à bolsa, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecida excelência na área de especialização do candidato, fomentar a atividade de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico em áreas de conhecimento de interesse do Estado, provocando o crescimento do potencial de pesquisa do Estado.

A bolsa tem duração de até 36 meses.

**Público alvo:**

Profissional detentor do título de doutor concluso nos últimos 5 anos ou domiciliado nos últimos 3 anos no Estado do Ceará, com produção técnico-científico compatível com o tempo de doutoramento.

**Valor:**

O valor da bolsa é definido anualmente pela Diretoria Executiva da FUNCAP, que leva em conta a qualificação e experiência do candidato, bem como o número de horas dedicadas ao projeto.

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)**

A FAPEG atua no financiamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica; no incentivo à capacitação de recursos humanos para a ciência e tecnologia, por meio de bolsas em diversos níveis de formação; na fixação e consolidação de grupos de pesquisa científica e tecnológica; na integração entre o setor produtivo e as instituições de pesquisa e desenvolvimento; no estabelecimento de parcerias com órgãos federais de fomento à pesquisa (CNPq, FINEP, CAPES, entre outros) e na indução de programas especiais de pesquisa e inovação, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Goiás.

**Tecnova (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Programa de Bolsa de Pós-Doutorado nas Empresas**

Programa que concede bolsas de pós-doutorado a profissionais, com titulação de doutor, para desenvolverem projetos de pesquisa tecnológica e/ou de inovação no ambiente de empresas situadas no Estado de Goiás.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de pesquisa tecnológica e/ou de inovação.

**Público alvo:**

Profissionais com titulação de doutor e qualificação profissional em área afim com as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas na empresa. Devem ser residentes e domiciliados no Estado de Goiás, e estar em regime de dedicação exclusiva às atividades do projeto.

**Itens apoiáveis:**

Bolsas da CAPES.

**Valor:**

Valor mensal da bolsa de R$ 6,8 mil.

**Contrapartidas:**

Não há.

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)**

A FAPEMIG é a agência de indução e fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica do Estado de Minas Gerais. Compete à Fundação apoiar projetos de natureza científica, tecnológica e de inovação de instituições ou de pesquisadores individuais, que sejam considerados relevantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado.

Mais informações sobre a Fapemig, incluindo diretrizes e procedimentos gerais, modalidades de fomento, bolsas de pesquisa, etc, podem ser acessados no Manual da FAPEMIG.

**Programa Inventiva (em parceria com BDMG, Sebrae/MG e FIEMG/IEL)**

Programa que tem como objetivo apoiar a construção de protótipos de produtos inovadores no Estado de Minas Gerais.

Os projetos devem ser executados no prazo de até 12 meses.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Propostas visando apoio para a construção de protótipos de produtos inovadores, desde que comprovem o depósito de pedido de patente de invenção, modelo de utilidade ou desenho industrial junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

**Público alvo:**

Microempresa e empresa de pequeno porte, inventores vinculados a Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs), sediadas no Estado de Minas Gerais, inventor independente, pessoa física residente no Estado de Minas Gerais, sem vínculo empregatício com instituição pública ou privada.

**Itens apoiáveis:**

Material de consumo nacional, material de consumo importado e serviços de terceiros.

**Valor:**

Até R$ 50 mil por projeto. Todos os itens necessários ao desenvolvimento da proposta devem estar previstos na submissão da proposta.

**Contrapartida:**

São exigidas contrapartidas econômicas e/ou financeiras mensuráveis, de no mínimo 10% do valor total.

**Tecnova (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPE 1)**

Programa com o objetivo de estimular a inovação em empresas por meio da interação com pesquisadores e instituições de pesquisa. O programa financia projetos que apresentem soluções tecnológicas de impacto social ou comercial, que possam ser inseridos no mercado e tenham sido desenvolvidos por empresas de Minas Gerais.

Os projetos de inovação devem ser nas áreas prioritárias definidas em edital.

**Público alvo:**

Preferencialmente micro e pequenas empresas de base tecnológica sediadas no Estado de Minas Gerais.

**Diretrizes:**

A concessão dos recursos acontece com base na aprovação de projetos de inovação tecnológica que possam melhorar a competitividade de produtos fabricados no Estado de Minas Gerais.

**Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FAPPR)**

A Fundação Araucária é uma organização privada de interesse público, sem fins lucrativos. Seus projetos são desenvolvidos a partir de três grandes eixos:

* Fomento à pesquisa científica e tecnológica
* Verticalização do ensino superior e formação de pesquisadores
* Disseminação científica e tecnológica

As ações são operacionalizadas por meio de chamadas públicas de projetos e avaliação de mérito científico feita por pares.

**Tecnova (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)**

Tem como missão institucional promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Pernambuco, por meio do fomento à ciência, tecnologia e inovação, mantendo estreita sintonia com o atendimento às suas necessidades socioeconômicas.

O fomento em questão desenvolve-se, principalmente, por meio da concessão de financiamento não reembolsável para o custeio de atividades de formação de recursos humanos de alto nível ou de projetos de pesquisa científica ou tecnológica realizados em instituições de pesquisa ou em empresas localizadas em Pernambuco.

O financiamento é realizado, principalmente, por meio da concessão de bolsas de estudo ou pesquisa, e da concessão de auxílios financeiros a pesquisador para o custeio tanto de projetos de pesquisa científica ou tecnológica desenvolvidos por pesquisadores locais, como de outras atividades relevantes em ciência, tecnologia e inovação. Outras linhas de financiamento são destinadas a fomentar o processo de inovação tecnológica nas empresas, inclusive por meio da concessão de subvenção econômica à inovação.

Dentre as principais linhas de ação, destacam-se:

* Apoio à formação de recursos humanos, incluindo:
  + Bolsas de pós-graduação – os editais incentivam a participação de empresas, órgãos públicos ou entidades não governamentais que podem, mediante convênio com a FACEPE, complementar o valor das bolsas concedidas a projetos de pesquisa em áreas/temas de seu interesse. É um estímulo à transferência, para o setor empresarial e para a sociedade, de resultados da pesquisa feita na pós-graduação
* Apoio à inovação, por meio de programas dirigidos ao setor empresarial com o objetivo de estimular a criação de um ambiente favorável à inovação tecnológica e incrementar o envolvimento das empresas nas atividades de pesquisa com vistas à geração de novos produtos e processos. Incluindo:
  + Tecnova (Subvenção econômica à inovação)

Apoio a atividades de PD&I de microempresas e empresas de pequeno porte de Pernambuco, em parceria com a Finep. O financiamento visa ao aumento da competitividade das empresas, especialmente em temas e setores prioritários para o Estado. A FACEPE cofinancia, também, em parceria com outras agências de fomento, projetos de inovação desenvolvidos por uma empresa de Pernambuco, de qualquer porte, em cooperação com outra de fora do Estado (do Brasil ou do exterior)

* + Apoio a parcerias com instituições de pesquisa

Mediante a oferta de cofinanciamento, a FACEPE estimula empresas inovadoras (sediadas ou não em Pernambuco) a buscarem parcerias com instituições de ensino e pesquisa do Estado para a realização de projetos de pesquisa ou de programas de formação altamente qualificada, de seu interesse. Espera-se, assim, aumentar o envolvimento dessas instituições com o processo de inovação no ambiente produtivo e também aumentar o investimento das empresas em atividades de inovação em Pernambuco

* + Convênios com a para projetos de pesquisa de empresas

As empresas interessadas em estimular a realização de projetos de pesquisa em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, em áreas/temas específicos de seu interesse, podem, mediante convênio com a FACEPE, alocar recursos adicionais para projetos apoiados pela Fundação, a fim de complementar o valor da bolsa a ser paga ao estudante ou pesquisador.

**Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)**

Agência de fomento à ciência, à tecnologia e à inovação do Estado do Rio de Janeiro. Vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a agência visa estimular atividades nas áreas científica e tecnológica, e apoiar de maneira ampla projetos e programas de instituições acadêmicas e de pesquisa sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Isso é feito por meio de concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores e instituições, previstos no Programa Básico, Programas Orientados e Programas Especiais existentes.

**Programa Tecnova (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Apoio ao Desenvolvimento do Design (parceria com Firjan e Sebrae/RJ)**

Objetiva apoiar projetos de inovação na área de design de produtos de empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

Entende-se por design o aperfeiçoamento funcional, ergonômico e visual dos produtos, de modo a atender às necessidades do consumidor, melhorando o conforto, a segurança e a satisfação dos usuários.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de inovação na área de design de produtos nos seguintes setores industriais: metalmecânico, moveleiro/mobiliário, náutico, acessórios de moda, plásticos, eletroeletrônicos e de embalagens.

Os projetos devem contemplar temas relacionados ao uso do design de produtos, visando à interação entre empresas fluminenses e profissionais com foco no incremento da competitividade

**Apoio à Inovação Tecnológica**

Visa apoiar projetos de inovação tecnológica

**Público alvo:**

Podem participar:

* Empresas brasileiras sediadas no Estado do Rio de Janeiro com receita operacional bruta anual ou anualizada até R$ 10,5 milhões e, excepcionalmente, médias empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada até R$ 60 milhões
* Empresas públicas do Estado do Rio de Janeiro
* Empresários que exerçam atividades como produtores rurais
* Sociedades cooperativas
* Inventores independentes e empreendedores individuais

Os proponentes podem, ou não, estar em cooperação com Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) brasileiras que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada para o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico.

**Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia da Informação**

Destina-se a apoiar projetos de inovação tecnológica para o desenvolvimento da tecnologia da informação, que contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro.

**Público alvo:**

Inventores independentes, empreendedores individuais e empresas brasileiras sediadas no Estado do Rio de Janeiro, em cooperação ou não com Instituições Científicas e Tecnológicas brasileiras (ICTs).

**Apoio ao Desenvolvimento de Modelos de Inovação Tecnológica Social**

Destina-se a apoiar o desenvolvimento de modelos de inovação tecnológica de aplicação social por empresas, produtores rurais, inventores independentes, empreendedores individuais ou sociedades cooperativas que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Os temas considerados prioritários são: agricultura familiar ou cooperativada, hortas comunitárias, pecuária familiar ou cooperativada, aquicultura, processos agroecológicos, abastecimento, produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Somente são consideradas as propostas que promovam a inclusão social, que se caracterizem pela simplicidade, baixo custo e fácil aplicação, e que possibilitem a utilização de insumos e mão de obra disponível locais, protegendo o ambiente, produzindo um impacto positivo e capacidade de resolução de problemas sociais.

**Público alvo:**

Empresas, produtores rurais, inventores independentes, empreendedores individuais ou sociedades cooperativas.

**Apoio à Inovação e Difusão Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro**

Programa de apoio, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis), à difusão de processos tecnológicos e/ou o desenvolvimento de produtos, serviços, insumos, equipamentos e/ou processos inovadores, novos ou expressivamente aprimorados (ao menos para o mercado nacional) que envolvam significativo risco tecnológico associado a oportunidades de mercado, incremento de faturamento e/ou lucratividade, geração de emprego e renda, melhora nos indicadores de bem estar social do Estado e/ou aumento da competitividade dos proponentes, aderentes aos temas apoiados por cada edital.

Entende-se por inovação tecnológica a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços que incorporem aumento de produtividade e modificações no bem estar social.

Entende-se por difusão tecnológica o processo pelo qual elementos ou características de processos de produção e de comercialização são transmitidos a terceiros por meio de transferência ou de migrações de informação e procedimentos, produzindo semelhanças que não decorram de invenção independente.

O prazo para execução do projeto é de até 24 meses.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de inovação em setores de interesse para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro, tais como: arranjos produtivos locais (agropecuária, fruticultura, floricultura, rochas ornamentais, piscicultura, eletroeletrônica, eletromecânica, design) e temas relacionados com o uso da inclusão digital em empresas, visando à interação e ao incremento da produtividade.

**Público alvo:**

O programa é voltado para:

* Empresas brasileiras que tenham auferido receita operacional bruta anual ou anualizada até R$ 16 milhões e, excepcionalmente, médias empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$ 90 milhões
* Empresas públicas do Estado do Rio de Janeiro
* Empresários que exerçam atividades como produtores rurais
* Sociedades cooperativas
* Inventores independentes
* Empresários individuais

Os proponentes podem, ou não, estar em cooperação com Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) brasileiras, definidas como órgãos ou entidades da administração pública ou pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito privado que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

**Itens apoiáveis:**

São financiáveis pela FAPERJ itens (elementos de despesa) dos grupos de custeio e de capital indispensáveis à realização do projeto, compreendendo:

* Despesas de capital: aquisição de materiais permanentes e de equipamentos, obras
* Despesas de custeio: material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, pequenas reformas e adaptações de infraestrutura e instalações, serviços de terceiros (pessoas físicas e jurídicas) com caráter eventual, diárias e passagens

**Valor:**

Faixa A (empresários/empreendedores que exerçam atividades como produtores rurais, sociedades cooperativas, inventores independentes e microempresas) – até R$ 25 mil

Faixa B – de R$ 25.001,00 até R$ 75 mil

Faixa C – de R$ 75.001,00 até R$ 120 mil

**Contrapartida:**

Os proponentes devem apresentar contrapartida de, no mínimo, 10% do valor solicitado. A contrapartida pode contemplar gastos previstos no projeto, mesmo em itens não financiáveis pela FAPERJ, quando especificamente destinados à consecução do projeto.

**Auxílio a Projetos de Inovação Tecnológica (ADT 1)**

Esta modalidade de auxílio destina-se a apoiar projetos de Inovações Tecnológicas em Produtos e Processos (TPP), conduzidos por desenvolvedor/empresa com experiência na realização de novos projetos de base tecnológica ou de caráter inovador em âmbito regional e nacional, sediado(a) no Estado do Rio de Janeiro.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Desenvolvimento de novo produto de base tecnológica, desenvolvimento de tecnologia que aumente o valor agregado de produto ou processo já existente, e desenvolvimento de processo de produção.

**Itens apoiáveis:**

Os recursos podem ser aplicados em despesas de capital e custeio essenciais à realização do projeto.

**Contrapartida:**

É necessário apresentar contrapartida financeira ou não.

**Bolsa de Inovação Tecnológica (INT)**

Bolsa que possibilita a fixação de profissional de nível médio ou superior, com experiência em atividades de desenvolvimento tecnológico, em empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

As bolsas de Inovação Tecnológica podem ser concedidas em quatro níveis distintos, de acordo com a experiência do bolsista:

* INT 1 - técnico de nível médio com, no mínimo, 4 anos de experiência profissional
* INT 2– técnico de nível superior com experiência mínima de 2 anos na implantação de projetos de P&D tecnológico e, no mínimo, 6 anos de experiência profissional
* INT **3** – técnico de nível superior com experiência mínima de 4 anos na implantação de projetos de P&D tecnológico e, no mínimo, 8 anos de experiência profissional
* IN**T 4** – técnico de nível superior com experiência mínima de 10 anos na implantação de projetos de P&D tecnológico

O tempo de dedicação ao projeto pode ser de 20 ou 40 horas semanais.

A bolsa tem duração de um ano, com possibilidade de uma renovação por igual período.

**Público alvo:**

Técnico de nível médio ou superior, ou com experiência comprovada equivalente, que possua conhecimentos/habilidades específicas essenciais à execução de projeto de Inovação Tecnológica em Produtos e Processos (TPP).

**Valor:**

Varia conforme a modalidade e o tempo de dedicação às atividades do projeto (20 ou 40 horas).

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)**

A FAPERGS tem a finalidade de fomentar a pesquisa em todas as áreas do conhecimento. É sua atribuição: promover a inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural; estimular a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infraestrutura de pesquisa no Estado.

Dentre suas principais atividades estão:

* Fomento à pesquisa
* Formação de recursos humanos
* Fomento ao intercâmbio científico, tecnológico, artístico e cultural

**Pesquisador na Empresa (em parceria com Sebrae/RS)**

Tem o objetivo de conceder bolsas para alunos de doutorado, para executarem projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação referente às suas teses, no ambiente das empresas, de pequeno e médio porte, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre os objetivos do programa estão:

* Estimular a integração dos programas de pós-graduação e empresas de pequeno e médio porte
* Estimular a integração de pesquisadores e empresas, assim como permitir e estimular a cultura de inovação neste ambiente
* Estimular a formação de doutores com experiência na realização de pesquisas no ambiente conjunto da empresa e academia
* Estimular, posteriormente, a continuidade desses pesquisadores nas empresas, como facilitadores e animadores do processo de inovação
* Proporcionar o desenvolvimento de produtos, processos e/ou serviços inovadores nas empresas, permitindo a esta uma melhoria significativa de sua competitividade e o desenvolvimento da área de inovação no Estado do Rio Grande do Sul

A última chamada para este programa aconteceu em 2012.

**Público alvo:**

Alunos de doutorado, e empresas de pequeno e médio porte.

**Itens apoiáveis:**

Bolsa de pesquisador na empresa.

**Valor:**

R$ 4 mil/mês.

**Contrapartidas:**

Empresas de pequeno porte devem contribuir, mensalmente, com R$ 500 do valor da bolsa. Já empresas de médio porte devem contribuir, mensalmente, com o valor de R$ 2 mil do valor da bolsa.

**Tecnova (Programa de Apoio à Inovação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)**

|  |
| --- |
| A FAPESC tem por finalidade o fomento à pesquisa científica e tecnológica, para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população de Santa Catarina.  O apoio à pesquisa e a formação de infraestrutura científica é atendido por meio de chamadas públicas (demanda induzida) ou, excepcionalmente, por demanda espontânea, pela apresentação de projetos específicos à diretoria.  **Pós-Doutorado Empresarial (em parceria com CAPES)**  Programa de fomento à formação de recursos humanos para o Estado de Santa Catarina, mediante a concessão de bolsas de estudo de pós-graduação, para estágio pós-doutoral em empresas. O objetivo é estimular a inserção de doutores em empresas sediadas no Estado para desenvolver e/ou implantar ações de P,D&I em interação com programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos das instituições de ensino superior e de pesquisa de Santa Catarina.  A duração da bolsa é de 12 meses.  **Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**  Projetos de pesquisa tecnológica e/ou de inovação.  **Público alvo:**  Profissionais com titulação de doutor.  **Itens apoiáveis:**  Bolsas de estágio pós-doutoral.  **Valor:**  Valor mensal da bolsa de R$ 4,1 mil.  **Contrapartidas:**  Não há. |

**Programa Tecnova/SC (em parceria com Finep)**

Mais informações sobre o Programa Tecnova.

Recursos não reembolsáveis >> Finep >> Programa Tecnova

**Programa Sinapse da Inovação – Operação SC**

Programa de concessão de recursos financeiros não reembolsáveis, na forma de subvenção econômica, a empresas catarinenses constituídas no período compreendido entre 30/11/2012 e 14/02/2014, que apresentem projetos de desenvolvimento de produtos (bens e serviços) ou de processos inovadores, que transformem ideias inovadoras em empreendimentos potencialmente sustentáveis, e que incorporem novas tecnologias aos setores econômicos relevantes no Estado de Santa Catarina.

O programa é dividido em três fases:

* Fase I: Ideia inovadora
* Fase II: Projeto de empreendimento
* Projeto de fomento

O período máximo de execuçãoo do projeto é de até 12 meses.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

Projetos de desenvolvimento de produtos (bens e serviços) ou de processos inovadores nos seguintes setores econômicos:

* Administração pública
* Agrolimentar
* Bens de capital
* Celulose e papel
* Cerâmica
* Construção civil
* Economia do mar
* Educação
* Energia
* Meio ambiente
* Mobilidade urbana
* Móveis e madeira
* Produtos químicos e plásticos
* Saúde
* Têxtil e confecção
* Turismo

As propostas devem ser enquadradas de acordo com sua área de conhecimento chave em:

* Eletroeletrônica
* Mecânica/mecatrônica
* Materiais
* Tecnologia da informação e comunicação
* Nanotecnologia
* Biotecnologia
* Tecnologia social
* Gestão
* Design

**Público alvo:**

São elegíveis para participar do programa:

* Pessoas físicas, residentes em Santa Catarina, que apresentem uma ou mais ideias inovadoras na fase I, e somente um projeto nas fases seguintes
* Microempresas ou empresas de pequeno porte, sediadas no Estado de Santa Catarina

**Itens apoiáveis:**

Despesas correntes (custeio), incluindo: material de consumo nacional e/ou importado, serviços de terceiros de pessoa física e/ou jurídica, serviços de assessoria e consultorias, contrapartidas financeiras das consultorias tecnológicas SebraeTec, passagens aéreas e/ou terrestres, diárias, bolsas.

**Valor:**

Até R$ 50 mil.

**Contrapartida:**

A empresa beneficiada deve oferecer contrapartida no valor mínimo de 5% (econômico ou financeiro) do valor recebido a título de subvenção econômica.

**Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)**

A FAPESP é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo.

A Fundação apoia a pesquisa científica e tecnológica por meio de bolsas e auxílios à pesquisa que contemplam todas as áreas do conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciência Humanas, Linguística, Letras e Artes. As bolsas e auxílios são concedidos por meio de 3 linhas de financiamento:

* Linha Regular – demanda espontânea. Ou seja, as propostas de projetos são apresentadas por iniciativa dos interessados
* Programas Especiais - objetiva induzir o desenvolvimento de pesquisas que promovam o avanço da fronteira do conhecimento e respondam às demandas do Sistema de C&T do Estado de São Paulo e do país
* Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica – têm caráter indutor, uma vez que apoiam pesquisas com potencial de desenvolvimento de novas tecnologias e de aplicação prática nas diversas áreas do conhecimento

**Programa PIPE – Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas**

Programa que visa apoiar a execução de pesquisa científica e/ou tecnológica em pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo.

São objetivos do PIPE:

* Apoiar a pesquisa em C&T como instrumento para promover a inovação tecnológica, promover o desenvolvimento empresarial e aumentar a competitividade das micro ou pequenas empresas
* Criar condições para incrementar a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social
* Induzir o aumento do investimento privado em pesquisa tecnológica
* Possibilitar que micro ou pequenas empresas associem-se a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando à inovação tecnológica
* Contribuir para a formação e o desenvolvimento de núcleos de desenvolvimento tecnológico nas micro ou pequenas empresas, e para a colocação de pesquisadores no mercado de trabalho empresarial

**Público alvo:**

Pesquisadores que tenham vínculo empregatício com pequenas empresas ou que estejam associados a elas para sua realização.

**Diretrizes:**

As propostas de pesquisa submetidas ao PIPE devem ser organizadas em 3 fases:

* Fase 1: análise de viabilidade técnico científica
* Fase 2: desenvolvimento da proposta de pesquisa
* Fase 3: aplicação dos resultados visando à comercialização do produto ou processo que foi objeto da inovação criada a partir da pesquisa apoiada

**Itens apoiáveis:**

Os itens financiáveis incluem:

* Material de consumo
* Material permanente
* Serviços de terceiros
* Despesas de transporte e diárias
* Recursos para participação, com apresentação de trabalho, em reuniões científicas
* Bolsas de pesquisa (Bolsa de Pesquisa Pequena Empresa e bolsas do Programa de Capacitação Técnica)

**Valor:**

Fase 1: máximo de R$ 200 mil por projeto.

Fase 2: máximo de R$ 1 milhão por projeto.

Fase 3: os recursos devem ser obtidos pela empresa junto ao mercado ou outras agências de financiamento a empresas.

**Programa PIPE/PAPPE Subvenção (em parceria com Finep)**

Destina-se a apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (não reembolsáveis), o desenvolvimento, por empresas paulistas, de produtos, processos e serviços inovadores, visando ao desenvolvimento das áreas estratégicas nas políticas públicas federais, e estimular a ampliação e o adensamento das atividades de pesquisa para inovação no universo empresarial paulista.

**Áreas de abrangência/Projetos apoiáveis:**

São apoiados projetos de pesquisa para inovação em todas as áreas do conhecimento.

**Público alvo:**

Microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, empresas individuais ou sociedades simples, sediadas no Estado de São Paulo.

**Diretrizes:**

As propostas de pesquisa submetidas devem ser organizadas em 3 fases, podendo ser apoiadas propostas para cada uma das fases individualmente ou para a fase 3 desenvolvida simultaneamente à fase 2.

Fase 1: destina-se à realização de pesquisas sobre a viabilidade técnica da pesquisa proposta.

Fase 2: destina-se ao desenvolvimento da proposta de pesquisa propriamente dita.

Fase 3: espera-se que a empresa realize pesquisa visando o desenvolvimento comercial e industrial dos produtos, baseados nos resultados das fases 1 e 2.

**Itens apoiáveis:**

São financiáveis os seguintes itens: material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, despesas de transporte e diárias no país, bolsas de pesquisa, recursos para participação (com apresentação de trabalho) em reuniões científicas.

**Valor:**

Fase 1: máximo de R$ 125 mil por projeto.

Fase 2: máximo de R$ 500 mil por projeto.

Fase 3: máximo de R$ 500 mil por projeto.

**Contrapartida:**

As proponentes devem aportar contrapartida econômica, incluindo custos salariais de pessoal envolvido no projeto, custo de espaço utilizado e outros custos associáveis ao projeto proposto.

* 1. RECURSOS REEMBOLSÁVEIS

Aqui você encontra as oportunidades de captação de recursos reembolsáveis nas principais instituições de fomento do Brasil.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

1. BNDES FINEM
   1. BNDES Inovação: linha de financiamento de apoio à inovação, com valor mínimo de R$ 1 milhão
   2. Setoriais (P&G)
   3. Internacionalização
   4. Aquisição de Bens de Capital
   5. [Aquisição de Bens e Serviços Importados](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/importacao.html)
2. BNDES Automático
3. Cartão BNDES
4. BNDES Limite de Crédito
5. BNDES MPME Inovadora – Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora
6. BNDES P&G (Petróleo e Gás Natural)
7. BNDES Proengenharia – Programa de Apoio à Engenharia
8. BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento – Inovação e Máquinas e Equipamentos Eficientes

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos (Agência de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)**

1. Finep Inova Brasil – Programa de Incentivo à Inovação nas Empresas Brasileiras
2. Plano Inova Empresa
   1. Inova Petro (em parceria com BNDES e Petrobras)
3. Inovacred
4. Inovacred Express

**Ações Regionais**

**FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia**

**FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação (em parceria com BDMG)
2. Programa de Apoio a Empresas em Parques Tecnológicos - PROPTEC (em parceria com BDMG)

**Agências Estaduais de Fomento**

**DesenBahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia**

1. FNE – Micro e Pequenas Empresas
2. FNE – Indústria, Comércio e Serviços
3. BNDES Automático

**GoiásFomento – Agência de Fomento de Goiás**

1. BNDES Automático
2. BNDES PSI Investimento

**BDMG – Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação
2. PROPTEC

**Fomento Paraná – Agência de Fomento do Estado do Paraná**

1. Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas
2. Banco do Empreendedor Médias Empresas
3. BNDES PSI Investimento
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**AgeRio – Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro**

1. AgeRio Arranjos Produtivos Locais
2. Finep Inovacred
3. BNDES Automático
4. BNDES PSI Investimento

**Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS**

1. Finep Inovacred

**Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina**

1. Badesc Microempresa
2. Badesc Fomento
3. BNDES Automático
4. Finep Inovacred

**Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista**

1. Linha Incentivo à Tecnologia
2. Linha Incentivo à Inovação
3. Linha FUNCET
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**Bancos estaduais**

**Banco de Desenvolvimento do Paraná**

1. Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas
2. Banco do Empreendedor Médias Empresas
3. BNDES PSI Investimento
4. BNDES Automático
5. Finep Inovacred

**Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul**

1. BNDES Automático
2. BNDES PSI Investimento
3. Finep Inovacred

**BDMG – Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais**

1. Pró-Inovação
2. PROPTEC

**Basa – Banco da Amazônia**

1. FNO Micro e Pequena Empresa (FNO MPE)
2. FNO Amazônia Sustentável
3. PROGER Urbano – Micro e Pequena Empresa Investimento
4. BNDES PSI Investimento

**BNB – Banco do Nordeste**

1. Programa de Financiamento à Inovação (FNE Inovação)
2. BNDES PSI Investimento
3. BNDES Automático

**Bancos federais**

**Banco do Brasil**

1. Proger Urbano Empresarial
2. BB Crédito Empresa
3. FCO Empresarial
4. BNDES Automático

**Caixa Econômica Federal**

1. Microcrédito Produtivo Orientado Crescer Caixa
2. Bens de Consumo Duráveis
3. Proger Investimento
4. FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste)
5. FDA (Fundo de Desenvovimento da Amazônia)
6. BNDES Automático

**Bancos privados**

**Banco Bradesco**

1. CDC APL – Arranjos Produtivos Locais
2. BNDES Automático
3. BNDES Profarma
4. BNDES Prosoft

**Banco Itaú**

1. BNDES Automático
2. BNDES Profarma
3. BNDES Prosoft

**Banco Santander**

BNDES Automático

**BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

O apoio financeiro reembolsável pode se dar por meio das seguintes modalidades:

* Financiamentos
* Subscrição de valores mobiliários

As modalidades de financiamento do BNDES dividem-se em [produtos](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/index.html), de acordo com a finalidade do empreendimento. Os produtos definem as regras gerais de condições financeiras e procedimentos operacionais do financiamento. A cada produto aplicam-se linhas de financiamento, que se destinam a beneficiários, setores e empreendimentos específicos e, por isso, podem trazer regras particulares, mais adequadas aos objetivos da linha.

Cada mecanismo de financiamento possui condições financeiras próprias. Em alguns casos específicos, o apoio financeiro pode se dar de forma conjugada, por meio de financiamento a uma parte de projeto e via subscrição de valores mobiliários em outra. A decisão de utilizar as duas modalidades fica a critério do BNDES.

O Banco investe em empreendimentos de empresas de todos os portes. No entanto, possui mais linhas de apoio a empresas de médio e grande porte.

O BNDES trabalha com diferentes formas de apoio:

* Direta – operação realizada diretamente com o BNDES. Neste tipo de operação, é necessário apresentar o pedido ao BNDES por meio de Consulta Prévia[[15]](#footnote-15), documento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do Banco.

Para solicitar apoio direto do BNDES, é necessário que o financiamento tenha valor superior a R$ 20 milhões, mas há casos específicos em que é aceito valor inferior a esse limite.

* Indireta – parceria do BNDES com rede de instituições financeiras credenciadas. Neste tipo de operação, a análise do financiamento é feita pela instituiçãoo credenciada, que assume o risco de não pagamento da operação. Por isso, ela pode aceitar, ou não, o pedido de crédito. É a instituição, também, quem negocia as condições do financiamento (como prazos e garantias).

Existem duas modalidades de operação indireta:

* + Automática – não precisa passar por avaliação prévia do BNDES. O pedido é recebido e analisado pela instituição financeira credenciada, que aprova o crédito e solicita ao BNDES a liberação dos recursos.

Limite de financiamento até R$ 20 milhões

* + Não automática – necessário que a instituição credenciada apresente Consulta Prévia ao BNDES.

Limite mínimo de financiamento de R$ 10 milhões

* Mista – operação que combina as formas direta e indireta não automática

Dentre os diversos produtos do BNDES disponíveis para financiamentos e garantia, destacam-se:

* BNDES FINEM
  + BNDES Inovação: linha de financiamento de apoio à inovação, com valor mínimo de R$ 1 milhão
  + Setoriais (P&G)
  + Internacionalização

Aquisição de Bens de Capital

* + [Aquisição de Bens e Serviços Importados](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/importacao.html)
* BNDES Automático: financiamento a projeto de investimento cujo valor seja, no máximo, R$ 20 milhões
* Cartão BNDES
* BNDES Limite de Crédito: crédito rotativo para o apoio a empresas ou grupos econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito

Dentre os diversos programas do BNDES, destacam-se:

* BNDES MPME Inovadora – Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora
* BNDES P&G (Petróleo e Gás Natural)
* BNDES Proengenharia – Programa de Apoio à Engenharia
* BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento – Inovação e Máquinas e Equipamentos Eficientes

Dentre os diversos fundos do BNDES, destaca-se:

* Fundo Tecnológico – Funtec (visto em não reembolsáveis) e os Fundos de Investimento (ver em capital de risco)

Além do InovaPetro, conforme pode ser visto em FINEP.

Para mais informações, visite o site do BNDES (seção Apoio Financeiro) e acesse a Cartilha de Apoio à Inovação.

**BNDES FINEM**

O [**BNDES Finem**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/index.html) é o produto do BNDES voltado ao financiamento de empreendimentos de valor igual ou superior a R$ 20 milhões.

Porém, em alguns casos excepcionais, podem ser apoiados projetos cujo valor de financiamento seja inferior a esse limite:

É o caso da Linha **BNDES Inovação**, conforme detalhado abaixo. Neste caso, o valor mínimo do financiamento é de R$ 1 milhão.

OBS: existem outros casos considerados excepcionais pelo BNDES, porém, por não estarem alinhados ao setor P&G, não foram considerados.

### O que pode ser financiado

Poderão ser financiados investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos nos setores de indústria, comércio, prestação de serviços e agropecuária, observando os itens financiáveis em cada linha.

### Linhas de financiamento

O produto **BNDES Finem** se divide em **linhas de financiamento**, com objetivos e condições financeiras específicas para melhor atender as demandas dos clientes devido ao porte e à atividade econômica.

**BNDES Finem - Linhas de Financiamento**

As condições financeiras do BNDES Finem variam conforme a linha de financiamento em que o cliente ou o investimento apoiado se encaixa. Foram listadas a seguir as linhas de financiamento vinculadas ao BNDES Finem que estão no escopo deste mapeamento:

**Linhas aplicadas ao setor específico de P&G (Infraestrutura)**

Petróleo e Gás Natural

[Transporte de Petróleo, Gás Natural, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/petroleo_gas_transporte.html)

[Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/petroleo_gas_distribuicao.html)

**Linha aplicada a investimentos em Inserção Internacional**

[Internacionalização](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/internacionalizacao.html)  

**Linha aplicadas a investimentos em Inovação**

[BNDES Inovação](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/inovacao.html)

**Linhas aplicadas a investimentos em Bens de Capital**

[Aquisição de Bens de Capital](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/aquisicao_bens_capital.html)

[Aquisição de Bens e Serviços Importados](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/importacao.html)

## Transporte de Petróleo, Gás Natural, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

### Objetivo Expandir a infraestrutura de transporte dutoviário de petróleo, gás natural, derivados de petróleo e biocombustíveis.

### Quem pode solicitar Sociedades com sede e administração no País e pessoas jurídicas de direito público.

### O que pode ser financiado Projetos para expansão da infraestrutura dutoviária de transporte de petróleo, gás e biocombustíveis.

O BNDES pode apoiar o **capital de giro** associado a itens de projetos financiados nesta linha.

### Valor mínimo de financiamento R$ 20 milhões.

### Para valores inferiores, consulte as [linhas de financiamento do produto BNDES Automático](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Automatico/index.html).

### Participação máxima do BNDES O Banco financia até 90% do valor dos itens financiáveis para MPMEs

**Observações:**

* Neste último caso, a participação máxima do BNDES pode ser ampliada para até 90%.

### Prazo O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.

### Garantias

* **Para apoio direto**: definidas na análise da operação.
* **Para apoio indireto**: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

## Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

### Objetivo Expandir a infraestrutura de distribuição de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

### Quem pode solicitar Sociedades com sede e administração no País e pessoas jurídicas de direito público.

### O que pode ser financiado Projetos para expansão da infraestrutura de distribuição de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

O BNDES pode apoiar o **capital de giro** associado a itens de projetos financiados nesta linha.

### Valor mínimo de financiamento R$ 20 milhões.

### Para valores inferiores, consulte as [linhas de financiamento do produto BNDES Automático](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Automatico/index.html).

### Participação máxima do BNDES O Banco financia até 90% do valor dos itens financiáveis para MPMEs e até 50% para empresas de maior porte.

### Prazo O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.

### Garantias

* **Para apoio direto**: definidas na análise da operação.
* **Para apoio indireto**: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

## Internacionalização

### Objetivo Estimular a inserção e o fortalecimento de empresas com participação de capital nacional no mercado internacional através do apoio à aquisição de ativos e à realização de projetos ou investimentos no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País.

### Quem pode solicitar

* Sociedades com sede e administração no País e controle nacional, incluindo subsidiárias no exterior; e
* sociedades estrangeiras cujo acionista com maior capital votante e que exerça influência dominante sobre as atividades nelas desempenhadas seja:
  1. pessoa jurídica controlada, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País; ou
  2. pessoa jurídica controlada por pessoa jurídica de direito público interno.

### O que pode ser financiado

#### Tipos de investimento

* Participação societária;
* aquisição, implantação, ampliação ou modernização de unidades produtivas, canais de comercialização e/ou centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no exterior.

#### Itens financiáveis

* Investimentos em projetos destinados à implantação, ampliação e/ou modernização de unidades no exterior;
* gastos em comercialização, marketing e aquisição de marcas;
* investimentos e gastos em desenvolvimento tecnológico e capacitação, incluindo a aquisição ou licenciamento de patentes, treinamentos e certificação;
* participação societária em empresas estrangeiras;
* capital de giro associado aos investimentos previstos acima.

O BNDES pode apoiar o **capital de giro** associado a itens de projetos financiados nesta linha.

### Participação máxima do BNDES

O Banco financia até 90% do valor dos itens financiáveis.

### Garantias

* **Para apoio direto:** definidas na análise da operação.
* **Para apoio indireto:** negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

**BNDES Inovação**

Linha de financiamento com o objetivo de apoiar o aumento da competitividade por meio de investimentos em inovação compreendidos na estratégia de negócios da empresa, contemplando ações contínuas ou estruturadas para inovações em produtos, processos e/ou marketing, além do aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país.

**Empreendimentos apoiáveis:**

Plano de investimento em inovação, que deve ser apresentado segundo a ótica da estratégia de negócios da empresa, abrangendo tanto a sua capacitação para inovar quanto as inovações potencialmente disruptivas ou incrementais de produto, processo e marketing.

As inovações devem resultar em melhoria da posição competitiva das empresas apoiadas, seja por diversificação de portfólio, maior diferenciação ou efetivo ganho de produtividade.  As inovações em marketing apoiadas devem consistir em mudanças significativas na forma de comercialização, canais de venda ou promoção. Tais mudanças devem implicar novas capacitações na empresa, melhoria no atendimento às necessidades dos clientes, abertura de novos mercados ou reposicionamento de produto, além de representar uma novidade para o país.

São apoiados investimentos orientados ao desenvolvimento de inovações, inclusive aqueles necessários à construção do capital intangível e à infraestrutura física (como, por exemplo, a implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento).

**Formas de apoio:**

Direta.

**Público alvo:**

Pessoas jurídicas de direito público e privado, com sede e administração no país.

**Itens financiáveis:**

São financiáveis, entre outros custos e despesas diretas, os seguintes itens:

* Aquisição de máquinas e equipamentos novos, inclusive conjuntos e sistemas industriais, produzidos no país e credenciados no BNDES
* Importação de equipamentos novos sem similar nacional
* Despesas de internalização de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional
* Aquisição de material de consumo e permanente
* Aquisição de software, desenvolvido com tecnologia nacional ou, quando não houver similar nacional, com tecnologia de procedência estrangeira
* Aquisição, transferência e absorção de tecnologia que gere ganho permanente para a empresa e a capacite para novos desenvolvimentos
* Despesas com mão de obra direta relacionada ao plano de investimentos em inovação
* Despesas com treinamento, participação em feiras e eventos no país e no exterior, capacitações gerencial, técnica, de apoio operacional, e tecnológica relacionadas ao plano de investimentos em inovação
* P&D de novos produtos, processos e serviços
* Aquisição de móveis e utensílios, e de simuladores de processo
* Contratação de ensaios, testes, certificações, dentre outros, no país e no exterior relacionada ao plano de investimentos em inovação
* Despesas, no país e no exterior, relativas à propriedade industrial
* Despesas com assuntos regulatórios relacionadas ao plano de investimentos em inovação
* Contratação de estudos, consultoria externa e assessorias técnicas de natureza organizacional, econômica e informacional relacionadas ao plano de investimentos em inovação
* Despesas necessárias à introdução da inovação no mercado, incluindo investimentos em capacidade produtiva, limitadas a 30% do valor do apoio ao plano de investimentos em inovação
* Gastos com captura, processamento e difusão do conhecimento relacionado ao processo de P&D
* Obras civis, montagens e instalações diretamente relacionadas às atividades de P&D
* Aumento de escala de processos e ajuste de parâmetros
* Gastos em marketing, inclusive relacionados à pesquisa de mercado, à elaboração de marcas e logotipos e ao planejamento de campanha publicitária

O BNDES pode apoiar o capital de giro associado a itens de projetos financiados nesta linha.

**Características gerais:**

Valor mínimo do financiamento: R$ 1 milhão.

Taxa de juros: custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de risco de crédito (para operações diretas).

Participação do BNDES: até 90% do valor total dos itens financiáveis.

Prazo: determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, limitado a 12 anos.

Garantias: definidas na análise da operação.

## Aquisição de Bens de Capital

### Objetivo Apoiar a aquisição de bens de capital associada a planos de investimentos apresentados ao BNDES.

### Quem pode solicitar

Sociedades com sede e administração no País e pessoas jurídicas de direito público, sendo:

1. Clientes usuários para aquisição de máquinas e equipamentos;
2. empresas para aquisição de máquinas e equipamentos, que pela sua natureza, a critério do BNDES, possam ser destinados ao uso de terceiros mediante contrato de comodato;
3. empresas cujo objeto social inclua a locação de máquinas e equipamentos, desde que não caracterizadas como empresas de arrendamento mercantil e que o bem financiado não seja destinado à sublocação; ou
4. fabricantes para venda de máquinas e equipamentos já negociados com as respectivas compradoras.

### O que pode ser financiado

Aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, associada a planos de investimentos apresentados ao BNDES, de forma isolada ou vinculada a projetos.

Os equipamentos estão divididos em dois grupos, com condições de financiamento diferentes:

1. Bens de Capital: máquinas e equipamentos.
2. Veículos: ônibus (com exceção dos ônibus elétricos, híbridos e outros modelos com tração elétrica); chassis e carrocerias para ônibus; caminhões; caminhões-tratores; cavalos-mecânicos; reboques; semirreboques; chassis e carrocerias para caminhões, incluídos semirreboques tipo dolly e afins; carros-fortes e equipamentos especiais adaptáveis a chassis, tais como plataformas, guindastes, betoneiras, compactadores de lixo e tanques - todos nacionais e novos.

**Atenção:**  
Somente será apoiado o investimento em equipamentos novos, produzidos no País e [**credenciados no BNDES**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Credenciamento_de_Equipamentos/consulta.html). Os bens devem ainda apresentar índice de nacionalização mínimo de 60%, calculado conforme [**instruções definidas pelo BNDES**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Credenciamento_de_Equipamentos/apuracao_in.html), ou cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB).

O BNDES pode apoiar o **capital de giro** associado a itens de projetos financiados nesta linha.

### Participação máxima do BNDES

O Banco financia até 90% do valor total dos itens financiáveis para MPMEs e até 70% para empresas de maior porte. Mas, neste último caso, a participação poderá também ser de até 90% apenas para os seguintes itens:

* Financiamento à aquisição e produção de bens de informática e automação, abrangidos pela Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática e Automação), de 23.10.1991, e alterações, que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB) e que possuam Tecnologia Nacional;
* financiamento a ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica,[**credenciados no BNDES**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Credenciamento_de_Equipamentos/consulta.html); e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa, desde que passíveis de serem financiados no âmbito do [**Subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes do Programa Fundo Clima**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Clima/maquinas_equipamentos.html).

**Observações:**

Para outros investimentos de média-grandes e grandes empresas, a participação do BNDES também pode ser ampliada para até 90%.

### Prazo

O prazo total de financiamento será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa e do grupo econômico.

### Garantias

* **Para apoio direto**: definidas na análise da operação.
* **Para apoio indireto**: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

## Aquisição de Bens e Serviços Importados

### Objetivo Apoiar a importação de bens e serviços que favoreçam a modernização, a transferência de tecnologia e conhecimento, e o aumento da eficiência e produtividade do parque industrial brasileiro.

### Quem pode solicitar Sociedades com sede e administração no País.

### O que pode ser financiado

1. Aquisição de bens e serviços sem similar nacional, no âmbito de projetos de investimento apoiados pelo BNDES; e
2. despesas de internalização de bens e serviços importados.

O BNDES pode apoiar o **capital de giro** associado a itens de projetos financiados nesta linha.

**Observações:**

Não será financiada a aquisição dos seguintes bens importados:

1. Equipamentos móveis destinados ao transporte de qualquer natureza, inclusive os de movimentação de carga, construção, pavimentação e agropecuária, incluindo chassis e carrocerias; e
2. Equipamentos de automação bancária.

Os bens e serviços objeto do financiamento deverão ser importados em nome do cliente, não sendo passíveis de apoio aqueles já internados no país.

### Participação máxima do BNDES

 O Banco financia até 90% dos itens financiáveis (aplicada sobre valor *Free On Board*).

### Garantias

* **Para apoio direto**: definidas na análise da operação. Veja: [**Garantias**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/garantias.html)
* **Para apoio indireto**: negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente.

**BNDES Automático**

Financiamento, por meio de instituições financeiras credenciadas, a projetos de investimento cujo valor seja inferior ou igual a R$ 20 milhões. Esses limites também representam o máximo que cada cliente pode financiar a cada período de 12 meses.

**Empreendimentos apoiáveis:**

Investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos, bem como investimentos em meio ambiente e projetos de P,D&I, nos setores de indústria, comércio, prestação de serviços e agropecuária, observando os itens financiáveis em cada linha.

**Formas de apoio:**

Indireta automática.

**Público alvo:**

Podem solicitar apoio financeiro, respeitando as orientações das linhas:

* Sociedades nacionais e estrangeiras
* Cooperativas, associações e fundações, com sede e administração no país
* Empresários individuais inscritos no CNPJ e no Registro Público de Empresas Mercantis
* Pessoas jurídicas de direito público
* Pessoas físicas residentes e domiciliadas no país caracterizadas como produtor rural, para investimento no setor agropecuário

**Linhas de financiamento:**

O BNDES Automático divide-se em linhas de financiamento**,**com objetivos e condições financeiras específicas, para melhor atender às demandas dos clientes devido ao porte e à atividade econômica.

As linhas disponíveis para o BNDES Automático são:

* MPME Investimento - Apoio a projetos de investimento, incluindo a aquisição de equipamentos nacionais novos e o capital de giro associado para micro, pequenas, médias empresas, de qualquer setor de atuação, e produtores rurais
* Capacidade Produtiva – demais indústrias e agropecuária – investimento fixo (CP Investimento Indústrias e Agropecuária) - Apoio a projetos de investimentos de médias-grandes e grandes empresas dos setores industrial (exceto bens de capital) e agropecuário
* Capacidade Produtiva – turismo, comércio e serviços – investimento Fixo (CP Investimento Turismo, Comércio e Serviços) - Apoio a projetos de investimentos de médias-grandes e grandes empresas dos setores de turismo, comércio e/ou serviços
* Capacidade Produtiva – investimento indústria de BK (CP Investimento Indústria BK) - Apoio a projetos de investimentos para indústria do setor de bens de capital
* Capacidade Produtiva BK (CP BK) - Apoio à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos, associada a investimentos financiados no âmbito das linhas CP Investimento e CP Investimento Indústria de BK
* Concorrência internacional – Apoio à aquisição e produção, não isoladas, de equipamentos, *software*, bens de informática e automação que demandem condições de financiamento compatíveis com as ofertadas para congêneres estrangeiros em concorrências internacionais, para média-grandes e grandes empresas de qualquer setor
* Capacidade Produtiva Importação (CP Importação) – Apoio à importação de máquinas e equipamentos novos, sem similar nacional, para empresas de qualquer setor e porte
* Capital de Giro Associado - Financiamento ao capital de giro associado das Linhas CP Investimento e CP Investimento Indústria BK

**Itens financiáveis:**

São apoiáveis os seguintes itens:

* Obras civil, montagem e instalações
* Máquinas e equipamentos novos e usados
* Móveis e utensillios
* Custos decorrentes da internação de equipamentos importados
* Gastos com estudos e projetos de engenharia relacionados ao investimento
* Gastos com P,D&I
* Despesas pré operacionais
* Despesas financeiras
* Gastos com a comercialização de novos produtos e serviços
* Gastos com treinamento de pessoal
* Capital de giro associado ao investimento fixo
* Investimento em infraestrutura urbana e social
* Aquisição isolada de bens de informática e automação

**BNDES Limite de Crédito**

Crédito rotativo, com limite definido pelo BNDES, para o apoio financeiro a empresas ou grupos econômicos que representem baixo risco de crédito, destinado à execução de investimentos correntes em seus respectivos setores de atuação e a investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Formas de apoio:**

Direta.

**Público alvo:**

Pessoas jurídicas de direito privado que:

* Não tenham tido qualquer operação de crédito considerada em curso problemático pelo BNDES nos últimos 5 anos
* Apresentem, a critério do BNDES, classificação de risco mínima definida para o BNDES Limite de Crédito
* Tenham sido avaliadas pela Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE) do BNDES

**Itens financiáveis:**

* Implantação, ampliação e modernização de ativos fixos
* Aquisição de máquinas e equipamentos novos, inclusive conjuntos e sistemas industriais
* Estudos e projetos de engenharia relacionados à implantação e ampliação de ativos fixos
* Implantação de projetos de Qualidade e Produtividade; Pesquisa e Desenvolvimento; Capacitação Técnica e Gerencial; Atualização Tecnológica; e Tecnologia da Informação
* Capital de giro associado exclusivamente a investimentos para implantação ou ampliação de ativos fixos, calculado em função das necessidades específicas do empreendimento
* Projetos e programas de investimentos sociais
* Investimentos ambientais
* Importação de equipamentos sem similar nacional
* Investimentos em P,D&I

**Prazo de utilização do crédito rotativo:**

5 anos.

**Condições financeiras:**

Taxa de juros: custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de risco de crédito.

Prazo total de financiamento para cada destinação específica: até 10 anos.

Participação máxima do BNDES: conforme as condições aplicáveis à linha de financiamento do produto.

Tarifas: além das taxas de juros, o BNDES cobra tarifas específicas.

Garantias: definidas na análise da operação.

**BNDES MPME Inovadora – Programa de Apoio a Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora**

Programa que tem o objetivo de aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), financiando os investimentos necessários para a introdução de inovações no mercado, de forma articulada com os demais atores do Sistema Nacional de Inovação, contemplando ações contínuas de melhorias incrementais em seus produtos e/ou processos, além do aprimoramento de suas competências, estrutura e conhecimentos técnicos.

### Quem pode solicitar Empresas sediadas no País e empresários individuais inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e no Registro Público de Empresas Mercantil (RPEM), que sejam classificados por porte como MPMEs.

Poderão solicitar apoio as empresas que se enquadrarem em uma das seguintes ações:

* Investimentos complementares ao processo inovador das MPMEs visando à introdução das inovações no mercado;
* Investimentos no desenvolvimento de novos produtos/processos e sua introdução no mercado e relativos à implantação/modernização das instalações das MPMEs de base tecnológica que buscam aproveitar as capacidades técnicas e científicas disponíveis em parques tecnológicos para intensificar o seu processo de inovação ou que estejam ou tenham sido incubadas;
* Investimentos previstos no plano de negócios das MPMEs com perfil inovador de diferentes setores e que tenham, em sua composição societária, Fundos de Investimento em Participações e/ou Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e
* Fortalecimento a capacidade financeira das MPMEs que estejam realizando esforços para inovar, disponibilizando recursos na forma de capital de giro.

## Critérios para enquadramento - O BNDES pode apoiar, por meio do BNDES MPME Inovadora, micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) que se enquadrarem em uma das ações estabelecidas para o apoio financeiro.

## Veja, a seguir, os critérios necessários para que uma empresa seja considerada apta a receber o financiamento, de acordo com cada ação.

### Investimentos complementares ao processo inovador das MPMEs visando à introdução das inovações no mercado

A empresa deve atender pelo menos um dos seguintes critérios:

1. Ter financiado, a partir de 2011, a contratação de um dos serviços tecnológicos no âmbito do Produto Cartão BNDES listados abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Serviços de avaliação de software: | Avaliação CMMI;  Avaliação e implementação MPS.BR;  Avaliação MEDE-PROS. |
| Inovação e extensão tecnológica: | Aquisição e Transferência de Tecnologia;  Desenvolvimento de embalagens;  Design de Produto e Ergonomia;  Prototipagem;  Diagnóstico de Eficiência energética;  Impacto ambiental;  Projeto de experimento  Serviços de micro e nanotecnologias;  Serviços de desenvolvimento de produtos e processos. |
| Depósitos de propriedade intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI): | Desenho industrial;  Indicação geográfica;  Patente;  Programa de computador;  Topografia de Circuitos. |

1. Ter sido apoiada (contratação a partir de 2011) por um dos seguintes Programas:

* [**Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)[Link para um novo site](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/313014.html)**](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/313014.html);
* [**Programa SEBRAETEC – Serviços em Inovação e Tecnologia[Link para um novo site](http://www.sebrae.com.br/uf/para/programas/acesso-a-inovacao-tecnologica/sebraetec/sebraetec)**](http://www.sebrae.com.br/uf/para/programas/acesso-a-inovacao-tecnologica/sebraetec/sebraetec);
* [**Edital SENAI SESI de Inovação[Link para um novo site](http://www.portaldaindustria.com.br/senai/iniciativas-senai/programas/edital-de-inovacao/2013/07/1,2486/o-que-e.html)**](http://www.portaldaindustria.com.br/senai/iniciativas-senai/programas/edital-de-inovacao/2013/07/1,2486/o-que-e.html);
* [**Plano Inova Empresa**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Inovacao/);
* [**Prêmio Finep, nas categorias "Micro e Pequenas Empresa" e "Média Empresa" das etapas regional e nacional**[Link para um novo site](http://premio.finep.gov.br/)](http://premio.finep.gov.br/);
* [**Programa Start-Up Brasil[Link para um novo site](http://www.startupbrasil.org.br/)**](http://www.startupbrasil.org.br/);
* [**Programa MPS. BR - Melhoria de Processos do Software Brasileiro**[Link para um novo site](http://www.softex.br/mpsbr)](http://www.softex.br/mpsbr);
* [**Programa RHAE Pesquisador na Empresa[Link para um novo site](http://rhae.cnpq.br/?p=274)**](http://rhae.cnpq.br/?p=274).

1. Ter patente ou registro de programa de computador, desenho industrial, indicação geográfica, topografia de circuitos, concedidos pelo INPI no mesmo ano do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anos anteriores, **ou** ter depositado o pedido de patente ou registro de programa de computador, desenho industrial, indicação geográfica, topografia de circuitos no INPI no mesmo ano do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anos anteriores, desde que o pedido de patente esteja válido até o momento do protocolo da proposta pelo BNDES. Por pedido de patente válido, entende-se aquele não arquivado, não indeferido, não retirado ou não anulado.

### Investimentos no desenvolvimento de novos produtos/processos e sua introdução no mercado e relativos à implantação/modernização das instalações das MPMEs de base tecnológica que buscam aproveitar as capacidades técnicas e científicas disponíveis em parques tecnológicos para intensificar o seu processo de inovação ou que estejam ou tenham sido incubadas

A empresa deve atender pelo menos um dos seguintes critérios:

1. Ser residente ou ter sido aprovada em processo de seleção de Parques Tecnológicos estruturados, em operação, enquadrados na Seleção Pública de Propostas para Apoio a Parques Tecnológicos no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), conforme Chamada Pública MCTI/FINEP/Ação Transversal – Inova Empresa – PNI / Parques Tecnológicos 02/2013.
2. Estar incubada ou ter sido graduada, no exercício do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anteriores, nas incubadoras nucleadoras classificadas conforme a aplicação do modelo CERNE e selecionadas por meio do Edital SEBRAE/ANPROTEC 01/2011.

### Investimentos previstos no plano de negócios das MPMEs com perfil inovador de diferentes setores e que tenham, em sua composição societária, Fundos de Investimento em Participações e/ou Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A empresa deve possuir perfil inovador de diferentes setores e ter, em sua composição societária, um dos seguintes Fundos:

1. Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Criatec - 09.028.916/0001-24;
2. Capital Tech Inovação e Investimento - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes - 09.238.849/0001-72;
3. Fundo de Investimento em Participações Inseed FIMA - Fundo de Inovação em Meio Ambiente - 16.524.588/0001-12;
4. Fundo de Investimento em Participações Performa Key de Inovação em Meio Ambiente - 17.334.177/0001-27;
5. FIPAC - Fundo de Participações e Consolidação - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes - 08.571.117/0001-37;
6. Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras Stratus GC III - 08.083.268/0001-46;
7. Fundo Burrill Brasil I - Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras - 12.907.124/0001-34;
8. CRP Empreendedor Fundo de Investimento em Participações - 14.747.610/0001-68;
9. Fundo de Investimento em Participações Criatec II - 19.153.763/0001-09;
10. Capital Tech II Fundo de Investimento em Participações - 18.093.847/0001-23
11. Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial - 20.1000.181/0001-35.

Observação: A postulante, cuja controladora tenha em sua composição societária um dos fundos supramencionados, também poderá solicitar financiamento desde que os investimentos possam ser enquadrados dentro do objetivo do programa.

### Fortalecimento a capacidade financeira das MPMEs que estejam realizando esforços para inovar, disponibilizando recursos na forma de capital de giro

A empresa deve ter sido enquadrada em alguma das ações citadas anteriormente.

### O que pode ser financiado

Qualquer item necessário à implementação do plano de negócios das MPMEs com perfil inovador que tenham relação direta com as ações enquadráveis citadas na seção anterior.

### Formas de apoio

O financiamento deve ser realizado por meio de [**instituições financeiras credenciadas**](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Instituicao_Financeira_Credenciada/instituicoes.html).

#### Participação máxima do BNDES

O Banco financia:

* **para financiamentos a taxa variável:** até 90% do valor total dos itens financiáveis; e
* **para financiamentos a taxa fixa:** até 100% do valor total dos itens financiáveis.

#### Limite do financiamento

Até R$ 20 milhões por cliente e por ano, exceto nos casos de capital de giro isolado, quando o limite anual por cliente será de R$ 10 milhões.

#### Prazo

Até 10 anos, incluído o prazo de carência de 3 a 48 meses.

No financiamento a capital de giro isolado, o prazo do financiamento será de até 3 anos, incluída carência de 3 a 12 meses.

#### Garantias Negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente. As MPMEs podem [complementar as garantias necessárias com o BNDES FGI](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/FGI/index.html).

### Vigência Até 31/12/2015.

**BNDES Proengenharia – Programa de Apoio à Engenharia**

Programa que financia a engenharia nos setores de Bens de Capital, Defesa, Automotivo, Aeronáutico, Aeroespacial, Nuclear, Petróleo e Gás, Químico e Petroquímico, de Moldes e Ferramentas, e na cadeia de fornecedores das indústrias de Petróleo e Gás e Naval, visando estimular o aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país.

**Empreendimentos apoiáveis:**

* Atividades em engenharia local apresentadas sob a forma de projeto e que ampliem a capacitação das empresas
* Infraestrutura física destinada a pesquisa, desenvolvimento, engenharia de produtos, testes e ensaios
* Serviços de engenharia de projetos conceituais e de engenharia básica, executados por empresas de engenharia consultiva, desde que destinados a atender os setores apoiados pelo programa

**Formas de apoio:**

Direta, indireta ou mista.

**Público alvo:**

Pessoas jurídicas de direito privado sediadas no país e autarquias.

**Itens financiáveis:**

Custos e despesas diretas associados às atividades de engenharia de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e processos, desenvolvidas em território nacional.

Podem ser financiados, entre outros custos e despesas diretas, os seguintes itens:

* Máquinas e equipamentos nacionais, cadastrados no BNDES
* Mão de obra e materiais
* Testes e ensaios
* Despesas, no país e no exterior, relativas à propriedade industrial do projeto
* Obras civis, montagens e instalações
* *Softwares* desenvolvidos no país e serviços correlatos, obedecidos os critérios estabelecidos no Programa BNDES Prosoft – Comercialização
* Importação de equipamentos novos sem similar nacional, com a devida comprovação

**Condições financeiras:**

Valor mínimo do financiamento: R$ 1 milhão (para atividades de engenharia local e infraestrutura física) e R$ 3 milhões (para serviços de engenharia de projetos conceituais e de engenharia básica).

Taxa de juros: custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de risco de crédito (para apoio direto) ou custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de intermediação financeira + remuneração da instituição financeira credenciada (para apoio indireto)

Participação máxima do BNDES: até 90% do valor do bem a ser adquirido (para equipamentos importados), até 90% dos itens financiáveis (para infraestrutura física), até 70% (demais casos).

Prazo total: determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimentro, da empresa ou do grupo econômico.

Garantias: definidas pelo BNDES na análise da operação.

**BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento**

O Programa abrange o seguinte subprograma:

* BNDES PSI – Inovação e máquinas e equipamentos eficientes

Os objetivos do BNDES PSI – Inovação, máquinas e equipamentos eficientes são apoiar:

* O aumento da competitividade por meio de investimentos em inovação compreendidos na estratégia de negócios da empresa, contemplando ações contínuas ou estruturadas para inovações em produtos, processos e/ou marketing, além do aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país
* A aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa, aí incluídos ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica
* Projetos de engenharia para estimular o aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no país nos setores de Bens de Capital , Defesa, Automotivo, Aeronáutico, Aeroespacial, Nuclear, Petróleo e Gás, Químico, Petroquímico, e na cadeia de fornecedores das indústrias de Petróleo e Gás e Naval

**Formas de apoio:**

BNDES PSI – Inovação, máquinas e equipamentos eficientes: Direta e indireta não automática.

As operações indiretas de financiamento a planos de negócios em inovação são realizadas exclusivamente pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

**Itens financiáveis:**

BNDES PSI – Inovação,máquinas e equipamentos eficientes:

* Plano de negócios em inovação
* Ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa
* Capital de giro associado à aquisição dos bens descritos no item anterior
* Atividades de engenharia local, apresentadas sob a forma de projeto de desenvolvimento e que ampliem a capacitação de empresas dos setores de Bens de Capital, Defesa, Automotivo, Aeronáutico, Aeroespacial, Nuclear, Petróleo e Gás, Químico, Petroquímico e na cadeia de fornecedores das indústrias de Petróleo e Gás e Naval. Admite-se o apoio a empresas de Engenharia Consultiva, desde que em projetos destinados a atender aos setores apoiados pelo Programa.

**Condições financeiras:**

BNDES PSI – Inovação, máquinas e equipamentos eficientes:

Valor mínimo para apoio: R$ 1 milhão (para operações diretas) e sem valor mínimo (para operações indiretas, exceto as realizadas junto à Finep).

Taxa de juros: taxa fixa de 4%aa.

Participação máxima do BNDES: até 100% dos itens financiáveis (para micro e pequenas empresas), até 80% dos itens financiáveis (para média-grande e grandes empresas, e entes da Administração Pública Direta).

Prazo total: até 10 anos (financiamento a planos de investimento em inovação), até 12 anos (para aquisição de ônibus elétricos e demais equipamentos eficientes), até 8 anos (financiamento a atividades de engenharia local).

Garantias: estabelecidas de acordo com um dos Produtos do BNDES, e de acordo com as características do apoio financeiro.

**BNDES P&G (Petróleo e Gás Natural)**

Programa que visa contribuir para o desenvolvimento da cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de Petróleo e Gás Natural (P&G). Possui 2 subprogramas, com finalidades distintas:

* BNDES P&G Estruturante
  + Criar e ampliar a capacidade produtiva das empresas fornecedoras de bens e serviços relacionados ao setor
  + Apoiar a incorporação, a aquisição e a fusão de empresas, visando ao aumento de porte e capacidade de competição no mercado doméstico e internacional
  + Apoiar projetos de investimentos no exterior que visem à ampliação da capacidade produtiva, implantação, recuperação, modernização e otimização de unidades industriais, bem como a busca de tecnologias no exterior
  + Aperfeiçoar instrumentos que capacitem as empresas, ampliando sua participação no mercado
  + Apoiar o desenvolvimento da capacidade para empreender atividades inovativas, apoiar os projetos de inovação de natureza tecnológica e apoiar os investimentos necessários à absorção dos resultados do processo de pesquisa e desenvolvimento ou inovação.
* BNDES P&G Automático
  + Fortalecer a cadeia produtiva de petróleo e gás por meio de apoio financeiro para capital de giro não associado a projeto de investimento

**Empreendimentos apoiáveis:**

No BNDES P&G Estruturante podem ser apoiados:

* Implantação, ampliação, recuperação e/ou modernização da capacidade produtiva
* Projetos de incorporação, fusão e aquisição de empresas no âmbito doméstico ou internacional (somente para empresas de controle nacional)
* Projetos de internacionalização
* Operações de adequação do perfil de endividamento das empresas
* Produção de equipamentos, acessórios, instalações, materiais e prestação de serviços, por meio do apoio a capital de giro não associado a projeto de investimento, incluindo os serviços de engenharia e também abrangendo as operações de *leasing*
* Plano de Investimento em Inovação

**Formas de apoio:**

No BNDES P&G Estruturante: operação direta. No entanto, alguns empreendimentos apoiáveis podem ser por operação indireta e/ou mista.

**Público alvo:**

Sociedades empresárias com sede e administração no país que integram ou venham a integrar a cadeia de fornecedores de bens e serviços relacionados ao setor de petróleo e gás natural.

**Itens financiáveis:**

No BNDES P&G Automático: capital de giro não associado a projeto de investimento.

**Condições financeiras:**

No BNDES P&G Estruturante:

Valor mínimo de financiamento: R$ 1 milhão (para projetos de inovação), R$ 3 milhões (para projetos de implantação e modernização da capacidade produtiva e para capital de giro), e R$ 10 milhões (para demais empreendimentos apoiáveis).

Taxa de juros: custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de risco de crédito (para apoio direto) ou custo financeiro + remuneração básica do BNDES + taxa de intermediação financeira + remuneração da instituição financeira credenciada (para apoio indireto)

Participação máxima do BNDES: varia de acordo com o item a ser financiado e com o porte e tipo da empresa.

Prazo total: varia de acordo com o item a ser financiado.

Garantias: definidas na análise da operação (para operações diretas) e negociadas entre a instituição financeira credenciada e o cliente (para operações indiretas).

No BNDES P&G Automático:

Taxa de juros: custo financeiro + remuneração do BNDES + taxa de intermediação financeira + remuneração da instituição financeira credenciada.

Limite de financiamento: R$ 20 milhões por cliente, a cada período de 12 meses.

Prazo total: até 3 anos, incluído o prazo de carência de 1 a 6 meses.

Garantias: definidas a critério da instituição financeira credenciada.

## Cartão BNDES

Voltado para Micro, Pequenas e Médias Empresas de controle nacional, consiste em um crédito pré-aprovado, de até R$ 1 milhão, para aquisição de produtos credenciados no [**Portal de Operações do Cartão BNDES**](https://www.cartaobndes.gov.br/).

Atualmente, emitem o Cartão BNDES o [**Banco do Brasil**](http://www.bb.com.br/), o [**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)**](http://www.brde.com.br/), o [**Banrisul**](http://www.banrisul.com.br/), o [**Bradesco**](http://www.bradesco.com.br/), a [**Caixa Econômica Federal**](http://www.cef.com.br/), o [**Itaú**](http://www.itau.com.br/), o [**Santander**](http://www.santander.com.br/), o [**Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)**](http://www.sicoob.com.br/) e o [**Sicredi**](http://www.sicredi.com.br/).

### Taxa de juros

A taxa de juros é definida mensalmente, em função da taxa a termo divulgada pela ANDIMA, calculada com base nas Letras do Tesouro Nacional, e está disponível e atualizada no [**Portal de Operações do Cartão BNDES**](https://www.cartaobndes.gov.br/)

### Prazo

Amortização de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais. Alguns bancos emissores podem oferecer outros prazos.

### Limite

Negociado entre o banco emissor e o cliente na análise de crédito para concessão do cartão, limitado a R$ 1 milhão por banco emissor.

### Fornecedores

Pessoa jurídica ou equiparada, com sede e administração no País, que fabrique ou que seja autorizada pelo fabricante a vender no país os produtos credenciados.

Podem solicitar credenciamento como fornecedor no Cartão BNDES:

* Empresas fabricantes de bens novos e insumos de setores autorizados pelo BNDES, com índice de nacionalização mínimo de 60%.
* Distribuidores, desde que indicados por fabricante(s) credenciado(s).
* Entidades que prestam serviços de avaliação de conformidade, desde que acreditadas pelo Inmetro.
* Entidades que prestam serviços de acreditação, no caso de hospitais e instituições de saúde, desde que prestados segundo os padrões reconhecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
* Gráfica que aceite encomenda de impressão de livros feitos por editoras.
* Fabricantes de CD e DVD que aceitem encomenda de tiragens (cópias) feitas por gravadoras e distribuidoras de filmes ou locadoras de vídeo.
* Fabricantes de materiais, componentes e sistemas construtivos destinados à construção civil, qualificados no Programa Setorial da Qualidade (PSQ), no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do Ministério das Cidades, ou que apresentem certificação no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), emitida por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro (veja [**mais informações sobre o PBQP-H**](http://www2.cidades.gov.br/pbqp-h/projetos_simac_psqs.php)).

### Garantias

Negociadas entre o banco emissor e o cliente, na análise de crédito para concessão do cartão.

**FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

Os financiamentos reembolsáveis são realizados com recursos próprios ou provenientes de repasses de outras fontes. As empresas e outras organizações interessadas em obter crédito podem apresentar seus planos de negócios de inovação à Finep a qualquer tempo.

Como financiamento reembolsável, entende-se crédito concedido a empresas que demonstrem capacidade de pagamento e condições para desenvolver projetos de P,D&I. Os prazos de carência e amortização são calculados em função da combinação entre os prazos de execução dos projetos, sua geração de caixa e a capacidade de pagamento da empresa.

Desde setembro de 2013, as empresas devem acessar o [hotsite FINEP 30 dias](http://www.finep.gov.br/30dias/)[[16]](#footnote-16), onde estão todas as informações necessárias para a obtenção de financiamento para investimento em inovação sob a forma de crédito.

**Finep Inova Brasil – Programa de Incentivo à Inovação nas Empresas Brasileiras**

Programa que tem por objetivo o apoio aos planos de investimentos estratégicos em inovação das empresas brasileiras, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento, em consonância com o Plano Brasil Maior, do Governo Federal, e as seguintes diretrizes:

* Aumento de competitividade nacional e internacional
* Incremento de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no país e cujos investimentos sejam compatíveis com a dinâmica tecnológica dos setores em que atuam
* Inovação com relevância regional ou inserida em arranjos produtivos locais, objeto de programas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
* Contribuição mensurável para o adensamento tecnológico e dinamização de cadeias produtivas
* Parceria com universidades e/ou instituições de pesquisa do país

O apoio acontece por meio de financiamento com encargos reduzidos para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras. As operações de crédito nesta modalidade são praticadas com encargos financeiros que dependem das características dos projetos.

**Público alvo:**

Médias, médias-grandes e grandes empresas[[17]](#footnote-17).

**Linhas de ação:**

O apoio da Finep à inovação das empresas brasileiras, por meio de financiamento reembolsável, ocorre dentro das seguintes linhas de ação:

* Inovação pioneira – tem como objetivo o apoio a todo o ciclo de desenvolvimento tecnológico, desde a pesquisa básica ao desenvolvimento de mercados para produtos, processos e serviços inovadores, sendo imprescindível que o resultado final seja, pelo menos, uma inovação para o mercado nacional. Também podem ser admitidos projetos cujos resultados, embora não caracterizem uma inovação pioneira, contribuam significativamente para o aumento da oferta em setores concentrados, considerados estratégicos pelas ênfases governamentais, e nos quais a tecnologia comumente se caracterize como uma barreira à entrada
* Inovação contínua – apoio a empresas que desejem implantar atividades de P&D e/ou programas de investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, por meio da implantação de centros de P&D próprios ou da contratação junto a outros centros de pesquisa nacionais. O objeto dessa linha de ação é o fortalecimento das atividades de P&D compreendidas na estratégia empresarial de médio e longo prazo
* Inovação e competitividade – destinado ao apoio a projetos de desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos, processos e serviços, aquisição e/ou absorção de tecnologias, de modo a consolidar a cultura do investimento em inovação como fator relevante nas estratégias competitivas empresariais
* Tecnologias críticas – aquelas que visam atender às necessidades econômicas e sociais futuras do país e, por isso, têm longo prazo de maturação, demandam grande esforço de pesquisa e desenvolvimento pela empresa, mobilizam universidades e institutos de pesquisa, combinam complexos conhecimentos científicos e tecnológicos. Esta linha é exclusiva para os setores econômicos e áreas do conhecimento considerados pelo Governo Federal como estratégicos para o país. (conforme o Plano Brasil Maior[[18]](#footnote-18))
* Pré investimento – apoio a projetos de pré investimento que incluem estudos de viabilidade técnica e econômica, estudos geológicos, projetos básico, de detalhamento e executivo

**Encargos:**

Acesse a Tabela de Encargos da Finep, com os tipos de projetos apoiáveis, taxas, condições de financiamento e participação da Finep.

http://download.finep.gov.br/politicaOperacional/PoliticaOperacional-TabelaConsolidada.pdf

**Garantias:**

Devem ser apresentadas, cumulativamente, garantias reais e pessoais, conforme orientações dispostas no Manual de Garantias (disponível no [hotsite do FINEP 30 Dias](http://www.finep.gov.br/30dias/)), desde que respeitadas as condições definidas para cada operação.

http://www.finep.gov.br/30dias/

**Inova Petro (em parceria com BNDES e Petrobras)**

Programa conjunto da Finep e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Seu objetivo é fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Espera-se que esse programa contribua para a política de aumento de conteúdo local e para a competitividade e sustentabilidade da cadeia de fornecedores nacional.

**Público alvo:**

Empresas brasileiras e/ou grupo econômico brasileiro com Receita Operacional Bruta (ROB) igual ou superior a R$ 16 milhões ou patrimônio líquido igual ou superior a R$ 4 milhões no último exercício, individualmente ou em associação, que tenham interesse em empreender atividades de produção e comercialização dos produtos ou serviços decorrentes das tecnologias relacionadas aos temas. Projetos de empresas com ROB inferior a esse limite são elegíveis somente se desenvolvidos em conjunto com outra empresa e/ou grupo econômico com ROB superior a este valor.

**Linhas temáticas:**

Processamento de superfície, instalações submarinas, poços e reservatórios.

**Características gerais:**

Os projetos devem ser desenvolvidos integralmente no território nacional e serem aderentes às linhas temáticas.

Não são passíveis de apoio, com recursos deste Programa, projetos de tropicalização e/ou internalização de tecnologias já desenvolvidas no exterior pelas matrizes e/ou controladoras de empresas proponentes instaladas no Brasil.

Os projetos devem ter valor mínimo de R$ 5 milhões e prazo de execução de até 60 meses.

A participação da FIinep e do BNDES no apoio será de até 90% do valor total do projeto, sendo o valor restante contrapartida mínima obrigatória da empresa selecionada.

**Instrumentos de apoio:**

Pela Finep, os instrumentos são: Crédito, Subvenção Econômica, Cooperativo ICT/Empresa e Investimento Direto em Empresas Inovadoras.

Pelo BNDES são: Operações de crédito, participação acionária e Funtec.

**Inovacred**

Programa que oferece financiamento a empresas de receita operacional bruta anual ou anualizada de até R$ 90 milhões, para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, ou ainda em inovação em marketing ou inovação organizacional visando a ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional ou nacional.

**Linhas temáticas:**

As atividades apoiáveis são :

* Atividades que contribuem para a geração de conhecimento
  + Demonstração de conceito e simulação, quando associados à inovação
  + Desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços
  + Protótipo e prototipagem
  + Engenharia básica (concepção e definição dos parâmetros desconhecidos para detalhamento de projetos engenharia não rotineira)
  + Absorção de tecnologia
* Atividades que utilizam e/ou aprimoram o conhecimento
  + Compra e adaptação de tecnologia (inclusive assistência técnica)
  + Aprimoramento de tecnologias, produtos, processos e serviços
  + Infraestrutura de P&D
  + Desenho industrial
  + Planta piloto (*scale-up*)
  + Comercialização pioneira
* Atividades que dão suporte à utilização do conhecimento
  + Implantação de sistemas de controle de qualidade
  + Metrologia, normalização, regulamentação técnica e validação de conformidade (inspeção, ensaios, certificação e demais processos de autorização)
  + Pré investimento (estudos de viabilidade, estudos de mercado, planos de negócios, planos de marketing, e prospecção tecnológica)
  + Modelos de negócios inovadores

**Características gerais:**

O apoio financeiro deste Programa é concedido de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros que atuam em seus respectivos estados ou regiões, assumindo o risco das operações.

Os valores dos projetos financiados devem ser iguais ou superiores a R$ 150 mil e iguais ou inferiores a R$ 2 milhões para as empresas de porte I e II, e iguais ou inferiores a R$ 10 milhões para as empresas de porte III.

O custo final das operações para as empresas financiadas será de TJLP. Para as empresas da região Norte e Nordeste, o custo final das operações será de TJLP menos 1,5% aa.

O somatório do prazo de carência e de amortização concedido pelos agentes financeiros às empresas financiadas é de no máximo 96 meses, podendo o agente, respeitada esta limitação, fixar a carência e amortização adequadas a cada empresa em função do projeto, sendo que a carência máxima será de 24 meses.

As empresas financiadas são classificadas em portes da seguinte forma:

* Porte I – empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada inferior a R$ 3,6 milhões
* Porte II - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada igual ou superior a R$ 3,6 milhões e inferior ou igual a R$ 16 milhões
* Porte III - empresas cuja receita operacional bruta anual ou anualizada superior a R$ 16 milhões e inferior ou igual a R$ 90 milhões

As empresas de porte I devem aportar contrapartida de no mínimo 10% do valor total do projeto. As de portes II e III devem aportar contrapartida de no mínimo 20% do valor total do projeto.

* **Processo de Seleção**

## ****LINHA INOVACRED EXPRESSO****

A Linha INOVACRED EXPRESSO tem por objetivo financiar atividades inovadoras em empresas e outras instituições cuja receita operacional bruta anual ou anualizada seja de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), através da concessão de recursos de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de forma simplificada, desde que atendidas as condições de enquadramento.

Destina-se a microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas, brasileiras e que tenham receita operacional bruta anual de até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

Poderão ser financiadas as empresas e outras instituições cuja atividade econômica apresente receita operacional bruta superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), desde que motivada por questões sazonais e que o valor médio da receita operacional bruta auferida nos dois últimos exercícios findos seja inferior a 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

Para fins da Linha INOVACRED EXPRESSO, as financiadas serão classificadas da seguinte forma:

1. Porte I – empresas e outras instituições com receita operacional bruta anual ou anualizada inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
2. Porte II – empresas e outras instituições cuja receita operacional bruta anual ou anualizada igual ou superior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e inferior ou igual a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais).

**Condições de enquadramento do inovacred expresso**

Para que a empresa ou outra instituição tenha sua proposta enquadrada, ela deverá desenvolver atividades inovadoras para as etapas científicas, tecnológicas, organizacionais e comerciais, incluindo investimento em novas formas de conhecimento, que visam a inovação de produtos e/ou processos. Isto é, são todas as atividades necessárias para o desenvolvimento e implementação de produtos e processos novos ou aperfeiçoados. Estas atividades, de maneira geral, podem se desenvolver tanto dentro como fora da empresa (e internalizadas através da aquisição de um serviço).

A empresa ou outra instituição deverá ter utilizado algum dos mecanismos ou programas de apoio do governo para suas atividades inovadoras e atender a pelo menos um dos requisitos abaixo listados (II.1 ou II.2 ou II.3) e os investimentos pleiteados deverão necessariamente estar associados a seus esforços de inovação.

**Empresas que tenham recebido pelo menos um dos seguintes apoios de governo:**

1. Incentivos fiscais à P&D e inovação tecnológica obtidos, conforme previsto no Capítulo III da Lei nº 11.196/2005 nos últimos 5 anos.
2. Subvenção econômica à P&D nos últimos 10 anos. (Ex.: Subvenção Nacional FINEP, TECNOVA, PAPPE Subvenção, PAPPE Integração, PRIME, Editais estaduais, etc.).
3. Financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica em parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 5 anos. (Ex.: NAGI, SIBRATEC, SENAI/SESI, etc.).
4. Financiamento a projetos de P&D e inovação tecnológica sem parceria com universidades ou institutos de pesquisa nos últimos 5 anos. (Ex.: FINEP 30 dias, Juro Zero, Inova Brasil, MPME inovadora do BNDES, etc.).
5. Bolsas RHAE/CNPq para pesquisadores em empresas nos últimos 5 anos.
6. Aporte de venture capital baseado em recursos públicos nos últimos 5 anos. (Ex.: INOVAR FINEP, CRIATEC, etc.)

Obs: Para fins de enquadramento limita-se o ingresso para empresas ou outras instituições com operações contratadas nos itens acima. O período dessa contagem considera o intervalo entre a data de contratação da operação e a data da entrada do pedido de financiamento no Agente Financeiro. Para os casos de incentivos fiscais, apresentar as documentações comprobatórias aplicáveis (Lista das beneficiadas disponível no site no MCT&I).

**Empresas que tenham histórico na área de Propriedade Intelectual (Propriedade Industrial e Direito Autoral)**

1. Possuir registro de patente no INPI nos últimos 5 anos;
2. Ter depositado pedido de patente no INPI no mesmo ano do protocolo da proposta de financiamento ou nos dois anos anteriores, desde que o pedido de patente esteja válido até o momento do protocolo da proposta no Agente Financeiro;
3. Possuir registro de Direito Autoral nos últimos 5 anos – Aplicável apenas em caso de Software;

**Estar instalada em Incubadoras de Base Tecnológica ou Parques Tecnológicos**

No momento do pedido, a empresa ou outra instituição deverá comprovar que está instalada numa Incubadora ou Parque.

**apresentação da solicitação de financiamento**

A empresa ou outra instituição deverá encaminhar seu pedido de financiamento de acordo com o formulário disponível em anexo. Além disso, deve ser encaminhado o documento comprobatório da participação da empresa ou outra instituição na opção de enquadramento escolhida.

**o que pode ser financiado** São considerados como itens financiáveis do projeto aqueles necessários às atividades de Inovação e elencados a seguir:

a)    Equipamentos Nacionais

b)    Equipamentos Importados

c)    Aquisição de Softwares vinculados ao Desenvolvimento de Produto/Processo/Serviço Inovador

d)    Matérias Primas e Materiais de Consumo ligados à prototipagem ou Lotes Pioneiros

e)   Serviços de Consultoria Tecnológica

f)    Marketing e Comercialização  do Produto/Processo/Serviço Inovador

g)    Patenteamento e Licenciamento

h)    Compra de Tecnologia

i)     Treinamento

j)     Testes e certificação

**limite do financiamento** Até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

**participação da finep e contrapartida das empresas** 100% Financiável. Não é exigida contrapartida das empresas.

**ressarcimento** Serão reconhecidas despesas a partir da data de solicitação do financiamento.

**custo do financiamento para as empresas** TJLP + 3% a.a. para todas as regiões.

**remuneração do agente** 3% a.a. nos mesmos moldes do programa INOVACRED.

**taxa de serviços** O Agente Financeiro poderá estabelecer uma taxa de serviços livremente pactuada com a Financiada no instrumento contratual, limitada a 2% (dois por cento).

**prazos de carência e amortização dos financiamentos** Prazo do financiamento será de até 48 meses, incluída carência de 6 a 12 meses.

**liberação de recursos para as empresas** Os recursos serão liberados em parcela única.

Para o desembolso da parcela, a financiada deverá:

1. Comprovar a transcrição do contrato em um dos cartórios de registros de títulos e documentos da sede da empresa financiada ou no registro geral de imóveis, conforme a garantia apresentada;
2. Indicar a conta corrente bancária exclusiva vinculada à movimentação dos recursos;
3. Apresentar a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Receita Federal, ou a que vier a substituí-la;
4. Apresentar certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal, ou a que vier a substituí-la;
5. Apresentar certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço − FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
6. Estar adimplente com a União, seus órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta.

**garantias** O AGENTE FINANCEIRO deverá exigir das financiadas a constituição de garantia(s), suficiente(s) e idônea(s) em seu favor.

**sistemática de liberação de recursos da finep** É a mesma adotada no Programa INOVACRED, conforme o Manual Operacional de Orientação aos Agentes Financeiros.

**instrumentos operacionais**  Não há no caso desta linha relatórios de análise e acompanhamento técnico, ficando ao Agente a responsabilidade de análise cadastral, financeira e prestação de contas. No caso da prestação de contas, deverá ser verificado o enquadramento das rubricas nos itens apoiavéis da Linha. Os relatórios gerenciais serão os mesmos do Programa INOVACRED.

**prestação de contas** Sob a responsabilidade do Agente, devendo ser verificada a adequação das rubricas em caso de auditoria por amostragem.

**disposições gerais** Os valores das operações contratadas na linha INOVACRED EXPRESSO serão incluídos nos limites de crédito definidos para empresas de Porte I e Porte II.

O número de empresas e outras instituições contratadas será considerado no cálculo das metas de atendimento estabelecidas no Plano de Trabalho.

**Ações Regionais**

**FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais**

A FAPEMIG é a agência de indução e fomento à pesquisa e à inovação científica e tecnológica do Estado de Minas Gerais. Assim, apoia projetos de natureza científica, tecnológica e de inovação de instituições ou de pesquisadores individuais, que sejam considerados relevantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado.

**Pró-Inovação (em parceria com BDMG)**

Linha de financiamento criada com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento com foco na inovação de produtos, processos e serviços de empresas instaladas em Minas Gerais.

**Público alvo:**

Empresas instaladas em Minas Gerais.

Esclarecimentos sobre o setor Tecnologia da Informação (TI): são considerados os projetos que apresentam aplicações inovadoras de TI, com os riscos tecnológicos e metodologia de P&D bem delineados e não apenas os riscos mercadológicos.

**Itens apoiáveis:**

* Obras civis, construção e reforma
* Máquinas e equipamentos novos, usados ou importados
* Instalações, montagens, móveis e utensílios
* Veículos utilitários ou caminhões novos
* Informatização e desenvolvimento tecnológico
* Pesquisa e desenvolvimento
* Investimentos intangíveis e capital de giro associado (até 30% do valor solicitado)

Todos os itens apoiáveis devem estar relacionados diretamente com atividades voltadas para inovações radicais ou incrementais que resultem em significativa melhoria de qualidade, pioneirismo ou aumento da competitividade no mercado e maior produtividade.

**Características gerais:**

Juros: 8%aa.

Carência: até 12 meses.

Prazo total: até 60 meses.

Valores financiáveis: até R$ 2 milhões por empresa.

Garantias: aval dos sócios em operações até R$ 1 milhão, e outras modalidades de garantias, conforme política de crédito do BDMG, em operações acima de R$ 1 milhão.

**Programa de Apoio a Empresas em Parques Tecnológicos – PROPTEC (em parceria com BDMG)**

Linha de financiamento criada com o objetivo de apoiar propostas de implantação, ampliação e modernização de empresas localizadas em parques tecnológicos apoiados pelo governo, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais.

**Público alvo:**

Empresas habilitadas por meio do Edital de Enquadramento de Empreendimentos para Ocupação/Seleção de Empresas nos parques tecnológicos apoiados pelo governo de Minas Gerais, e que foram avaliadas pelos Conselhos Científicos Tecnológicos do Parque.

**Itens apoiáveis:**

* Obras civis, construção e reforma
* Máquinas e equipamentos novos, usados ou importados
* Instalações, montagens, móveis e utensílios
* Veículos utilitários ou caminhões novos
* Informatização e desenvolvimento tecnológico
* Pesquisa e desenvolvimento
* Investimentos intangíveis e capital de giro associado

**Características gerais:**

Juros: 9%aa.

Carência: até 12 meses.

Prazo total: até 60 meses.

Valores financiáveis: até $ 2 milhões por empresa.

Garantias: aval dos sócios em operações até R$ 2 milhões.

**DesenBahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia**

Agência com foco dirigido ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas, e ao microcrédito, e com objetivo de promover a inclusão econômica e social pelo crédito.

**FNE – Micro e Pequenas Empresas**

Programa de fomento para a implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs).

**Público alvo:**

Microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEIs) dos setores industrial, inclusive mineração, agroindustrial, de turismo, comercial e de prestação de serviços.

**Itens apoiáveis:**

* Gastos com construção, reforma e ampliação de benfeitorias e instalações
* Aquisição de veículos utilitários necessários (de acordo com a atividade econômica do empreendimento financiado), e de máquinas e equipamentos, podendo a aquisição ser financiadas de forma isolada
* Serviços específicos de consultoria de orientação empresarial
* Gastos com pesquisa mineral e caracterização de minérios
* Modernização de máquinas e equipamentos
* Capital de giro associado ao investimento, exceto para MEIs
* Gastos com frete para o transporte e/ou com a montagem de máquinas e equipamentos financiados de forma isolada

**Características gerais:**

Nível de participação:

* Ampliação, modernização e relocalização: até 100% do investimento a realizar
* Implantação: até 70% do investimento a realizar

Prazo: até 12 anos, incluídos até 4 anos de carência. No caso de microempreendedores individuais, o prazo é de até 36 meses (carência de até 2 meses).

Independentemente do porte do mutuário e da localização do empreendimento, sobre os juros incidirá bônus de adimplência de 15%, concedido exclusivamente se o mutuário pagar as prestações (juros e principal) até as datas dos respectivos vencimentos.

**FNE – Indústria, Comércio e Serviços**

Programa de financiamento do setor industrial, comercial ou de serviços, em projetos de implantação, expansão, modernização e relocalização com modernização.

**Público alvo:**

Empresas privadas.

**Itens apoiáveis:**

* Gastos com construção, reforma e ampliação de benfeitorias e instalações
* Aquisição de veículos relacionados com a atividade fim do proponente, e de máquinas e equipamentos, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada
* Serviços específicos de consultoria de orientação empresarial
* Gastos com pesquisa mineral e caracterização de minérios
* Capital de giro associado ao investimento, para a pequena-média empresa
* Modernização de máquinas e equipamentos
* Gastos com frete para montagem de máquinas e equipamentos financiados de forma isolada
* Tributos incidentes para o desembaraço aduaneiro de bens

**Características gerais:**

Nível de participação:

* Ampliação, modernização e relocalização: até 100% (pequenas médias empresas), até 95% (médias empresas), até 90% (grandes empresas)
* Implantação: até 70% dos investimentos financiáveis

Limite de financiamento: até R$ 13 milhões.

Prazo: determinado em função do cronograma físico e financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do beneficiário, observado o limite total de 15 anos, incluídos até 5 anos de carência.

Encargos financeiros:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Porte do mutuário** | **Natureza dos itens do projeto ou proposta** | |
| **Bens de capital (BK)** | **Outros itens** |
| Grande | 7,06% ao ano | 8,24% ao ano |
| Média e Pequena-média | 5,30% ao ano | 6,48% ao ano |

Independentemente do porte do mutuário e da localização do empreendimento, sobre os juros incidirá bônus de adimplência de 15%, concedido exclusivamente se o mutuário pagar as prestações (juros e principal) até as datas dos respectivos vencimentos.

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**GoiásFomento – Agência de Fomento de Goiás**

Sociedade anônima de economia mista e de capital fechado. É a instituição financeira do Estado de Goiás, seu acionista controlador.

Seu principal objetivo é contribuir para a aceleração do desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a criação de emprego e renda para as famílias, a modernização das estruturas produtivas, o aumento da competitividade, a redução das desigualdades regionais e setoriais, mediante a concessão de crédito em condições favoráveis.

Além dos financiamentos com recursos próprios e com recursos de repasses do FCO, do BNDES e do Crédito Produtivo, atua como agente financeiro dos Fundos de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir, Fomentar e Funmineral). Atua, também, em parceria com o Sebrae, na capacitação empresarial.

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais**

Atua como agente financeiro do Estado no apoio a projetos do setor público municipal e de empresas privadas, de todos os portes e dos mais diversos segmentos de negócios. Também exerce o seu papel com a participação em fundos de investimentos em inovação e sustentabilidade, participação acionária em empreendimentos por meio da subsidiária BDMGTEC, e na estruturação de projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs) na área de infraestrutura.

**Pró-Inovação (Fapemig/BDMG)**

Linha de financiamento criada com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento com foco na inovação de produtos, processos e serviços de empresas instaladas em Minas Gerais.

**Público alvo:**

Empresas instaladas em Minas Gerais.

Esclarecimentos sobre o setor Tecnologia da Informação (TI): são considerados os projetos que apresentam aplicações inovadoras de TI, com os riscos tecnológicos e metodologia de P&D bem delineados e não apenas os riscos mercadológicos.

**Itens apoiáveis:**

* Obras civis, construção e reforma
* Máquinas e equipamentos novos, usados ou importados
* Instalações, montagens, móveis e utensílios
* Veículos utilitários ou caminhões novos
* Informatização e desenvolvimento tecnológico
* Pesquisa e desenvolvimento
* Investimentos intangíveis e capital de giro associado (até 30% do valor solicitado)

Todos os itens apoiáveis devem estar relacionados diretamente com atividades voltadas para inovações radicais ou incrementais que resultem em significativa melhoria de qualidade, pioneirismo ou aumento da competitividade no mercado e maior produtividade.

**Características gerais:**

Juros: 8%aa.

Carência: até 12 meses.

Prazo total: até 60 meses.

Valores financiáveis: até R$ 2 milhões por empresa.

Garantias: aval dos sócios em operações até R$ 1 milhão, e outras modalidades de garantias, conforme política de crédito do BDMG, em operações acima de R$ 1 milhão.

**PROPTEC – Programa de Apoio a Empresas em Parques Tecnológicos**

Linha de financiamento criada com o objetivo de apoiar propostas de implantação, ampliação e modernização de empresas localizadas em parques tecnológicos apoiados pelo governo, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais/FAPEMIG.

Consideram-se parques tecnológicos os complexos organizacionais de caráter científico e tecnológico, estruturado de forma planejada, concentrada e cooperativa, promotor da cultura da inovação, da competitividade industrial e da capacitação empresarial com vistas ao incremento da geração de riqueza, os quais agregam empresas de base tecnológica e Instituições de Ciência e Tecnologia, de natureza pública ou privada, com ou sem vínculo entre si, conforme Lei Estadual de Inovação n. 17.348/08.

**Público alvo:**

Empresas habilitadas por meio do Edital de Enquadramento de Empreendimentos para Ocupação/Seleção de Empresas nos parques tecnológicos apoiados pelo governo de Minas Gerais, e que foram avaliadas pelos Conselhos Científicos Tecnológicos do Parque.

**Itens apoiáveis:**

* Obras civis, construção e reforma
* Máquinas e equipamentos novos, usados ou importados
* Instalações, montagens, móveis e utensílios
* Veículos utilitários ou caminhões novos
* Informatização e desenvolvimento tecnológico
* Pesquisa e desenvolvimento
* Investimentos intangíveis e capital de giro associado

**Características gerais:**

Juros: 9%aa.

Carência: até 12 meses.

Prazo total: até 60 meses.

Valores financiáveis: até $ 2 milhões por empresa.

Garantias: aval dos sócios em operações até R$ 2 milhões.

**Fomento Paraná – Agência de Fomento do Estado do Paraná**

Instituição financeira de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com capital social majoritariamente pertencente ao Estado do Paraná.

Tem por finalidade fornecer apoio financeiro para iniciativas de modernização e ampliação das atividades de pequenas e médias empresas e micro e pequenos empreendedores, do campo ou da cidade, de forma a estimular a geração de emprego e renda no Estado. Busca, também, impulsionar o desenvolvimento de negócios na área de inovação e tecnologia, concedendo crédito a empresas de base tecnológica, inclusive as que passam por incubadoras.

**Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas**

Linha de crédito voltada para micro e pequenas empresas que querem modernizar e ampliar suas atividades mantendo e gerando novos empregos.

**Público alvo:**

Pequenas empresas (faturamento anual entre R$ 360 mil a R$ 3,6 milhões), dos setores de indústria, comércio e serviços, localizadas no Estado do Paraná.

**Itens apoiáveis:**

* Investimentos fixos
  + Obras civis (construção e reforma) e instalações
  + Máquinas e equipamentos novos ou usados, de fabricação nacional, inclusive despesas de montagem
  + Móveis e utensílios
  + Informatização
  + Treinamento vinculado a um projeto de investimento
  + Desenvolvimento de produtos e processos, incluindo gastos com compra, absorção e adaptação de tecnologia e assistência técnica
* Capital de giro associado

**Características gerais:**

Valor do financiamento: de R$ 15 mil a R$ 300 mil. O valor total do financiamento para capital de giro deve ser calculado em função das necessidades específicas do empreendimento e corresponde até o limite máximo de 70% do investimento fixo.

Limite do financiamento: até 90% dos investimentos, observada a capacidade de pagamento do cliente.

Prazo: até 60 meses, incluído carência de até 12 meses.

Juros: de 6,30% a 7,46%aa + TJLP, podendo ser reduzido para 1,30% a 2,46%aa + TJLP, desde que os pagamentos das prestações sejam mantidos em dia e que não haja redução do número de empregados existentes no momento da emissão do contrato do financiamento.

Garantias e aval de terceiros: pode ser dispensada a garantia real e aceito o aval de terceiros, para financiamentos até R$ 200 mil. Independentemente das demais garantias porventura oferecidas, será sempre obrigatório o aval dos sócios e cônjuges.

O índice de garantia real deve corresponder, no mínimo, a 130% do valor do financiamento.

**Banco do Empreendedor Médias Empresas**

Linha de crédito que atende às empresas de médio porte para projetos de investimento, localizados no Estado do Paraná, que tenham por objetivo a ampliação, modernização e expansão da capacidade produtiva.

**Público alvo:**

Empresas (pessoa jurídica) dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços, localizadas no Estado do Paraná, com receita operacional bruta superior a R$ 3,6 milhões e igual ou inferior a R$ 300 milhões, desde que seu ativo total seja inferior a R$ 240 milhões.

**Itens apoiáveis:**

* Investimentos fixos
  + Obras civis (construção e reforma) destinadas a atividades da empresa
  + Execução de montagem e instalações necessárias e previstas no projeto financiado
  + Aquisição de máquinas e equipamentos, inclusive conjuntos e sistemas industriais, novos, nacionais e/ou importados sem similar nacional, devidamente internalizados no país, sem ônus e taxas alfandegárias
  + Aquisição de veículos motorizados ou acoplados, de fabricação nacional, novos e/ou com no máximo 3 anos de uso, desde que a finalidade seja comprovada para uso nas atividades fins da empresa e necessárias à sua logística operacional
* Capital de giro associado

**Características gerais:**

Valor do financiamento: até R$ 3 milhões, dependendo do valor do investimento e da capacidade de pagamento da empresa.

Prazo: até 60 meses, com carência de até 12 meses.

Juros: parcela fixa, de acordo com o *rating* da empresa e do projeto apurado pela Fomento Paraná + TJLP, podendo variar de TJLP + 6,3%aa a TJLP + 7,3%aa.

Haverá incidência de Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) de acordo com a alíquota vigente na data da liberação.

Garantias: aval dos sócios e garantias reais, representadas por hipoteca de imóvel e/ou alienação fiduciária de bens imóveis.

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**AgeRio – Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro**

Agência que estimula o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de recursos próprios, de repasses de linhas de crédito de diferentes instituições ou de fundos de fomento, investe em projetos de todos os portes, da micro à grande empresa, e contribui para a geração de emprego e renda, e para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses.

É uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro (Sedeis).

A AgeRio disponibiliza crédito para empresas que atuam em segmentos, tais como: Arranjos Produtivos Locais, Design e Inovação. O apoio vai desde o financiamento a projetos de inovação, capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, licenciamento ambiental, até projetos de eficiência energética.

**AgeRio Arranjo Produtivo Local**

As empresas dos 25 APLs do Estado do Rio de Janeiro têm à disposição a AgeRio Arranjo Produtivo Local, com mais de 10 linhas de financiamento para empresas integrantes de um dos APLs apoiados. Os produtos de crédito vão desde o financiamento a projetos de inovação, capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, licenciamento ambiental, até projetos de eficiência energética.

Os produtos de crédito são elaborados para atender a micro, pequenas e médias empresas e têm taxas a partir de 0,29%am.

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI

**Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS**

Agência que tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, atuando na formulação e execução de suas políticas públicas, como agente financeiro de excelência.

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina**

Agência que tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela legislação federal pertinente.

**Badesc Microempresa**

O Programa tem como objetivo apoiar investimentos de empresas.

**Público alvo:**

Empresas de pequeno porte dos setores da indústria, comércio e serviço, excluindo setor primário da economia.

**Itens apoiáveis:**

* Implantação, expansão, relocalização e modernização de empreendimentos ou de serviços
* Desenvolvimento tecnológico
* Inovação de produtos
* Adequação de fluxos produtivos
* Adequação à preservação ambiental
* Reestruturação organizacional (projetos específicos, objetivando a melhoria da capacidade comercial ou produtiva da empresa a partir de mudanças na estrutura organizacional)
* Ativos fixos de qualquer natureza, incluindo: civis, instalações, máquinas e equipamentos, veículos utilitários, etc
* Capital de giro associado a projeto
* Despesas pré operacionais
* Consultorias e sistemas, para modernização da gestão
* Ativos fixos usados (máquinas, equipamentos e veículos utilitários)
* Investimentos adquiridos ou realizados até 12 meses anteriores à data da abertura do processo de financiamento
* Industrialização ou comercialização de pescado
* Atividades agropecuárias
* Transferência de ativos, inclusive terrenos, desde que tenha a finalidade de reativação de atividade produtiva e seja de interesse econômico para o Estado de Santa Catarina

**Características gerais:**

Nível de participação: do Badesc:

* Microempresas: até 100% (fixo, misto e giro associado)
* Microempresas: até 50% (quando implantação)

Nos casos de participação do Badesc inferior a 100%, a contrapartida da empresa beneficiária deve ser devidamente comprovada na análise da operação.

Limite de crédito: mínimo de R$ 100.001,00 e máximo de R$ 250 mil (para capital fixo, misto ou giro associado a projeto).

Encargos:

Investimento fixo, misto ou giro associado a projeto: 10%aa + taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Prazo: total de até 48 meses, sendo até 12 meses de carência e até 36 meses de amortização (para investimento fixo ou misto), e até 24 meses, sendo até 6 meses de carência e até 36 meses de amortização (para giro associado a projetos).

Garantias:

* Real – hipoteca, alienação fiduciária (móveis e imóveis)
* Pessoal – aval dos sócios, administradores e respectivos cônjuges, e aval do FAMPE

Índice de garantia: 1,25 vezes o valor do financiamento, e 1,0 vez para máquinas e equipamentos quando constituírem objeto financiado e aquisição nova.

**Badesc Fomento**

O Programa tem como objetivo financiar investimento fixo ou misto, assim como capital de giro associado a projetos.

**Público alvo:**

Microempresas, empresas de pequeno, médio, médio-grande portes, além de empresas de grande porte e grupos econômicos dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços, excluindo-se o segmento primário da economia.

**Itens apoiáveis:**

* Implantação, expansão, relocalização e modernização de empreendimentos ou de serviços
* Desenvolvimento tecnológico
* Inovação de produtos
* Adequação de fluxos produtivos
* Adequação à preservação ambiental
* Reestruturação organizacional (projetos específicos, objetivando a melhoria da capacidade comercial ou produtiva da empresa a partir de mudanças na estrutura organizacional)
* Ativos fixos de qualquer natureza, incluindo: civis, instalações, máquinas e equipamentos, veículos utilitários, etc
* Capital de giro associado a projeto
* Despesas pré operacionais
* Consultorias e sistemas, para modernização da gestão
* Ativos fixos usados (máquinas, equipamentos e veículos utilitários)
* Investimentos adquiridos ou realizados até 12 meses anteriores à data da abertura do processo de financiamento
* Industrialização ou comercialização de pescado
* Atividades agropecuárias
* Transferência de ativos, inclusive terrenos, desde que tenha a finalidade de reativação de atividade produtiva e seja de interesse econômico para o Estado de Santa Catarina

**Características gerais:**

Nível de participação do Badesc:

* Empresas estabelecidas e em operação: até 100%
* Empresas em implantação: até 50%
* Microempresas: até 50% (quando implantação)

Nos casos de participação do Badesc inferior a 100%, a contrapartida da empresa beneficiária deve ser devidamente comprovada na análise da operação.

Limite de crédito: mínimo de R$ 100.001,00 e máximo de R$ 10 milhões (para capital fixo, misto ou giro associado a projeto).

Encargos:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Capital de Giro Associado a Projetos | | Investimento Fixo ou Misto | | | |
| até 24 meses | 36 meses | até 24 meses | 36 meses | 48 meses | 60 meses |
| 12,8%a.a.  +  TJLP | 13,8%a.a.  +  TJLP | 9,8%a.a.  +  TJLP | 10,8%a.a.  +  TJLP | 11,8%a.a.  +  TJLP | 12,8%a.a.  +  TJLP |

Sobre o saldo devedor do financiamento incidirá a taxa de juros compensatórios (remuneração básica) e a taxa de juros de longo prazo (TJLP), calculada a incidência por soma simples de ambas, nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade.

Prazo: total de até 60 meses, sendo até 12 meses de carência (para investimento fixo ou misto), e até 36 meses, sendo até 6 meses de carência (para giro associado a projetos).

Garantias:

* Real – hipoteca, bens imóveis, acrescidos ou não de máquinas e equipamentos (vinculados por meio de alienação fiduciária de bens imóveis – AFBI ou de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos – AFME)
* Pessoal – aval dos sócios, administradores e respectivos cônjuges

Índice de garantia: 1,25 vezes o valor do financiamento, e 1,0 vez para máquinas e equipamentos quando constituírem objeto financiado e aquisição nova.

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista**

Instituição financeira do governo do Estado de São Paulo que promove, desde 2009, o desenvolvimento sustentável do Estado por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo para pequenas e médias empresas paulistas.

Dentre os diferentes programas que viabiliza está o São Paulo Inova - iniciativa do governo do Estado para apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo. O programa conta com três linhas de financiamento operadas pela Desenvolve SP, uma delas com juros subsidiados pelo [Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet)](http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/fundo-estadual-cientifico-e-tecnologico-(funcet)), e outra com recursos do próprio fundo, e um edital para a chamada de um Fundo de Investimento para empresas de inovação tecnológica.

As três linhas de financiamento atendem empresas baseadas no Estado de São Paulo que tenham perfil inovador e com foco naquelas instaladas em incubadoras e nos parques tecnológicos. O enquadramento da operação em determinada linha será realizado com base no potencial de inovação do projeto apresentado, no valor a ser financiado e na faixa de faturamento da empresa.

**Linha Incentivo à Tecnologia**

Programa que financia projetos para o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, criação de novos produtos, processos ou serviços, investimentos em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, que incorporem ganhos tecnológicos ou processos inovadores à empresa.

**Público alvo:**

Empresas com faturamento anual de R$ 360 mil a R$ 300 milhões com projetos que incorporem ganhos tecnológicos e/ou processos inovadores à empresa.

**Características gerais:**

Limite da operação de até R$ 30 milhões, com até 30% de capital de giro associado.

Juros: a partir de 7% aa + IPC-FIPE.

Prazo: até 120 meses, incluído carência de até 24 meses.

Participação: até 100% do valor dos itens financiáveis.

**Linha Incentivo à Inovação**

Programa que financia projetos para a melhoria de produtos e a inovação tecnológica nas áreas de desenvolvimento de produtos e/ou processos.

O empresário conta com recursos do Funcet[[19]](#footnote-19), responsável por subsidiar os juros. Além disso, o empresário paga apenas a atualização do IPC/FIPE, desde que esteja adimplente.

**Público alvo:**

Empresas com faturamento anual de R$ 3,6 milhões a R$ 90 milhões.

**Características gerais:**

Limite da operação de até R$ 10 milhões, com até 30% de capital de giro associado.

Juros: zero + IPC-FIPE, quando pago até o vencimento.

Prazo: até 60 meses, com 12 meses de catência

Participação: até 100% do valor dos itens financiáveis.

**Linha FUNCET (Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)**

Programa voltado exclusivamente a empresas de inovação tecnológica (*startups*) e pequenas empresas com projetos de inovação, como a introdução de um novo produto ou processo no mercado.

A captação de projetos será realizada por meio de edital, ainda em fase de elaboração.

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP)**

As linhas de investimento do BADEP estão sob a responsabilidade da Fomento Paraná – Agência de Fomento do Estado do Paraná.

**Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas**

Mais informações sobre o Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas.

Recursos reembolsáveis >> FAP >> Fomento Paraná >> Banco do Empreendedor Micro e Pequenas Empresas

**Banco do Empreendedor Médias Empresas**

Mais informações sobre o Banco do Empreendedor Médias Empresas.

Recursos reembolsáveis >> FAP >> Fomento Paraná >> Banco do Empreendedor Médias Empresas

**BNDES PSI**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)**

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**Finep Inovacred**

Mais informações sobre o Inovacred.

Recursos reembolsáveis >> Finep >> Inovacred

**BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais**

**Pró-Inovação**

Mais informações sobre o Pró-Inovação.

Recursos reembolsáveis >> Fapemig >> Pró-Inovação

**PROPTEC**

Mais informações sobre o PROPTEC.

Recursos reembolsáveis >> Fapemig >> Programa de Apoio a Empresas em Parques Tecnológicos - PROPTEC

**BASA – Banco da Amazônia**

Banco com atuação voltada para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, por meio da definição de critérios rigorosos na análise do crédito.

**FNO Micro e Pequena Empresa (FNO MPE)**

Linha de crédito exclusiva para empreendimentos localizados na região Norte do país. Financia a implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e relocalização de empreendimentos não rurais, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FCN). A viabilização acontece por meio de financimento a investimento fixo e misto (capital de giro associado a investimento fixo), ou capital de giro.

**Público alvo:**

Empresas com faturamento de até R$ 3,6 milhões.

Empreendimentos dos seguintes setores: agroindústria, indústria, turismo, comércio, prestação de serviços, cultura, produção de bens manufaturados e semimanufaturados destinados exclusivamente à exportação.

**Itens apoiáveis:**

Podem ser financiados todos os itens necessários à implantaçãoo do plano ou projeto, tais como:

* Máquinas, equipamentos e veículos, aeronaves e embarcações de transporte de carga e de passageiros, novos ou usados, de forma isolada, desde que relacionados diretamente com a atividade do empreendimento
* Seguro dos bens oferecidos em garantia, nos primeiros 2 anos, devendo constar dos orçamentos os valores estimados
* Aquisição de imóveis (terrenos e/ou edificações) para localização ou relocalização do empreendimento
* Capital de giro não associado (capital de giro isolado) para aquisição de matéria prima, insumos, bens ou produtos necessários à formação ou manutençãoo do estoque para o desempenho da atividade da empresa

**Características gerais:**

Financiamento total: até a capacidade de pagamento do beneficiário, considerando o comprometimento máximo de até 70% das suas disponibilidades.

* Investimento misto: desde que observado o limite do financiamento total acima referido, a parcela equivalente ao capital de giro é limitada a 35% do investimento total, podendo este percentual ser elevado a até 50%, desde que devidamente justificado pelo plano ou projeto e comprovada a sua necessidade pelo Banco
* Investimento fixo: observado o limite do financiamento total acima referido, poderá ser financiado até 100% do valor dos itens financiáveis

Prazo:

* Investimento fixo ou misto: até 12 anos (incluída a carência de até 4 anos), podendo este prazo se estender a até 20 anos quando se tratar de financiamento destinado aos meios de hospedagem de empreendimentos de atividade turística
* Capital de giro não associado a investimento (aquisição de matéria prima/insumos/bens/produtos): até 24 meses, incluídos até 2 meses de carência
* Aquisição de imóveis para localização ou relocalização do empreendimento: até 15 anos, incluídos até 4 anos de carência
* Operações voltadas à exportação, cuja finalidade seja o capital de giro não associado a investimento: carência de até 12 meses, com o reembolso do crédito ocorrendo de uma só vez, na data de vencimento, sendo admitidas amortizações parciais ou liquidação da dívida antes do vencimento da operação

**FNO Amazônia Sustentável**

Programa de financiamento que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, em bases sustentáveis, apoiando os empreendimentos rurais e não rurais, na ampliação, diversificação, implantação, modernização, reforma e relocalização, mediante a concessão de financiamentos adequados às reais necessidades dos setores produtivos, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

**Público alvo:**

Empresas ou grupos econômicos com faturamento bruto anual superior a R$ 12 milhões.

Empreendimentos dos seguintes setores: agroindústria, indústria extrativa, construção civil, turismo, infraestrutura, comércio, prestação de serviços, cultura, exportação, e ciência, tecnologia e inovação.

**Itens apoiáveis:**

Podem ser financiados todos os itens necessários à implantação do plano ou projeto, inclusive máquinas, equipamentos e veículos, aeronaves e embarcações de transporte de carga e de passageiros, novos ou usados.

**Características gerais:**

Encargos financeiros:

* Investimentos em bens de capital
  + Pequena-média e média empresa: juros de 5,3%aa
  + Grande empresa: juros de 7,06%aa
* Demais investimentos
  + Pequena-média e média empresa: juros de 6,48%aa
  + Grande empresa: juros de 8,24%aa
* Capital de giro isolado
  + Pequena-média e média empresa: juros de 10,59%aa
  + Grande empresa: juros de 12,36%aa

Bônus de adimplência de 15% sobre os encargos financeiros para pagamentos realizados integralmente até a data do vencimento.

Financiamento total: até a capacidade de pagamento do beneficiário, considerando o comprometimento máximo de até 70% das suas disponibilidades.

* Investimento misto: desde que observado o limite do financiamento total acima referido, a parcela equivalente ao capital de giro é limitada a 35% do investimento total, podendo este percentual ser elevado a até 50%, desde que devidamente justificado pelo plano ou projeto e comprovada a sua necessidade pelo Banco
* Investimento fixo: observado o limite do financiamento total acima referido, poderá ser financiado de 65% a 100% do valor dos itens financiáveis

Prazo:

* Investimento fixo ou misto: até 12 anos (incluída a carência de até 4 anos), podendo este prazo se estender a até 20 anos quando se tratar de financiamento destinado a empreendimentos de infraestrutura
* Capital de giro não associado a investimento (capital de giro isolado): até 24 meses, incluídos até 6 meses de carência
* Aquisição de imóveis para localização ou relocalização do empreendimento: até 15 anos, incluídos até 4 anos de carência
* Operações voltadas à exportação, cuja finalidade seja o capital de giro não associado a investimento: carência de até 12 meses, com o reembolso do crédito ocorrendo de uma só vez, na data de vencimento, sendo admitidas amortizações parciais ou liquidação da dívida antes do vencimento da operação
* Financiamentos da atividade turística, relativamente aos meios de hospedagem: até 20 anos, incluídos até 5 anos de carência

**PROGER Urbano – Micro e Pequena Empresa Investimento**

**Público alvo:**

Micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual de até R$ 5 milhões.

**Itens apoiáveis:**

Implantação, ampliação, reforma e modernização de empreendimentos, cuja viabilização se dará por meio de financiamento a investimento fixo e misto (capital de giro associado a investimento fixo).

**Características gerais:**

Prazo: até 96 meses, com carência de 36 meses.

Limite de financiamento: até R$ 400 mil.

* Investimento fixo: até 100% do valor do projeto
* Capital de giro associado: até 40% do total do financiamento

Encargos financeiros:

* Encargos básicos: TJLP
* Encargos adicionais: taxa efetiva de juros de 2,65% a 5,33%aa

Garantia: hipoteca, alienação fiduciária, fiança ou aval.

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**BNB – Banco do Nordeste**

Banco focado no desenvolvimento e crescimento da região Nordeste do Brasil. Com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criou o Cresce Nordeste, um programa de financiamentos com juros baixos e prazos mais longos visando empreendedores com interesse em investor na região. O principal objetivo é promover o crescimento das atividades econômicas em bases sustentáveis, fortalecendo o mercado interno.

São beneficiados pelo Cresce Nordeste empreendedores de todos os portes em setores e atividades, tais como: indústria, comércio, serviços, cultura, turismo, grãos, apicultura, bovinocultura, ovinocaprinocultura, carcinicultura, floricultura e fruticultura.

**Programa de Financiamento à Inovação – FNE Inovação**

Linha de crédito que tem o objetivo de promover:

* A inovação em produtos, serviços, processos e/ou marketing nos empreendimentos de todos os setores da economia regional
* O desenvolvimento da indústria regional de *software* e das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de forma a ampliar a sua participação no mercado nacional e internacional, incentivar o processo de P,D&I, e  estimular a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e processos

**Público alvo:**

Empresas privadas (firmas individuais e pessoas jurídicas), constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, e produtores rurais, atendidos individualmente ou por meio de suas entidades associativas.

**Itens apoiáveis:**

Implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização que viabilizem inovações em produtos, serviços, processos e/ou marketing nos empreendimentos ou  o desenvolvimento da indústria regional de *software* e das empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), observando os objetivos deste programa e contemplando:

* Investimentos em: transferência e absorção de tecnologias, desenvolvimento de *software*, prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), P,D&I, avaliação e certificação, treinamento, consultoria e outros serviços especializados, propriedade intelectual, marketing, infraestrutura e apoio
* Aquisição isolada de matérias primas e insumos
* Capital de giro associado ao investimento
* Gastos com investimentos, assim como o custeio a eles vinculado ou não, relativos às explorações agropecuárias objetos de programas de difusão tecnológica

**Características gerais:**

Garantias (cumulativa ou alternativamente): hipoteca, alienação fiduciária, penhor, fiança ou aval.

Prazos:

* Rural
  + Investimento fixo – até 15 anos, incluídos até 5 anos de carência
  + Investimento semifixo – até 8 anos, incluídos até 3 anos de carência
* Não rural
  + Investimento – até 15 anos, incluídos até 5 anos de carência

Juros (operações de capital de giro, custeio ou comercialização isolado):

* Para operações rurais:
  + 5%aa – para miniprodutores, suas cooperativas e associações
  + 6,75%aa para pequenos produtores, suas cooperativas e associações
  + 7,25%aa para pequenos-médios e médios produtores, suas cooperativas e associações
  + 8,5%aa para grandes produtores, suas cooperativas e associações
* Para demais setores:
  + 6,75%aa para microempresas
  + 8,25% a.a. para pequenas empresas
  + 9,5%aa para médias empresas
  + 10%aa para grandes empresas

É concedido bônus de adimplência sobre os juros das operações de investimento com capital de giro ou custeio associado (15%) e para operações de capital de giro, custeio ou comercialização isolado (25%).

Prazo: até 12 anos, com até 4 anos de carência, em função da capacidade de pagamento do mutuário.

Limites de financiamento pelo FNE:

* Rural
  + Mini produtor – até 100%
  + Pequeno produtor – até 100%
  + Pequeno-médio produtor – 90% a 100%
  + Médio produtor – de 80% a 95%
  + Grande produtor – de 70% a 90%
* Empresarial
  + Micro – até 100%
  + Pequena – até 100%
  + Pequena-média – 90% a 100%
  + Média – de 80% a 95%
  + Grande – de 70% a 90%

**BNDES PSI Investimento**

Mais informações sobre o BNDES PSI.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES PSI – Programa de Sustentação do Investimento

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Banco do Brasil**

**Proger Urbano Empresarial**

Programa que financia investimentos de empresas que buscam expandir seus negócios, com reformas de instalações, aquisição de máquinas, equipamentos ou veículos automotores, e, assim, manter a competitividade. Além disso, com o Proger Urbano Empresarial, é possível investir em inovação, melhorias tecnológicas, e aumentar a capacidade produtiva da empresa.

**Público alvo:**

Empresas com faturamento bruto anual de até R$ 7,5 milhões.

**Itens apoiáveis:**

Podem ser apoiados 3 segmentos:

* Qualidade
  + Implantação de sistemas de controle de qualidade
  + Implantação de sistemas de gestão empresarial (consultoria, treinamento, aquisição de manuais técnicos, livros, periódicos e *softwares* administrativos)
  + Despesas com elaboração de projetos e prestação de assessoria gerencial
  + Itens que contribuem para o uso racional de energia
  + Recuperação, manutenção, despesas com transporte e seguro, aquisição de partes e peças, montagem, engenharia e supervisão de máquinas e equipamentos
* Expansão da produção
  + Despesas com construção civil ou reformas com ampliação
  + Compra de máquinas e equipamentos novos ou usados com até 5 anos de uso, inclusive de origem estrangeira já internalizados
  + Compra de móveis e utensílios
  + Reformas sem apliação em instalações comerciais
* Tecnologia e inovação
  + Transferência de tecnologia
  + Extensões tecnológicas (*softwares* técnicos, por exemplo)
  + Pesquisa de desenvolvimento (protótipo)
  + Instalação de laboratórios de testes
  + Registro de patentes
  + Compra de computadores e periféricos, copiadoras, calculadoras, fax e outros equipamentos para escritório
  + Despesas com elaboração de projetos e prestação de assessoria gerencial

**Características gerais:**

Limite da operação: até 80% do projeto. Sendo o valor máximo do financiamento de R$ 600 mil, com ou sem capital de giro associado.

Prazo: até 72 meses, incluído carência de até 12 meses.

Encargos financeiros reduzidos.

**BB Crédito Empresa**

Programa que financia a aquisição de equipamentos de informática, máquinas, material de construção e veículos novos para empresas.

**Público alvo:**

Empresas com faturamento bruto anual de até R$ 90 milhões.

**Itens apoiáveis:**

* Equipamentos de informática nacionais novos, como computadores, *tablets*, *notebook*, *softwares*, impressoras, monitores, sistemas de segurançaa (CFTV), dentre outros
* Veículos de passeio e comerciais leves novos ou com o ano de modelo igual ao ano em curso, como camionetes (veículo de carga), camionetas (veículo misto), jipes, veículos de passeio e utilitários, motocicletas e triciclos
* Máquinas e equipamentos novos fabricados no país
* material de construção, desde os mais básicos (areia, cimento e brita) até de acabamento (pisos e revestimentos)

**Características gerais:**

Limite da operação: até 100% do valor do bem.

Valor do financiamento: R$ 1 mil.

Prazo: depende do item financiado, podendo chegar a até 60 meses, com até 3 meses de carência.

Garantias: alienaçãoo fiduciária do bem financiado e opção de vinculação do Fundo de Garantia de Operações (FGO), que propiciam melhores taxas.

Seguro: obrigatório (veículos)

**FCO Empresarial**

Programa, voltado para a região Centro Oeste, que coloca à disposição das empresas uma linha de crédito com condições especiais, com encargos financeiros, prazos e limites compatíveis com as diversas atividades produtivas.

Os recursos estão disponíveis em 4 programas, cuja finalidade é financiar os bens e serviços necessários à importação, ampliação, modernização e reformas que promovam o desenvolvimento da indústria, turismo regional, setores do comércio e infraestrutura econômica.

**Público alvo:**

Desenvolvimento industrial – pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral, na região Centro Oeste.

Infraestrutura econômica – pessoas jurídicas de direito privado e empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público que exerçam atividade produtiva na região Centro Oeste.

**Itens apoiáveis:**

Desenvolvimento industrial – todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária, ou relocalização de empreendimentos industriais e agroindustriais, com ou sem capital de giro associado, e aquisiçãoo de insumos e matéria prima.

Infraestrutura econômica – todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização e reforma de infraestrutura econômica, com ou sem capital de giro associado, e aquisiçãoo de insumos nos setores de: energia, transporte, armazenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, usinas de compostagem/aterros sanitários, instalação de gasodutos, produção de gás, distribuiçãoo de gás canalizado, atividades integradas de logística de armazenagem, transporte e comunicação, e telecomunicações.

(O FCO Empresarial financia empresas enquadradas como MPE atuantes nos setores acima listados, exclusivamente).

**Mais informações:**

Para saber as condições financeiras deste Programa acesse BB/FCO Empresarial.[[20]](#footnote-20)

Leia a Cartilha do FCO[[21]](#footnote-21).

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Caixa Econômica Federal**

**Microcrédito Produtivo Orientado Crescer Caixa**

Programa de crédito para compra de equipamentos e material de construção.

**Público alvo:**

Empreendedores formais e informais (pessoa física e jurídica).

**Itens apoiáveis:**

Compra de equipamentos e material de construção.

**Características gerais:**

Limite da operação: o valor do crédito depende da análise do crédito e da capacidade de pagamento do empreendimento. Mínimo de R$ 300 e máximo de R$ 15 mil.

Prazo: até 12 meses.

Encargos financeiros:

Modelo direto (operado pela Caixa) – juros a partir de 0,40742%am, IOF zero, taxa de abertura de crédito (TAC) de 1% sobre o valor do contrato, Custo Efetivo Total (CET) de 0,69%ap (para prazo de 6 meses) e 0,56%am (para prazo de 12 meses).

Modelo indireto (operado por instituições financeiras) – juros de 0,93% a 3,9%am (variável conforme modelo e instituição), , IOF zero, taxa de abertura de crédito (TAC) de até 3% (incide sobre o valor do empréstimo cobrado no ato da contratação).

**Bens de Consumo Duráveis**

Linha de crédito para financiar a compra de máquinas, equipamentos e outros bens novos e usados de empresas de todos os setores e em todas as regiões do país.

**Público alvo:**

Micro e pequenas empresas, com faturamento bruto anual de até R$ 15 milhões.

**Itens apoiáveis:**

Compra de máquinas, equipamentos e outros bens novos e usados.

**Características gerais:**

Limite da operação: dependendo da modalidade, até 100% do valor do bem constante na nota fiscal.

Prazo: até 60 meses, incluído carência de até 6 meses.

Forma de pagamento: as prestações são cobradas mensalmente.

Encargos: TR nas operações pós fixadas. IOF conforme legislaçãoo em vigor. Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) de 2% do valor da operaçãoo, sendo a TAC mínima de R$ 100 e máxima de R$ 800.

Garantias: alienação fiduciária dos bens financiados. Podem ser solicitadas garantias adicionais, se necessário.

Os bens constitutivos da garantria em favor da Caixa devem ser cobertos por seguro, conforme o tipo do bem e durante toda a vigência do contrato.

**Proger Investimento**

Linha de crédito para financiar plano de negócios de investimento e capital de giro associado.

**Público alvo:**

Micro e pequenas empresas.

**Itens apoiáveis:**

* Investimentos fixos, representados por bens, com até 10 anos de fabricação, exceto o de informática, inclusive equipamentos de origem estrangeira sem similar nacional e já internalizados no país, e serviços inerentes à atividade da empresa, previstos no plano de negócios
* Capital de giro associado destinado a suprir as necessidades de execuçãoo das atividades previstas no plano de negócios
* investimentos para implantação de sistemas de gestão empresarial, quando previstos no plano de negócios, exceto para cooperativas e associações de produção
* Financiamento de máquinas e equipamentos usados, exceto os de informática
* Financiamento de veículos de carga, produção nacional, modelo básico, com até 10 anos de uso, destinados à comprovada utilização nas atividades do empreendimento financiado

**Características gerais:**

Limite da operação: até 90% do projeto, limitado a R$ 600 mil. Inclui-se neste limite a parcela de capital de giro associado, quando houver, que não pode exceder a 35% do total do financiamento, limitada a R$ 30 mil.

Prazo: até 48 meses, incluído carência de até 6 meses.

Encargos: TJLP + 5%aa e IOF conforme legislação vigente.

Durante o período de carência, é devido o pagamento mensal da parcela de juros e TJLP.

**FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste)**

Linha de crédito criada para beneficiar empresas públicas não dependentes e empresas privadas que queiram investir no Nordeste brasileiro.

**Público alvo:**

Empresas de qualquer porte de faturamento, desde que venham a implantar, ampliar, modernizar ou diversificar empreendimentos na região de atuação da Sudene.

**Itens apoiáveis:**

Infraestrutura, saneamento, serviços públicos, atividades produtivas e empreendimentos com grande capacidade para gerar novos negócios.

São financiáveis investimentos em capital fixo para os dispêndios vinculados ao projeto, incluídos os projetos econômico financeiros, ambientais e suas compensações, civis e projetos afins, realizados a partir dos 6 meses anteriores à protocolização da consulta prévia na Sudene, incluindo:

* Obras preliminares e complementares
* Obras civis
* Formação de reserva hídrica e obras de drenagem em projeto integrado de irrigação
* Infraestrutura
* Máquinas, instalações, equipamentos e aparelhos, inclusive montagem, ajustamento e treinamento
* Veículos utilitários e embarcações
* Móveis e utensílios
* Despesas eventuais não previstas, para corrigir erros e omissões do projeto, desde que sejam limitadas a até 3% do total das suas inversões fixas e sejam comprovadas e acatadas pela Caixa

**Características gerais:**

Limite da operação: até 60% do investimento total do projeto ou até 80% do investimento fixo, sendo o investimento total a soma dos investimentos em capital fixo e dos investimentos em capital circulante.

Prazo: até 20 anos para projetos de infraestrutura (incluído o período de carência), e até 12 anos para os demais projetos.

Pagamento: as amortizações e o pagamento de juros são semestrais.

Contrapartidas: mínima de 20% dos investimentos totais previstos para o projeto.

Encargos: juros de 5% a 6,5%aa, conforme prioridade do projeto definida pela Sudene, quando da aprovação. IOF conforme legislação em vigor (atualmente alíquota zero).

**FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia)**

Linha de crédito destinada para empresas públicas não dependentes e empresas privadas que busquem recursos para realizar investimentos na região da Amazônia Legal.

**Público alvo:**

Empresas públicas não dependentes e empresas privadas, independente de porte de faturamento, que venham a implantar, ampliar, modernizar ou diversificar empreendimentos na região de atuação da Sudam.

**Itens apoiáveis:**

Infraestrutura, saneamento, serviços públicos, atividades produtivas e empreendimentos de grande capacidade germinativa de novos negócios.

São financiáveis investimentos em capital fixo para os dispêndios vinculados ao projeto, incluídos os projetos econômico financeiros, ambientais e suas compensações, civis e projetos afins, realizados a partir dos 6 meses anteriores à protocolização da consulta prévia na Sudam, incluindo:

* Obras preliminares e complementares
* Obras civis
* Formação de reserva hídrica e obras de drenagem em projeto integrado de irrigação
* Infraestrutura
* Máquinas, instalações, equipamentos e aparelhos, inclusive montagem, ajustamento e treinamento
* Veículos utilitários e embarcações
* Móveis e utensílios
* Despesas eventuais não previstas, para corrigir erros e omissões do projeto, desde que sejam limitadas a até 3% do total das suas inversões fixas e sejam comprovadas e acatadas pela Caixa

**Características gerais:**

Limite da operação: até 60% do investimento total do projeto ou até 80% do investimento fixo, sendo o investimento total a soma dos investimentos em capital fixo e dos investimentos em capital circulante.

Prazo: até 20 anos para projetos de infraestrutura (incluído o período de carência), e até 12 anos para os demais projetos.

Pagamento: as amortizações e o pagamento de juros são semestrais.

Contrapartidas: mínima de 20% dos investimentos totais previstos para o projeto.

Encargos: juros de 5% a 6,5%aa, conforme prioridade do projeto definida pela Sudam, quando da aprovação.

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**Banco Bradesco**

**CDC APL – Arranjos Produtivos Locais**

Operação destinada a atender necessidades das micro, pequenas e médias empresas participantes do projeto Arranjo Produtivo Local – APL na aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados.

O Arranjo Produtivo Local pode ser descrito como um complexo produtivo, geograficamente definido, caracterizado por um grande número de empresas envolvidas nos diversos estágios produtivos e, de várias maneiras, na fabricação de um produto, mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade (Becattini, 1999).

**Público alvo:**

Exclusivo para clientes pessoa jurídica, correntistas do banco e participantes do Projeto APL. Micro e pequenas empresas têm que assinar a declaração para redução da alíquota de IOF.

**Características gerais:**

Prazo: até 48 meses, incluído carência de até 180 dias.

Garantias: alienação fiduciária do bem e nota promissória.

Juros: 2,17%am (29,38%aa).

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**BNDES Profarma**

Mais informações sobre o BNDES Profarma.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Profarma

**BNDES Prosoft**

Mais informações sobre o BNDES Prosoft.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Prosoft

**Banco Itaú**

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

**BNDES Profarma**

Mais informações sobre o BNDES Profarma.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Profarma

**BNDES Prosoft**

Mais informações sobre o BNDES Prosoft.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Prosoft

**Banco Santander**

**BNDES Automático**

Mais informações sobre o BNDES Automático.

Recursos reembolsáveis >> BNDES >> BNDES Automático

* 1. RECURSOS EM PARCERIA COM AS ICTs

Aqui você encontra informações sobre projetos em parceria ICTs e empresas.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

* 1. **EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial**
  2. **Fundos Setoriais e FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**
  3. **Plataformas do Conhecimento**

**EMBRAPII[[22]](#footnote-22) – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial**

Trata-se de programa instituído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A Embrapii, constituída como uma Organização Social, tem o objetivo de estabelecer uma rede de cooperação entre empresas nacionais, instituições científicas e tecnológicas (ICTs), e instituições de direito privado, para a geração compartilhada de produtos e processos inovadores. Isto é, as empresas podem explorar - de forma subsidiada - a competência dos institutos tecnológicos que formam a EMBRAPII para o desenvolvimento conjunto de seus produtos e processos inovadores.

Empresas interessadas em empreender atividades de P,D&I, em parceria com os institutos vinculados, podem procurar os 3 institutos credenciados até o momento, cada um com áreas pré definidas para a realização de projetos:

* Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo – que atende demandas de materiais de alto desempenho
* Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Rio de Janeiro – que atende demandas nas áreas de tecnologia química industrial
* Senai Cimatec (Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia), da Bahia – que atende demandas em manufatura integrada
* Coppe/UFRJ, do Rio de Janeiro - que atende demandas de engenharia submarina
* Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - que atende demandas em software e automação
* Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM/ Lab. Luz Sincroton) - que atende demandas em processamento de biomassa
* CPQD - que atende demandas em comunicações óticas
* Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI - que atende demandas em sistemas inteligentes
* Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) - que atende demandas em manufatura aeronáutica
* Institutos Lactec – que atende demandas em eletrônica embarcada
* Instituto SENAI de Inovação em Engenharia de Polímeros/Centro Tecnológico de Polímeros SENAI – CETEPO – que atende demandas em polímeros
* LAMEF – Laboratório de Metalurgia Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – que atende demandas em tecnologia de dutos
* POLO – Laboratórios de Pesquisa em Refrigeração e Termofísica/Universidade Federal de Santa Catarina. – que atende demandas em tecnologias em refrigeração

A Embrapii, a partir da demanda das empresas faz com que os institutos tornem-se seus parceiros no desenvolvimento da pesquisa que vai resultar em inovação. Os recursos necessários para o desenvolvimento são dividos da seguinte maneira:

1/3 do total necessário é subsidiado pelo programa (recursos Finep não reembolsáveis)

1/3 do total necessário é considerado contrapartida econômica (não financeira) do instituto

1/3 do total necessário é investido financeiramente pela empresa

A Embrapii cumpre a fase intermediária do processo de inovação, uma vez que os institutos atuam com as empresas em projetos que estão entre a pesquisa de bancada e a produção e lançamento no mercado, como nas fases de protótipo, escalonamento e prova de conceito, por exemplo. Dessa forma, os institutos credenciados fazem o elo entre o conhecimento produzido nas ICTs e as empresas.

Os institutos relacionam-se com a empresa via um acordo de colaboração, com metas, cronogramas e garantias de qualidade. Cada projeto é objeto de negociação entre o instituto e a empresa, incluindo valores, propriedade intelectual, direito de comercialização, *royalties*, confidencialidade, etc.

O projeto da EMBRAPII usou como modelo a experiência alemã do Instituto Fraunhofer, fundaçãoo composta por 60 centros de pesquisa especializados em áreas diversas, e que terá parceria com instituições no Brasil.

**Os Fundos Setoriais e o FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na parceria de ICTs e Empresas**

Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia são os instrumentos de maior importância para a composição do fundo de financiamento não reembolsável de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, gerenciados pela FINEP. Os recursos que compõem os Fundos Setoriais devem ser aplicados para estimular a cadeia do conhecimento e o processo inovativo do setor no qual se originam. São oriundos de diferentes setores produtivos, derivados de receitas variadas, como *royalties*, compensação financeira, licenças, autorizações, etc. Cada Fundo Setorial possui uma lei específica, que define a sua origem.

Com os Fundos, podem ser apoiados projetos que estimulem toda a cadeia de conhecimento, desde a ciência básica até as áreas mais diretamente vinculadas a cada setor econômico. Os projetos a serem financiados são apresentados em resposta a chamadas públicas ou encomendas especiais, disponibilizadas na página da Finep. Cada chamada pública apresenta o objeto da chamada, os resultados esperados, as características das instituições elegíveis e das propostas, os recursos financeiros disponíveis, os prazos e os procedimentos do julgamento.

Por conta das suas características legais, os recursos dos fundos setoriais são destinados às instituições sem fins lucrativos, principalmente as ICTs. No entanto, as empresas podem vir a se beneficiar, indiretamente, nas chamadas públicas onde o foco é a parceria ICT e empresa, onde a empresa apresenta-se como interessada no desenvolvimento proposto. Os recursos são destinados às ICTs, mas o resultado do projeto pode ser utilizado pela empresa parceira da ICT[[23]](#footnote-23).

Os fundos setoriais possuem um modelo de gestão baseado na existência de Comitês Gestores[[24]](#footnote-24), um para cada Fundo. Os Comitês têm a prerrogativa legal de definir as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos. São os Comitês que decidem, em determinado ano, oferecer recursos em forma de parceria.

Por sua vez, os Fundos Setoriais compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado pelo Decreto Lei no.719/69, instrumento que viabiliza os recursos não reembolsáveis de apoio à pesquisa e desenvolvimento e inovação do governo federal. A Finep é a Secretaria Executiva do FNDCT.

Os Fundos Setoriais gerenciados pela Finep são:

* CT-Aero (Lei de referência 10.332/01) – estimula investimentos em P&D para garantir a competitividade no setor
* CT-Agro (Lei de referência 10.332/01) – estimula a capacitação científica e tecnológica em agronomia, veterinária e outras atividades prioritárias
* CT-Amazônia (Lei de referência 10.176/01) – estimula atividades de P&D das empresas de informática da Zona Franca de Manaus
* CT-Aquaviário (Lei de referência 10.893/04) – estimula projetos de P&D de inovações tecnológicas no transporte aquaviário
* CT-Biotec (Lei de referência 10.332/01) – estimula pesquisa e inovação no setor de biotecnologia
* CT-Energia (Lei de referência 9.991/00) – estimula programas e projetos na área de energia, especialmente eficiência energética no uso final
* CT-Espacial (Lei de referência 9.994/00) – estimula P&D da tecnologia espacial na geração de produtos e serviços
* CT-Hidro (Lei de referência 9.993/00) – financia estudo e projetos na área de recursos hídricos
* CT-Info (Lei de referência 10.176/01) – estimula o desenvolvimento e a produção de bens e serviços de informática e automação
* CT-Infra (Lei de referência 10.197/00) – estimula a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras
* CT-Mineral (Lei de referência 9.993/00) – estimula o desenvolvimento e a difusão de tecnologia intermediária nas pequenas e médias empresas visando projetos voltados à pesquisa técnico científica de suporte à exportação mineral
* CT-Petro (Lei de referência 9.478/97) – estimula a inovação na cadeia do petróleo e gás natural, o desenvolvimento de projetos de parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa
* CT-Saúde (Lei de referência 10.332/01) – estimula a capacitação tecnológica na área de interesse do SUS, a atualização da indústria de equipamentos médico hospitalares, e as tecnologias que ampliem o acesso à saúde
* CT-Transporte (Lei de referência 9.992/00) – estimula o investimento em P&D em engenharia civil, engenharia de transportes e outras áreas do setor de transporte rodoviário de passageiros e de carga no Brasil
* FUNTTEL (Lei de referência 10.052/00) – estimula inovação tecnológica, capacitação de recursos humanos, geração de empregos e acesso de pequenas e médias empresas do setor de telecomunicações
* Verde-Amarelo (Lei de referência 10.168/00 e 10.332/01) – estimula a cooperação tecnológica entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, as ações e os programas que consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco

**CT-Aero:** A posição que a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) conquistou no mercado internacional de aeronaves comerciais demonstra a capacidade técnica dos brasileiros nessa área. Com o Fundo, pretende-se estimular investimentos em P&D no setor para garantir a competitividade nos mercados interno e externo, buscando a capacitação científica e tecnológica na área de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica; a difusão de novas tecnologias; a atualização tecnológica da indústria brasileira; e a maior atração de investimentos internacionais para o setor.

A última chamada pública do CT-Aero aconteceu em 2010.

**CT-Agro:** O setor de agronegócios é responsável por uma parcela significativa do PIB brasileiro. O foco do CT-Agro é a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola, entre outras; atualização tecnológica da indústria agropecuária; estímulo à ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e difusão de novas tecnologias.

A última chamada pública do CT-Agro aconteceu em 2010.

**CT-Amazônia:** Seu foco é o fomento de atividades de pesquisa e desenvolvimento na região amazônica, conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.

A última chamada pública do CT-Amazônia aconteceu em 2006.

**CT-Aquaviário:** O foco do Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval é o financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados a inovações tecnológicas nas áreas do transporte aquaviário, de materiais, de técnicas e processos de construção, de reparação e manutenção e de projetos; capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de tecnologias e inovações voltadas para o setor aquaviário e de construção naval; desenvolvimento de tecnologia industrial básica e implantação de infraestrutura para atividades de pesquisa.

A última chamada pública do CT-Aquaviário aconteceu em 2013 e tinha o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos cooperativos entre IPCTs e empresas do setor de navipeças para a navegação interior, cabotagem e longo curso visando o desenvolvimento de tecnologias e fabricação de equipamentos no Brasil para atender a indústria naval.

Foram apoiadas propostas voltadas para atender pelo menos um dos seguintes temas:

* Tema 1 – Sistema de navegação, posicionamento, fundeio e atracação
* Tema 2 – Geração e distribuição e armazenamento de energia
* Tema 3 – Automação, controle e softwares diversos
* Tema 4 – Meio ambiente, segurança e salvatagem

**CT-Biotec:** Este Fundo serve para a formação e capacitação de recursos humanos para o setor de biotecnologia, fortalecimento da infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte, expansão da base de conhecimento, estímulo à formação de empresas de base biotecnológica e à transferência de tecnologias para empresas consolidadas, prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor.

A última chamada pública do CT-Biotec aconteceu em 2003.

**CT-Energia:** Este Fundo é destinado a financiar programas e projetos na área de energia, especialmente na área de eficiência energética no uso final. A ênfase é na articulação entre os gastos diretos das empresas em P&D e a definição de um programa abrangente para enfrentar os desafios de longo prazo no setor, tais como: fontes alternativas de energia com menores custos e melhor qualidade e redução do desperdício, além de estimular o aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional.

Para se atingir os objetivos do CT-Energia, são necessárias as seguintes ações:

* Conduzir estudos de planejamento energético e prospecções tecnológicas, apoiar projetos de demonstração, pesquisas para melhorar o entendimento do potencial de mercado e técnico das tecnologias de energia e aprimorar seu desempenho econômico e ambiental (do lado da oferta e uso final de energia)
* Avaliar as contribuições do país para o avanço e melhor posicionamento em Ciências de Energia e suas aplicações no cenário internacional
* Analisar o retorno social e econômico de carteiras de projetos de P&D
* Avaliar o potencial de redução de custos, adaptação de tecnologias para mercados regionais e/ou nacional
* Desenvolver estudos de mecanismos para levar a tecnologia produzida ao mercado nacional e garantir sua sustentabilidade no longo prazo
* Dar preferência a projetos estruturantes ou mobilizadores que incentivem a cooperação entre instituições de pesquisa, indústrias, concessionárias e órgãos públicos
* Contribuir com estudos para estabelecer protocolos, certificação e padrões técnicos para tecnologias de suprimento e uso de energia
* Promoção da capacitação de recursos humanos na área de energia e disseminação de informações
* Estabelecer metas para atividades de P&D coerentes com os objetivos de política energética do CNPE e de desenvolvimento nacional
* Observar transparência dos processos, promover a participação da comunidade de C&T, indústria e governo, além de manter procedimentos de avaliação e contabilidade dos investimentos e resultados alcançados

A última chamada pública do CT-Energia aconteceu em 2009.

**CT-Espacial:** O objetivo deste Fundo é estimular a pesquisa e o desenvolvimento ligados à aplicação de tecnologia espacial na geração de produtos e serviços, com ênfase nas áreas de elevado conteúdo tecnológico, como as de comunicações, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação, o que trará amplo benefício a toda a sociedade.

Não há informações disponíveis sobre as últimas chamadas públicas do CT-Espacial.

**CT-Hidro:** Destina-se a financiar estudos e projetos na área de recursos hídricos, para aperfeiçoar os diversos usos da água, de modo a assegurar à atual e às futuras gerações alto padrão de qualidade e utilização racional e integrada, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à prevenção e defesa contra fenômenos hidrológicos críticos ou devido ao uso inadequado de recursos naturais.

As atividades são apoiadas principalmente por meio de três mecanismos de apoio:

* Demanda induzida: nesta modalidade as prioridades e metas que se pretendem alcançar estão claras e definidas, sendo tornadas públicas, em geral, por meio de editais, podendo ser desenvolvidas por meio de: programas mobilizadores, redes cooperativas, manifestações de interesse, plataformas tecnológicas e projetos cooperativos
* Demanda: além da indução de programas e projetos, o CT-Hidro destina recursos financeiros limitados ao apoio da demanda espontânea que seja de relevância para o setor e com excelente mérito técnico. Só são aprovados projetos de qualidade excepcional e que versem sobre temas não cobertos pelos editais usados para as demandas induzidas
* Encomendas: pressupõem a existência de estudos de prospecção tecnológica que indiquem claramente a necessidade do país desenvolver um determinado produto, processo ou serviço

A última chamada pública do CT-Hidro aconteceu em 2013 e tinha o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro em rede de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e processos inovadores, inclusive aplicados à gestão de recursos hídricos.

No âmbito da última chamada pública, foram apoiados projetos estruturados em rede, nos seguintes temas:

* Tema 1 – Detecção e remoção de micropoluentes emergentes
* Tema 2 – Produtos e processos inovadores

Na última chamada realizada foram apoiadas propostas organizadas em formato de Rede de Pesquisa, as quais deveriam conter, no mínimo, três subprojetos, a serem executados por ICTs distintas, participantes da Rede. Cada Rede deveria, portanto, ser constituída por, no mínimo, três ICTs distintas.

**CT-Info:** Destina-se a estimular as empresas nacionais a desenvolverem e produzirem bens e serviços de informática e automação, investindo em atividades de pesquisas científicas e tecnológicas.

A última chamada pública do CT-Info aconteceu em 2006.

**CT-Mineral:** Fundo focado no desenvolvimento e na difusão de tecnologia intermediária nas pequenas e médias empresas e no estímulo à pesquisa técnico-científica de suporte à exportação mineral, para atender aos desafios impostos pela extensão do território brasileiro e pelas potencialidades do setor na geração de divisas e no desenvolvimento do país.

A última chamada pública do CT-Mineral aconteceu em 2005.

**CT-Petro:** Seu objetivo é estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa do país, visando ao aumento da produção e da produtividade, à redução de custos e preços e à melhoria da qualidade dos produtos do setor.

As ações apoiadas pelo CT-Petro devem ser sempre de interesse da indústria do petróleo e gás natural, sendo passíveis de apoio:

* Estudos de necessidades e prognósticos de oportunidades, realizados, prioritariamente, sob encomenda ou por atuação induzida
* Projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico
* Bolsas de estudo para capacitação de recursos humanos, associados aos projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico
* Eventos como congressos, seminários e workshops que contribuam para a definição de políticas, a análise de mercados nacional e internacional, o intercâmbio e a transferência de conhecimentos, a avaliação de tecnologias, o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas e a competitividade do setor, entre outros

A ação de fomento do CT-Petro é norteada pelos resultados dos estudos desenvolvidos pelas Agências do Sistema MCTI e pela ANP.

Visando ao desenvolvimento dos trabalhos pertinentes ao CT-Petro, à otimização de recursos, à busca de elevado nível para os programas e projetos, à permanente e adequada formação e capacitação de recursos humanos e à ampliação da participação da iniciativa privada nas atividades de pesquisa cooperativa, deverão ser observadas as seguintes estratégias gerais:

* Mobilizar as universidades e centros de pesquisa e toda a comunidade de Ciência e Tecnologia no sentido de atuar de forma participativa, otimizando investimentos e compartilhando recursos
* Direcionar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e de qualificação de recursos humanos aos interesses das empresas do setor de petróleo e gás natural
* Atender às políticas nacionais do setor, em especial as implantadas pela ANP, e os diagnósticos de necessidades e prognósticos de oportunidades para a indústria do petróleo
* Estimular as empresas a participar técnica e financeiramente da execução dos projetos apoiados pelo CT-Petro, especialmente demandando o desenvolvimento científico e tecnológico de novos produtos, processos e serviços

A última chamada pública do CT-Petro aconteceu em 2009.

Para mais informações, leia as Diretrizes Básicas do CT-Petro e o Manual Operativo do CT-Petro.

<http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/ct_petro/documentos/diretrizes.pdf>

http://www.finep.gov.br/fundos\_setoriais/ct\_petro/documentos/manual\_operativo.pdf

**CT-Saúde:** O objetivo do Fundo é a capacitação tecnológica nas áreas de interesse do SUS (saúde pública, fármacos, biotecnologia, etc.), o estímulo ao aumento dos investimentos privados em P&D na área e à atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos médico hospitalares e a difusão de novas tecnologias que ampliem o acesso da população aos bens e serviços na área de saúde.

A última chamada pública do CT-Saúde aconteceu em 2013 e tinha o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos cooperativos entre empresas e Instituições de Pesquisa Científicas e Tecnológicas (ICTs), visando o desenvolvimento tecnológico de interesse industrial relacionado a equipamentos e dispositivos médicos e odontológicos que apresentem características inovadoras, propiciando o domínio de tecnologias prioritárias para fins de uso em saúde humana.

Na última chamada do CT-Saúde foram apoiados, prioritariamente, projetos com as seguintes características:

* Envolviam riscos tecnológicos
* Estavam associados a oportunidades de mercado
* Demonstravam contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras atuantes nos segmentos industriais mencionados e, também, para o adensamento de cadeias produtivas e/ou incremento de gastos em atividades com pesquisa, desenvolvimento e inovação desses segmentos
* Não se caracterizavam como projetos de tropicalização e/ou internalização de tecnologias já desenvolvidas no exterior por empresas matrizes e/ou controladoras de empresas instaladas no Brasil

**CT-Transporte:** O foco deste Fundo é o financiamento de programas e projetos de P&D em Engenharia Civil, Engenharia de Transportes, materiais, logística, equipamentos e software para melhorar a qualidade, reduzir custos e aumentar a competitividade do transporte rodoviário de passageiros e de carga no Brasil.

Não há informações disponíveis sobre as últimas chamadas públicas do CT-Transporte.

**Os Fundos Setoriais CT-Infra e CT-Verde e Amarelo são os chamados Fundos Transversais, isto é, atendem a todos os setores econômicos.**

**CT-Infra:**

Criado para viabilizar a modernização e ampliação da infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisas brasileiras, por meio de criação e reforma de laboratórios e compra de equipamentos, por exemplo, entre outras ações.

O Fundo é voltado para:

* Instituições públicas de ensino superior e pesquisa e instituições públicas de pesquisa, que poderão ser representadas por Fundações de Apoio criadas para tal fim ou por entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo (regimental ou estatutariamente) a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico
* Instituições qualificadas como Organizações Sociais cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (de acordo com a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) e que tenham firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia ou com o Ministério da Educação.

**Verde-Amarelo:**

O Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação tem como objetivo intensificar a cooperação tecnológica entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em geral, contribuindo para a elevação significativa dos investimentos em atividades de C&T no Brasil nos próximos anos, além de apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.

As ações apoiadas pelo Fundo Verde-Amarelo são concebidas como instrumentos para formar parcerias, multiplicar recursos e catalisar sinergias entre atores públicos e privados que integrem o sistema nacional de inovação.

Para assegurar a adequação das diversas atividades a cargo do Fundo estabeleceu-se a agregação das ações em três eixos temáticos:

* Fatores sistêmicos para a inovação ou melhoria da infraestrutura tecnológica
* Cooperação tecnológica para a inovação
* Empreendedorismo de base tecnológica e sistemas locais de inovação

Para o êxito de suas ações, a aplicação dos recursos do Fundo Verde-Amarelo observa as seguintes diretrizes:

* Contribuir para a criação de um ambiente favorável à capacitação para inovação tecnológica, visando ao aumento de competitividade do setor produtivo brasileiro
* Incentivar o comprometimento das empresas e instituições de pesquisa com o processo de inovação
* Estimular a cooperação entre centros de pesquisa, instituições de ensino superior e empresas no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, processos e serviços, e também na realização de melhorias incrementais
* Contribuir para consolidação da infraestrutura de tecnologia industrial básica
* Valorizar, no processo de seleção das propostas a serem apoiadas, aspectos como valor agregado pelo aumento do conteúdo tecnológico, competitividade internacional e retorno econômico e social sobre o investimento, além daqueles de excelência e mérito, utilizados para os campos científico e tecnológico
* Induzir parcerias entre instituições, públicas ou privadas, que mantenham programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, buscando a complementaridade de programas afins, a otimização da utilização dos instrumentos disponíveis e a agilização na execução dos projetos cooperativos com empresas
* Incentivar a criação e consolidação de sistemas de informação em C,T&I
* Garantir o caráter estratégico da gestão dos recursos e sua aplicação em consonância com as políticas tecnológica e de desenvolvimento nacionais, por meio de permanente acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas

A última chamada pública do Verde-Amarelo aconteceu em 2004.

Para mais informações, leia as Diretrizes Estratégicas para o Fundo Verde-Amarelo.

<http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/verde_amarelo/documentos/ct-fva00diretrizes.pdf>

**FUNTTEL:**

O objetivo deste Fundo é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos, e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Este é o único Fundo que não é gerenciado pela Finep. Sua gestão está no âmbito do Ministério das Comunicações. O FUNTTEL possui explicitamente a prerrogativa em Lei para apoiar diretamente as empresas.

Os recursos do FUNTTEL são aplicados pelos agentes financeiros (BNDES e Finep) exclusivamente nos programas, projetos e atividades do setor de telecomunicações que assegurem, no país, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de produtos, tais como equipamentos e componentes, além de programas de computador, levando-se em consideração a produção local com significativo valor agregado.

Os projetos podem ser apresentados nas seguintes modalidades:

* Induzida, quando é feita uma convocação pública
* Encomendada, quando o Conselho Gestor encomenda o desenvolvimento de um projeto diretamente a uma instituição específica
* Espontânea, quando as instituições apresentam projetos por iniciativa própria

Os recursos do FUNTTEL podem ser utilizados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações, para o desenvolvimento tecnológico, pelas seguintes instituições:

* Instituições de ensino, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos
* Instituições de pesquisas, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos
* Empresas brasileiras prestadoras de serviços de telecomunicações
* Empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para o setor, desde que engajadas na produção efetiva no país

As instituições de pesquisa executoras de projetos apoiados pelo FUNTTEL devem estar credenciadas junto ao CATI (Comitê da Área de Tecnologia da Informação), ligado à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

As ações do Funttel são direcionadas pelos planos de aplicação de recursos definidos por cada um dos agentes financeiros.

A relação dos itens apoiáveis, os valores e as ccontrapartidas técnica e financeiras a serem apresentadas pelas empresas variam conforme o edital ou a chamada pública.

A última chamada pública do Funttel aconteceu em 2009.

**Plataformas do Cohecimento**

Plataformas são arranjos público-privados, que articulam competências com base em uma infraestrutura de CT&I de última geração, com instituições de pesquisa e empresas.

**Instituído pelo Decreto nº 8.269, de 25 de junho de 2014, os dois primeiros artigos merecem destaque:**

Art. 1~~º~~  Fica instituído o Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento - PNPC, com os seguintes objetivos:

I - realizar encomenda tecnológica destinada à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolva risco tecnológico; e

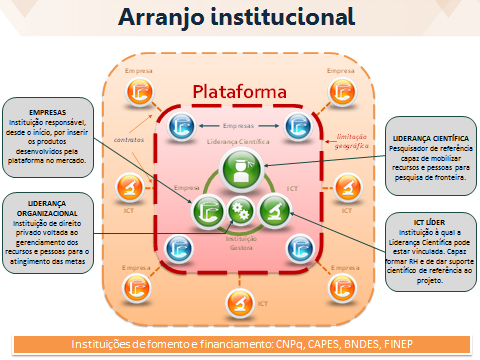
II - estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2~~º~~  Considera-se plataforma do conhecimento a empresa, o consórcio ou a entidade privada sem fins lucrativos que reúna agentes públicos e privados que atuem em conjunto para obter resultados concretos para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador de elevado risco tecnológico, com metas e prazos definidos

As Plataformas serão estruturadas pela lógica da resolução de problemas, orientadas pela demanda de interesses estratégicos do País.

Deverão gerar conhecimento, produtos e processos com alto impacto na CT&I, na vida das pessoas e do País.

Com base no programa, serão lançadas plataformas como medicamentos, vacinas e serviços na área de saúde, plataformas são em petróleo, engenharia básica e bioenergia na área de energia, e de melhoramento genético e mudanças climáticas na agricultura.

****

No caso da plataforma de P&G, a Petrobras, através do pesquisador Alvaro Maia, está em negociações com o MCTI para a implantação do projeto estruturante denominado SSIP. O SSIP pretende viabilizar os estudos para implantação do subsea factoring no país.

****

* 1. RECURSOS SUBSIDIADOS PARA CONSULTORIAS E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROTOTIPAGEM

Aqui você encontra informações sobre recursos subsidiados para empresas investirem em consultorias e desenvolvimento de produtos e prototipagem.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**

1. Programa SEBRAETEC
2. Sebrae Mais – Programa Sebrae para Empresas Avançadas
3. Programa Agentes Locais de Inovação (ALI)

**Finep – Financiadora de Estudos e Projetos**

1. Sibratec – Sistema Brasileiro de Tecnologia

**SBRT – Serviço Brasileiro de Respostas Técncias**

**Firjan e Sebrae/RJ**

1. Programa de Apoio ao Design, de Produto e Prototipagem

**CNI/Senai e Sebrae**

1. Procompi – Programa de Apoio à Competitividade de MPI (Micro e Pequenas Indústrias)

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Endeavor e McKinsey&Company**

1. InovAtiva Brasil

**FAPEMIG**

1. Programa de Apoio à Melhoria e Inovação Tecnológica (AMITEC) (em parceria com Retec e FIEMG)

**Programa SEBRAETEC**

O Programa SEBRAETEC é uma ferramenta que permite às empresas, de qualquer setor econômico, acessarem os conhecimentos tecnológicos existentes e disponíveis nas instituições de ensino, pesquisa e extensão tecnológica, com subsídio de até 80% dos custos dos serviços de consultoria tecnológica individual.

Por meio de um conjunto de consultorias especializadas, o SEBRAETEC mostra aos empreendedores que a inovação pode estar presente na empresa (independente do segmento e do porte) para aumentar o lucro e reduzir despesas. As consultorias oferecidas são:

* Consultorias para inovação
* Consultorias em design

Por exemplo: design de produtos e layout de loja, incluindo desenho, formato, conceito, cores, embalagem, logomarca, disposição e forma de exposição dos produtos, localização de balcão e trocador, iluminação, cores, aromatização.

* Consultoria em calibração (metrologia)
* Consultorias em certificações e indicação geográfica
* Consultoria para registro de marcas e patentes
* Consultoria em uso das normas técnicas
* Consultorias em comércio eletrônico
* Consultoria em reciclagem, eficiência energética e gestão ambiental
* Consultorias em práticas de manipulação dos alimentos

Por exemplo: boas práticas para manipulação, produção e distribuição de alimentos.

* Consultorias tecnológicas que visam a otimização e inovação do processo produtivo e planejamento da produção (PCP)
* Consultoria em implantação de sistemas
* Consultoria para elaboração de plano de negócios

Além das consultorias, por meio do SEBRAETEC, parte dos custos de desenvolvimento de novos produtos ou serviços é subsidiado pelo Sebrae. Os riscos envolvidos neste desenvolvimento também são reduzidos, uma vez que dentre os prestadores de serviços tecnológicos cadastrados e aptos a partcipar estão os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) que possuem cientistas, pesquisadores, engenheiros e técnicos especializados.

Outro ponto interessante do SEBRAETEC é a possibilidade/oportunidade de participar de editais de captação de recursos. Ou seja, por meio do Programa, o empreendedor pode contratar serviços tecnológicos de elaboração de projetos de inovação, conforme solicitado pelos diferentes editais e, assim, conseguir acessar os recursos e contratar uma ICT para auxiliar no desenvolvimento da inovação.

**Principais objetivos e benefícios:**

* Identificação detalhada das necessidades e deficiências da empresa em aspectos relacionados à tecnologia e produção
* Elaboração de plano de ação de acordo com o perfil da empresa e os interesses do empreendedor, com o objetivo de aplicar soluções tecnológicas que elevem o desempenho da empresa no mercado
* Aumento da produtividade, utilização racional de matéria prima, redução de custos de produção, melhoria do processo de produção, redução dos custos operacionais, melhoria na qualidade final do produto e aumento da competitividade da empresa no mercado

**Pré-requisito:**

Empreendedores em início de atividade ou que já possuem um pequeno negócio estabelecido, de todos os segmentos, desde que formalizados (é necessário ser uma empresa constituída).

**Mais informações:**

[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

**Sebrae Mais – Programa Sebrae para Empresas Avançadas**

O Sebrae Mais oferece soluções para empresas que buscam a evolução de seus negócios. Isso porque, quando a empresa cresce, muitas vezes o empresário não tem tempo para planejar o futuro e necessita de soluções práticas que podem ser aplicadas imediatamente na empresa.

As soluções que o Sebrae Mais oferece são:

1. Estratégias empresariais
2. Encontros empresariais
3. Gestão financeira
4. Gestão da inovação
5. Empretec
6. Gestão da qualidade
7. Ferramentas de gestão avançada

**Estratégias Empresariais**

O empreendedor aprende a elaborar as estratégias do negócio para que as tomadas de decisões sejam mais acertadas. Os principais pontos são:

* Reavaliação do negócio e identificação de novas alternativas em alinhamento com as competências pessoais e empresariais do empreendedor
* Análise do cenário do setor de atuação, tamanho de mercado, taxas de crescimento e concorrência
* Compartilhamento de ideias com outros empresários participantes
* Orientação personalizada de um consultor

Conteúdo programático

* Processo estratégico, análise de negócio e ambiente macro
* Diagnóstico do setor e da empresa
* Consolidação da análise e formulação
* Detalhamento para implantação da estratégia

Carga horária: 4 encontros presenciais (totalizando 28h de capacitação) e 18h de orientação personalizada em cada empresa participante.

**Encontros Empresariais**

Interação de empresários de um mesmo setor ou de vários setores, por meio de um ciclo de encontros e eventos planejados.

Nos Encontros, os empresários são estimulados a trocar experiências, compartilhar erros e acertos e dar depoimentos, sempre com o propósito de contribuir para a melhoria ou para a transformação de seus negócios. Além disso, os Encontros permitem a criação de uma rede de contatos e de futuros parceiros, em um esforço conjunto para estabelecer novas relações de negócios, resolver problemas comuns do dia a dia, compartilhar soluções já testadas e consolidadas entre as empresas participantes.

Os Encontros Empresariais são indicados para:

• Proprietários de pequenas empresas avançadas (empresas com mais de 2 anos, acima de 9 funcionários e questões básicas de gestão superadas)

• Grupos de empresas que desejam aprimorar seus conhecimentos para melhorar o gerenciamento

* Empresários que procuram soluções práticas para resolver problemas do dia a dia das empresas

Os trabalhos são conduzidos e orientados por um moderador do Sebrae, que provoca os debates, estimula e orienta a participação de todos. Há, também, um relator para registrar todo o conhecimento gerado pelo grupo. Ao final de cada encontro, os participantes recebem o resumo do tema debatido, como instrumento de consulta para a implementação de novas estratégias e modelos de gestão em seus empreendimentos.

Carga horária: são realizados no mínimo 3 e no máximo 6 encontros com o mesmo grupo, com duração entre 1h30min e 2h30min.

**Gestão Financeira – do Controle à Decisão**

Destinado aos empresários interessados em melhorar os resultados na gestão financeira por meio do desenvolvimento de competências para controlar, analisar, planejar e simular as informações financeiras para uma eficiente tomada de decisões.

A aprendizagem é significativa, contextualizada e prática. A partir do diagnóstico empresarial, cada participante tem um plano de capacitação feito sob medida, exclusivo para atender a suas necessidades e da empresa.

Conteúdo programático

* Ferramentas, instrumentos e processos que possibilitam a organização e o controle financeiro para melhor gestão do capital da empresa
* Gerenciamento do capital de giro da empresa
* Projeções financeiras para assegurar decisões estratégicas
* Análise de custos, despesas e investimentos para a determinação do preço de venda (avaliando a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio, e considerando os aspectos mercadológicos)
* Planejamento orçamentário para a maximização de resultado
* Simulações financeiras para avaliação de alternativas de mudanças estruturais na empresa e planejamento de estratégias empresariais

É uma solução semi-presencial que utiliza a Internet para a interação entre o participante e o consultor durante o processo de capacitação, realizado na própria empresa.

Carga horária: O curso tem duração de 3 meses, dividido em 3 fases:

* Fase 1 - Iniciação (8h de workshop em grupo e 2h individualizadas por empresa)
* Fase 2 - Desenvolvimento (90h de dedicação, com atendimento personalizado por empresa pela Internet e 1 workshop de 4h)
* Fase 3 - Encerramento (8h de workshop em grupo)

**Gestão da Inovação – Inovar para Competir**

O curso apresenta conceitos e exemplos dos mais diferentes tipos de inovação, com destaque para as possibilidades que existem para a pequena empresa inovar constantemente e aumentar a competitividade. O objetivo é compreender os conceitos relativos à inovação e aos processos de gestão no contexto da pequena empresa, e implanter estratégias de estímulo à inovação.

Destinado a pequenas empresas, com mais de 2 anos de vida, mais de 9 funcionários e com questões básicas de gestão já resolvidas.

Carga horária: 15h de capacitação, divididas em 5 encontros, e mais 3h de consultoria por empresa, com duração total de 15 dias.

* Encontro 1 – Inovação e competitividade
* Encontro 2 – Processo de gestão da inovação
* Encontro 3 – Boas práticas de inovação
* Encontro 4 – Avaliação da inovação na empresa
* Encontro 5 – Implantação da inovação na empresa

**Empretec**

O curso adota uma metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada para o desenvolvimento de características do comportamento empreendedor e para a identificação de novas oportunidades de negócios. Ele proporciona aos participantes, dentre outros pontos, a melhoria no desempenho empresarial e a ampliação da visão de oportunidades.

Carga horária: 60h de capacitação, em 6 dias de imersão.

**Gestão da Qualidade**

O curso apoia o empreendedor na implantação de um processo contínuo de gestão da qualidade, com a introdução de novas crenças e atitudes que promovem a satisfação dos clientes e o aumento da competitividade.

Destinado a empresas com mais de 2 anos de vida e mais de 9 funcionários.

Carga horária: O curso é dividido em 5 módulos:

* Módulo 1 – Gestão da qualidade: fundamentos da excelência (duração de 16h, divididas em 4 encontros de 4h)
  + Diagnóstico da situação da empresa em relação aos fundamentos da excelência
  + Definição e aplicação de um conjunto de indicadores de desempenho empresarial
  + Aplicação do ciclo PDCA (planejar, desenvolver, checar e agir)
  + Melhoria do modelo de gestão na empresa
* Módulo 2 – D-olho na qualidade: 5S para pequenos negócios (duração de 16h, divididas em 4 encontros de 4h, e mais 4h de consultoria)
  + Filosofia do 5S
  + Método D-olho (descarte, organização, limpeza, higiene e ordem mantida)
  + Implantação na empresa
* Módulo 3 – Gestão da qualidade: parcerias eficazes – satisfação dos clientes, fornecedores, sociedade e colaboradores (duração de 24h, divididas em 6 encontros de 4h, mais 6h de consultoria)
  + Estabelecimento de parcerias entre a empresa e os clientes, fornecedores, sociedade, sócios e colaboradores
  + Estilo de liderança
  + Monitoramento e acompanhamento da relação com as partes interessadas e dos resultados alcançados
* Módulo 4 – Gestão da qualidade: os processos – padronização e melhoria contínua (duração de 20h, divididas em 5 encontros de 4h, e mais 4h de consultoria)
  + Conceitos e funcionamento de um sistema baseado em processos
  + Implantação do sistema
  + Método de análise e melhoria de processos
* Módulo 5 - Boas práticas de inovação (duração de 20h, divididas em 5 encontros de 4h, mais 6h de consultoria)
  + Importância da visão estratégica
  + Necessidade de medir o desempenho da empresa
  + Elaboração de planejamento estratégico

Carga horária total do curso: 96h de capacitação, mais 1 palestra de abertura e 20h de consultoria.

**Ferramentas de Gestão Avançada**

O curso ensina como implantar um modelo de gestão baseado em indicadores e metas, a fazer um acompanhamento sistemático da execução e dos resultados e, principalmente, desenvolver a prática do estabelecimento de estratégias para a empresa.

Durante o curso, o participante pratica o estabelecimento de estratégias para a empresa, direcionadas para a tomada de decisões mais assertivas nas principais áreas funcionais: finanças, marketing, operações/processos e recursos humanos.

Carga horária: total de 211h (um ano de duração), sendo 127h de consultoria em cada empresa participante, 76h de workshop, e 8h de encontros empresariais.

**Mais informações:**

[www.sebraemais.com.br](http://www.sebrae.com.br)

**Programa Agentes Locais de Inovação (ALI)**

O Programa tem como objetivo levar, de forma continuada, a cultura da inovação e a sua gestão para as pequenas empresas. A ideia é sensibilizar empreendedores e empresários sobre a importância de inovar rotineiramente como uma estratégia para crescer.

Os Agentes Locais de Inovação são profissionais multidisciplinares, capacitados pelo Sebrae. A missão destes profisisonais é disseminar conceitos de inovação de acordo com as necessidades e as características de cada empreendimento, e orientar a empresa atendida na elaboração de projetos.

Etapas do ALI:

* Sensibilização – momento em que a empresa tem contato com a proposta do Programa
* Adesão – quando o empresário afirma seu compromisso com o Programa e apresenta as informações necessárias para que o agente prepare a proposta do plano de ação
* Diagnóstico empresarial e mensuração do grau de inovação em que a empresa encontra-se
* Estruturação de um plano de trabalho
* Análise do diagnmóstico empresarial
* Devolutiva para o empresário sobre as conclusões do plano de trabalho

**Projetos apoiáveis:**

Desenvolvimento de produtos, desenvolvimento de processos, ações de marketing e estruturação organizacional.

**Duração do Programa:**

2 anos de orientação e acompanhamento.

**Valor:**

Sem custos para a empresa. A empresa poderá vir a arcar com algum custo somente com os provedores de solução, quando da realização dos ajustes necessários na estrutura da empresa.

**Mais informações:**

[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

**Sibratec – Sistema Brasileiro de Tecnologia**

O Sibratec é um instrumento de articulação e aproximação da comunidade científica e tecnológica com empresas. A finalidade é apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas, aumentando as taxas de competitividade e inovação.

O Sibratec foi instituído por meio do Decreto n. 6.259/07 e é operado pela Finep.

http://www.finep.gov.br/programas/sibratec.pdf

É organizado em 3 redes, cada uma com suas entidades integrantes:

* Redes de Centros de Inovação
* Redes de Serviços Tecnológicos
* Redes de Extensão Tecnológica

**Redes de Centros de Inovação**

São unidades ou grupos de desenvolvimento pertencentes aos institutos de pesquisa tecnológica ou às universidades, com experiência no desenvolvimento de produtos ou processos em parceria com empresas. Têm o objetivo de gerar e transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em inovações de produtos, processos e protótipos.

Há 14 Redes de Centros de Inovação no país:

* Manufatura e bens de capital
* Microeletrônica
* Eletrônica para produtos
* Vitivinicultura
* Energia solar fotovoltaica
* Plásticos e borrachas
* Visualização avançada
* Bioetanol
* Equipamentos médico, hospitalar e odontológico
* Insumos para a saúde humana
* Tecnologias digitais de informação e comunicação
* Nanocosméticos
* Veículos elétricos
* Insumos para saúde e nutrição animal

Os projetos cooperativos devem ter valor mínimo de R$ 500 mil e o Sibratec/Finep aporta até 95% do valor, de acordo com o porte da empresa.

**Redes de Serviços Tecnológicos**

Têm o objetivo de apoiar as empresas por meio da prestação de serviços de metrologia, normalização e avaliação de conformidade visando à superação de exigências técnicas de acesso a mercados interno e externo.

Há 20 Redes de Serviços Tecnológicos no país:

* Produtos para a saúde
* Insumos farmacêuticos, medicamentos e cosméticos
* Sangue e hemoderivados
* Análises físico químicas e microbiológicas para alimentação
* Biotecnologia
* Saneamento e abastecimento de água
* Radioproteção e dosimetria
* Equipamentos de proteção individual
* Produtos e dispositivos eletrônicos
* TIC aplicáveis às novas mídias – TV Digital, comunicação sem fio e Internet
* Geração, transmissão e distribuição de energia
* Componentes e produtos da área de defesa e segurança
* Biocombustíveis
* Produtos de manufatura mecânica
* Produtos de setores tradicionais – têxtil, couro e calçados, madeira e móveis
* Instalações prediais e iluminação pública
* Monitoramento ambiental
* Transformados plásticos
* Gravimetria, orientação magnética, intensidade de campo magnético e compatibildiade eletromagnética
* Resíduos e contaminantes em alimentos

Este componente não aporta recursos para o pagamento do serviço tecnológico, mas promove o fortalecimento da infraestrutura laboratorial colocada a serviço da empresa.

**Redes de Extensão Tecnológica (estaduais)**

Têm o objetivo de promover a assistência técnica especializada ao processo de inovação, em todos os seus aspectos, por meio de arranjos de instituições especializadas. Elas são formadas em âmbito estadual e priorizam o atendimento de setores produtivos pelos Estados (visando o fortalecimento dos sistemas produtivos locais). O escopo do atendimento inclui atividades de melhoria de produtos e processos produtivos, redução de custos operacionais, treinamento associado à consultoria tecnológica, novo design de produtos, implantação de sistema de custo, entre outros.

Há 22 Redes de Extensão Tecnológica, nos diferentes Estados do Brasil.

Os atendimentos devem ter valor máximo de R$ 30 mil, sendo que o Sibratec/Finep aporta no máximo 70%, a rede estadual aporta no mínimo 20% e a empresa beneficiada no mínimo 10% do valor.

**SBRT – Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas**

O SBRT é um serviço gratuito de orientação na solução tecnológica de problemas.

Empresários e empreendedores que necessitam de informações técnicas para melhoria de podutos e processos, visando melhorar o desempenho do negócio podem fazer suas perguntas. Além disso, há um banco de informação, formado por respostas e dossiês técnicos anteriores, em diversos segmentos de agronegócios, indústria e serviços, que podem ser acessados online.

O Serviço é formado por uma rede de cooperação de instituições que atendem a todo o Brasil.

Instituições da rede:

* Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)
* Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)
* Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional da Bahia/Rede de Tecnologia da Bahia (RETEC)
* Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro (REDETEC)
* Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Amazonas (SENAI AM)
* Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (SENAI RS)
* Universidade de Brasilia - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (UnB/CDT)
* Universidade de São Paulo/Agência USP de Inovação- Disque Tecnologia (USP/DT)

As instituições de apoio são:

* Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT
* Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTi
* Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empresário - SEBRAE

**Mais informações:**

<http://www.respostatecnica.org.br>

**Programa de Apoio ao Design, Projeto de Produto e Prototipagem (Firjan e Sebrae/RJ)**

O Programa é dirigido a empresas que necessitam de serviços de design e tem por objetivo fomentar a inovação e financiar a prototipagem (principalmente na modalidade rápida, como a tridimensional). Dessa forma, pretende beneficiar os diversos setores da indústria do Estado do Rio de Janeiro.

Público-alvo: empresas com faturamento máximo de R$ 3,6 milhões/ano, podendo ser *startup*.

Valor: projetos de até R$ 60 mil, sendo a metade deste valor destinada ao design e/ou engenharia de produto, e a outra metade destinada à prototipagem. Projetos que contemplem apenas um desses serviços têm teto de R$ 30 mil.

Financiamento/subsídio e contrapartida: 80% do custo dos serviços é financiado pelo Programa (não reembolsável), e os 20% restantes devem ser pagos pela empresa como contrapartida.

Ao todo serão distribuídos R$ 9 milhões (até junho de 2014) e a expectativa é beneficiar até 150 empresas de diversos segmentos, tais como: metalmecânico, moveleiro, mobiliário, acessórios de moda, plastic, eletroeletrônico e embalagens.

Este Programa é uma iniciativa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e do Sebrae/RJ.

**Mais informações:**

[inovacao@firjan.org.br](mailto:inovacao@firjan.org.br)

[www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)

Sobre o Programa

http://www.designbrasil.org.br/agenda/programa-de-apoio-ao-design-e-prototipagem/#.Uw0uuHmHpGY

**Procompi – Programa de Apoio à Competitividade de MPI (CNI/Senai e Sebrae)**

O Procompi tem o objetivo de elevar a competitividade das empresas industriais de menor porte por meio do estímulo à cooperação entre elas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial. O Programa atende demandas empresariais específicas, buscando respostas e soluções para desafios específicos do setor e do grupo de empresas beneficiado.

Os pressupostos estratégicos do Programa são:

* Fortalecimento das micro e pequenas indústrias no contexto de seu território e do setor produtivo
* Atuação em ações coletivas
* Maior integração com outras instituições, induzindo ao desenvolvimento sustentável

**Projetos apoiáveis:**

Projetos setoriais e em Arranjos Produtivos Locais (APLs), com público alvo de, no mínimo, 25 empresas industriais de micro e pequeno portes (critério de faturamento da Lei Geral das MPE).

Os projetos visam:

* Formar núcleos setoriais que estimulem a cooperação entre as empresas, para discussão e enfrentamento dos problemas comuns
* Atender a ações estruturantes no APL
* Atender a ações específicas priorizadas pelos empresários

Em sua 4a edição (2009-2015), o Procompi já implantou 77 projetos, distribuídos em 24 Estados, e envolvendo mais de 1.500 empresas industriais de micro e pequeno porte. Na 3a edição (2006-2009) foram atendidos 87 projetos.

O Procompi é uma parceria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sebrae Nacional, e os projetos são executados pelas Federações Estaduais de Indústria, em parceria com o Sebrae local.

**Mais informações:**

procompi.cni.org.br

**InovAtiva Brasil (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Endeavor e McKinsey&Company)**

Programa nacional de capacitação de novos empreendedores na área de *startups* e pequenas empresas para impulsionar negócios com foco em inovação.

O InovAtiva Brasil oferece, por meio de conteúdos *online*, workshops e mentorias:

* Capacitação nas competências necessárias para tornar-se um empreendedor de alto impacto
* Acesso a conteúdos especializados e atividades presenciais para apoiar o desenvolvimento de negócios iniciantes
* *Coaching* e *networking* com especialistas de diversas áreas, como consultores da McKinsey&Company, empreendedores da rede Endeavor, executivos de mercado, educadores e investidores
* Oportunidade de apresentar o negócio a grandes investidores

**Público alvo:**

Futuros empreendedores com a ideia ainda no papel, e empreendedores em fase inicial, com empresas de até 5 anos ou faturamento anual máximo de até R$ 3,6 milhões.

**Metodologia:**

O Programa é estruturado em 3 fases, em que os empreendedores participam de diversas atividades com objetivos de capacitação, aceleração do negócio e formação de rede de contatos.

* Fase 1 – Inscrição: Desenvolva e venda sua ideia de negócio inovadora
  + Razões e competências necessárias para tornar-se um empreendedor
  + Oportunidades e desafios rotineiros no processo de empreender
  + Ferramentas para gerar e aperfeiçoar ideias inovadoras e técnicas de como consolidá-las

Todas as ideias participantes recebem *feedback* de especialistas do mercado. Dentre elas, 50 são selecionadas para a Fase 2, com base no nível de inovação e potencial de crescimento.

* Fase 2 – Seletiva: Desenvolva seu modelo de negócios
  + Capacitação dos empreendedores para desenvolvimento de um plano de negócios usando técnicas de modelagem (*Lean Startup* e *Business Model Generation*, por exemplo)

Todos os planos de negócios recebem *feedback* de especialistas do mercado. Dentre eles, 20 são selecionadas para a Fase 3, com base na consistência e atratividade do plano de negócios.

* Fase 3 – Final: Apresete seu negócio
  + Exposição dos empreendedores às diversas opções para financiar um negócio
  + Desenvolvimento de rede de contatos
  + Técnicas para apresentar um *pitch* a investidores

Todos os planos de negócios recebem *feedback* da banca avaliadora.

Em 2013 aconteceu uma turma e não há informações sobre a próxima edição.

O programa é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), realizado pela Endeavor e apoiado pela McKinsey&Company.

**Mais informações:**

<http://www.inovativabrasil.com.br>

**Programa de Apoio à Melhoria e Inovação Tecnológica (AMITEC) (em parceria com Sebrae/MG e FIEMG)**

Programa com o objetivo de oferecer subsídio financeiro para as empresas que necessitam de serviços de informação, consultoria e inovação tecnológica, por meio da Rede de Tecnologia de Minas Gerais (Retec), criada para facilitar o acesso da empresa a informações e serviços tecnológicos, contando com sua base cadastral com centenas de técnicos e especialistas.

O programa é uma parceria da FAPEMIG com o Sebrae/MG e a FIEMG.

O programa dura de 6 a 12 meses, de acordo com a linha de apoio.

**Público alvo:**

Empresas associadas ao Sistema FIEMG, micro e pequenas empresas em geral, participantes ou não dos programas e projetos dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), empreendedores e invesntores oindependentes apoiados pela FAPEMIG..

**Diretrizes:**

Os interessados devem realizar cadastro na Retec e submeter a proposta por meio eletrônico.

A proposta deve ser enquadrada em uma das seguintes linhas de apoio:

* Informação tecnológica
* Suporte tecnológico
* Inovação tecnológica
* Diagnóstico
* Parecer técnico
* Projetos tecnológicos
* Melhoria/extensão tecnológica

É realizado um diagnóstico prévio para validação do atendimento e respectivo recurso demandado.

**Mais informações:**

<http://www.fapemig.br/apoio/outros/amitec/>

* 1. PRÊMIOS DE APOIO AOS ESFORÇOS DE INOVAÇÃO

Aqui você encontra informações sobre alguns dos principais prêmios de apoio aos esforços de inovação no país.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Prêmio Finep de Inovação**

**Prêmio Nacional de Inovação**

**Prêmio Idea/Brasil**

**Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)**

**Prêmio Finep de Inovação**

O Prêmio Finep foi criado para reconhecer e divulgar esforços inovadores realizados por empresas, instituições sem fins lucrativos e pessoas físicas, desenvolvidos no Brasil e já inseridos no mercado interno ou externo, a fim de tornar o país competitivo e plenamente desenvolvido por meio da inovação. As empresas, as instituições e os inventores inovadores são aqueles que desenvolvem soluções em forma de produtos, processos, metodologias e/ou serviços novos ou significativamente modificados.

**Categorias e público alvo:**

* Micro e pequena empresa
* Média empresa
* Grande empresa (apenas na etapa nacional)
* Instituição de Ciência e Tecnologia
* Tecnologia Social
* Inventor Inovador
* Inovação Sustentável
* Tecnologia Assistiva (apenas na etapa nacional)

Micro e pequena empresa – empresas privadas brasileiras, com faturamento bruto em 2013 de até R$ 16 milhões, representadas pelo conjunto de suas ações inovadoras implantadas há pelo menos 3 anos.

Média empresa – empresas privadas brasileiras, com faturamento bruto em 2013 acima de R$ 16 milhões e até R$ 90 milhões, representadas pelo conjunto de suas ações inovadoras implantadas há pelo menos 3 anos.

Grande empresa – empresas privadas brasileiras, com faturamento bruto em 2013 superior a R$90 milhões, representadas pelo conjunto de suas ações inovadoras implantadas há pelo menos 3 anos. Esta categoria concorre diretamente na etapa nacional.

Inovação sustentável – empresas privadas brasileiras, de qualquer porte e segmento, cujos produtos, processos ou serviços objetos da inscrição no prêmio sejam por ela desenvolvidos e comercializados há pelo menos 3 anos, e nos quais os pilares de sustentabilidade (ambiental, social e financeiro) encontrem-se integrados ao sistema de pesquisa, desenvolvimento e comercialização.

Instituição de Ciência e Tecnologia – centros, departamentos, laboratórios ou outras unidades organizacionais de instituições de pesquisa públicas ou privadas com sede no país, sem fins lucrativos, cujo conjunto de estratégias e atividades de P&D tenham sido direcionadas para atender às necessidades de mercado demandadas por empresas brasileiras há pelo menos 3 anos. O concorrente deve ser uma unidade ou um departamento de ICT, e não a instituição como um todo, a não ser que esta não possua subdivisões com caráter independente voltadas à P,D&I. Não são aceitas inscrições de unidades que não realizem diretamente atividades de P,D&I.

Tecnologia Social – ICTs, públicas ou privadas, ONGs, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), cooperativas e outras instituições públicas e privadas com sede no país, sem fins lucrativos, por meio de projetos inovadores implantados há pelo menos 3 anos, e que utilizem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Inventor inovador – pessoas físicas que sejam inventores em uma patente (patente de invenção ou modelo de utilidade) concedida (com carta patente expedida) pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), em vigor na data do julgamento do Prêmio, e cujo objeto esteja comercializado.

Tecnologia assistiva – empresas privadas brasileiras, de qualquer porte e segmento, cujos produtos, processos ou serviços objetos da inscrição no Prêmio Finep sejam por elas desenvolvidos e comercializados há pelo menos 3 anos, e objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Esta categoria concorre diretamente na etapa nacional.

**Etapas:**

* Inscrições
* Pré qualificação: análise prévia quanto ao preenchimento do formulário de inscrição e atendimento ao perfil, às condições de participação e às categorias previstas
* Julgamento regional: avaliação das propostas pré qualificadas
* Premiação regional
* Julgamento nacional: apresentação presencial dos concorrentes para as categorias Micro e Pequena Empresa, Média Empresa, Instituição de Ciência e Tecnologia, e Tecnologia Social. A proposta classificada em 1o. lugar em cada categoria na etapa regional, concorre ao prêmio nacional
* Premiação nacional

**Premiação:**

Em 2014,serão disponibilizados R$ 8 milhões para os primeiros colocados regionais e nacionais de cada categoria.

Os vencedores da fase regional de cada categoria, além de concorrerem à premiação nacional, recebem o Troféu Ouro e os seguintes prêmios em espécie:

* Inventor inovador - R$ 100 mil
* Inovação sustentável - R$ 150 mil
* Micro e pequena empresa - R$ 200 mil
* Instituição de Ciência e Tecnologia - R$ 200 mil
* Tecnologia social - R$ 200 mil
* Média empresa - R$ 250 mil

Os vencedores da fase nacional de cada categoria recebem o troféu de vencedor nacional e os seguintes prêmios em espécie:

* Inventor inovador - R$ 100 mil
* Inovação sustentável - R$ 150 mil, em adição à premiação regional
* Micro e pequena empresa - R$ 200 mil, em adição à premiação regional
* Instituição de Ciência e Tecnologia - R$ 200 mil, em adição à premiação regional
* Tecnologia social - R$ 200 mil, em adição à premiação regional
* Média empresa - R$ 250 mil, em adição à premiação regional
* Grande empresa – R$ 500 mil para o 1o. lugar, R$ 250 mil para o 2o. lugar e R$ 100 mil para o 3o. lugar
* Tecnologia assistiva – R$ 200 mil para o 1o. lugar, R$ 150 mil para o 2o. lugar e R$ 100 mil para o 3o. lugar

**Inscrições:**

Para a edição de 2014, as inscrições serão realizadas eletronicamente, de abril a agosto de 2014.

**Mais informações:**

<http://premio.finep.gov.br>

tel: (21) 2555-0510 - (21) 2555-0455 - (21) 2555-0555

[premio@finep.gov.br](mailto:premio@finep.gov.br)

**Prêmio Nacional de Inovação**

O Prêmio Nacional de Inovação é uma iniciativa da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e visa o reconhecimento de empresas brasileiras que contribuem para o aumento da competitividade do país por meio da utilização de sistemas e técnicas voltados para o aprimoramento da gestão da inovação, bem como por meio da implantação de projetos inovadores.

O prêmio é promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio da Finep e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A última edição aconteceu em 2013. Não há informações sobre a próxima edição.

**Público alvo:**

Podem participar empresas de todo o país, desde que tenham implantado um sistema de gestão da inovação ou tenham desenvolvido um projeto inovador cujos resultados impactaram significativamente o desempenho do negócio.

Micro e pequenas empresas – dos setores da indústria, comércio e serviços.

Médias e grandes empresas – do setor da indústria.

**Categorias:**

* Empresa – Gestão da inovação

Reconhece as empresas industriais que internalizam métodos, técnicas e ferramentas de gestão da inovação, e apresentam um ambiente favorável ao desenvolvimento de projetos inovadores.

* Empresa – Agente local de inovação (indústria, comércio e serviços)

Reconhece os pequenos negócios acompanhados pelo Programa Agente Local de Inovação (ALI) do Sebrae, dos setores indústria, comércio e serviço que internalizam métodos, técnicas e ferramentas de gestão da inovação, e apresentam um ambiente favorável ao desenvolvimento de projetos inovadores.

* Projeto – Inovação tecnológica

Reconhece projetos de inovação tecnológica que contribuem para o aumento dos níveis de competitividade das empresas. São iniciativas que buscam a criação, adequação ou aprimoramento de produtos e processos, novos ou significativamente melhorados, abrangendo tecnologias sociais, ambientais e sustentáveis, capazes de gerar significativos impactos na empresa e no mercado.

* Projeto – Modelo de negócios

Reconhece projetos inovadores que contribuem para o aumento dos níveis de competitividade da empresa. Todas as iniciativas que buscam a adequação ou o aprimoramento de modelos de negócios capazes de gerar significativos impactos na empresa e no mercado. Não implica, necessariamente, em mudanças no produto ou no processo de produção, mas na forma como ele é levado ao mercado.

**Premiação:**

* Categoria Empresa – Gestão da inovação
* Pequena empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva, além de participar no edital Sesi/Senai
* Média empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de curso de educação executiva, além de participar no edital Sesi/Senai
* Grande empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de curso de educação executiva, além de participar no edital Sesi/Senai
* Categoria Empresa – Agente local de inovação
* Pequena empresa
* Setor Indústria – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva
* Setor Comércio – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva
* Setor Serviço – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva
* Categoria Projeto – Inovação tecnológica
* Pequena empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva
* Média empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de curso de educação executiva
* Categoria Projeto – Modelo de negócios
* Pequena empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de missão técnica internacional e de curso de educação executiva
* Média empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de curso de educação executiva
* Grande empresa – 1o. colocado recebe troféu e tem direito a indicar representante para participar de curso de educação executive

**Mais informações:**

[http://www.premiodeinovacao.com.br](http://www.premiodeinovacao.com.br/)

**Prêmio Idea/Brasil**

O Prêmio IDEA/Brasil é a edição nacional do maior prêmio de design dos Estados Unidos – o *International Design Excellence Awards (IDEA)*, um dos mais respeitados do mundo e que há mais de 30 anos premia empresas de todos os continentes, como Apple, Microsoft, HP e Philips.

No Brasil, o prêmio é organizado pela Associação Objeto Brasil, em parceria com a Apex-Brasil.

Dentre os principais benefícios do prêmio estão:

* Amplo retorno de mídia
* Publicações exclusivas
* Participação no prêmio norte-americano
* Exposições no Brasil e no exterior
* Visibilidade nacional e internacional
* Impactos reais no faturamento da empresa
* Possibilidade de contatos com empresas do Brasil e exterior

As inscrições para a edição de 2014 terminam em março de 2014.

**Público alvo:**

Profissionais de design, empresas de todos os portes, estudantes e instituições de ensino em 20 categorias, que englobam segmentos como Acessórios, Ambientes, Casa, Transporte, Embalagem, Estratégia de Design, Jóias.

**Mais informações:**

<http://www.ideabrasil.com.br/site/idea-awards/>

**Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)**

Concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o Prêmio constitui o maior reconhecimento público à excelência da gestão das organizações com sede no Brasil. O processo visa estimular o desenvolvimento do país, promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações.

O processo de premiaçãoo do PNQ visa:

* Estimular o desenvolvimento cultural, político, científico, tecnológico, econômico e social do Brasil
* Fornecer, para as organizações, um referencial (modelo) para um contínuo aperfeiçoamento
* Conceder reconhecimento público e notório à excelência da qualidade da gestão para as organizações Classe Mundial
* Divulgar as práticas de gestão bem sucedidas, com visas ao *benchmarking*

De forma geral, candidatar-se ao PNQ auxilia a organização na realização de uma profunda análise de sua gestão, efetuada por examinadores treinados pela FNQ. Ao final do processo, obtém-se um amplo relatório de avaliação de gestão.

Os benefícios que a organização tem ao candidatar-se ao PNQ são:

* Aplicação de fundamentos e critérios de excelência reconhecidos e utilizados mundialmente
* Visão sistêmica da empresa
* Foco nos resultados
* Maior cooperação interna
* Compartilhamento de informações e aprendizado
* Identificação de pontos fortes e de oportundiades de melhorias
* Comprometimento das pessoas
* Medição de desempenho perante os referenciais
* Capacitação para se autoavaliar
* Reconhecimento do mercado e da sociedade

**Critérios de excelência da FNQ:**

Os critérios constituem um modelo sistêmico de gestão adotado por inúmeras organizações de Classe Mundial. São constituídos sobre uma base de fundamentos essenciais à obtençãoo da excelência do desempenho.

Os critérios de excelência compõem o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), constituído por 8 critérios (liderançaa, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos, e resultados), que se subdividem em 23 itens de requisitos (sendo 18 de processos gerenciais e 5 de resultados alcançados).

Premiação:

O PNQ é um reconhecimento, sob a forma de um troféu,. Há 3 formas de reconhecimento:

* Premiada – organização que se candidatou ao PNQ e, consequentemente, submeteu-se a um processo de avaliação, atendendo à maioria dos fundamentos avaliados pelos critérios de excelência, demonstrando bons resultados no desempenho de sua gestão, podendo ser considerada como referencial de excelência em muitas práticas e resultados
* Finalista – organização que se candidatou ao PNQ e, consequentemente, submeteu-se a um processo de avaliação, atendendo à maioria dos fundamentos avaliados pelos critérios de excelência, demonstrando bons resultados no desempenho de sua gestão, podendo ser considerada como referencial de excelência em muitas práticas e resultados
* Destaque por Critério – organização que se candidatou ao PNQ e, consequentemente, submeteu-se a um processo de avaliação,apresentando destaque no atendimento a um determinado critério, evidenciado por meio da pontuação e do atendimento dqueles itens.

**Mais informações:**

<http://www.fnq.org.br/avalie-se/pnq>

* 1. OUTROS MECANISMOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM P&D

Aqui você encontra informações sobre outros mecanismos para captação de recursos para investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Lei do Petróleo - Cláusula de P&D**

**Setor de Energia Elétrica – Cláusula de P&D**

**Setor de Saúde – Incentivos para P&D**

**Setor de Informática e Automação – Incentivos para P&D**

**Setor de Nanotecnologia – Incentivos para P&D**

**Lei do Petróleo – Cláusula de P&D**

**Lei no. 12.351, de 22/12/2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm>

**Lei no. 9.478, de 6/8/1997**

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm>

**Cláusula de P&D da Lei do Petróleo**

Esta cláusula trata dos investimentos em P&D (% participação especial, obrigação contratual de investimento em P&D) nos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás natural. E determina que estes investimentos sejam previamente credenciados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para este fim.

As concessionárias devem investir na realização de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no Brasil, o valor correspondente a 1% da receita bruta da produção de poços de participação especial (nos casos de campos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade).

Pelo menos 50% (0,5%) desse valor devem ser despesas realizadas na contratação de projetos/programas em universidades e/ou institutos de P&D localizados no país e credenciados pela ANP para este fim. Os outros 50% (0,5%( podem ser usadis em instalações da própria concessionária, nas instalações de suas afiliadas no Brasil, ou na contratação dessas despesas junto a empresas nacionais.

Outro incentivo para P&D do setor de petróleo e gás brasileiro é oriundo dos *royalties* do petróleo, que aportam recursos no Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro).

**Credenciamento na ANP para contratação de projetos/programas em universidades e/ou institutos de P&D**

O credenciamento consiste no reconhecimento formal de que a instituição:

- atua em P,D&I nas áreas dos serviços a serem credenciados

- tem reconhecida competência tecnológica

- possui infraestrutura e condições operacionais para execução dos serviços credenciados

- atende aos requisites mínimos de gestão estabelecidos pela ANP

O modelo de credenciamento hoje em vigor está baseia-se em duas resoluções ANP:

- Resolução ANP 33/2005, que aprova o regulamento técnico 05/2005 para a realização dos investimentos.

- Resolução ANP 47/2012, que aprova o regulamento técnico 07/2012 para credenciamento das instituições de P&D.

É importante observar que, independentemente do fato de as despesas serem realizadas diretamente pela concessionária ou serem realizadas mediante autorização da ANP, a concessionária é obragada a encaminhar Relatório Demonstrativo de Despesas para aprovação da ANP.

Resolução ANP 33/2005

<http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>

Resolução ANP 47/2012

<http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>

OBS: está em discussão uma nova regulamentação, ainda não aprovada e em uso.

**Setor de Energia Elétrica – Cláusula de P&D**

**Lei no. 12.212, de 20/1/2010**

Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12212.htm>

**Lei no. 11.465, de 28/3/2007**

Altera os incisos I e III do caput do art. 1o da Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando, até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final.

Mais informações

<http://www.aneel.gov.br/cedoc/lei200711465.pdf>

**Lei no. 10.848, de 15/3/2004**

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nos 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.848.htm>

**Lei no. 9.991, de 24/7/2000**

Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9991.htm>

**Cláusula de P&D do setor de energia elétrica**

Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, foi regulamentado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do segmento.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionrias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de P&D do Setor de Energia Elétrica.

Estão isentos da obrigatoriedade de investor em P&D aqueles que geram exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A ANEEL estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica.

Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica devem ter metas e resultados bem definidos.

**Mais informações:**

ANEEL – [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

ANEEL – P&D - <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=75>

**Setor de Saúde – Incentivos para P&D**

O governo federal está investindo no Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) com o objetivo de diminuir o déficit comercial e desenvolver tecnologia para a produção nacional de medicamentos e equipamentos de saúde.

O projeto do CEIS envolve todo o conjunto de atividades relacionadas à saúde que tem uma dimensão na economia, na indústria farmacêutica, na indústria de equipamentos e materiais, e todos os serviços de saúde. Ou seja, um sistema produtivo e econômico interdependente. Conhecendo o CEIS e como se dá a reprodução econômica para dentro do campo da saúde, o Ministério da Saúde consegue formular políticas públicas específicas para dar a direção dos investimentos públicos e privados no setor.

O trabalho do CEIS acontece por meio de políticas de Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Ou seja, políticas que envolvem instituições públicas (como Fiocruz, Instituto Butantã, Oswaldo Cruz, Vital Brasil) em parceria com o setor produtivo privado. Nas PDPs, as instituições públicas recebem a tecnologia, desenvolvem o insumo conjuntamente, e a produção é compartilhada (parte da produção pode acontecer na área pública e parte na privada), mas o domínio da tecnologia é da instituição pública.

A parceria de desenvolvimento produtivo (PDP) propõe transferência de tecnologia. O desenvolvimento tecnológico é compartilhado entre as instituições públicas, os parques tecnológicos, as universidades e o setor privado. Dessa forma, há desenvolvimento em conjunto, e não apenas comercialização da produção.

Os pontos centrais da PDP são:

* Assegurar a transferência do núcleo central de tecnologia para o país
* Garantir o desenvolvimento interno de pesquisas e medicamentos
* Assegurar o controle nacional sobre as patentes e o conhecimento

Com a PDP no setor de saúde todas as grandes compras públicas passaram a ser submetidas a critérios de *off-set* (até então só adotadas apenas na indústria de defesa). Trata-se de exigências de contrapartida que vão além do preço do produto. No caso, as exigências passaram a ser de transferência de tecnologia e de produção para o país. Ou seja, o laboratório público monta um acordo de transferência de tecnologia com o laboratório internacional, e traz o laboratório nacional como parceiro. Esta parceria garante a busca da eficiência e da gestão para o laboratório público. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde garante a compra da produção e protege, também, o conhecimento, uma vez que o registro do produto é do laboratório público.

**Mais informações:**

Ministério da Saúde – [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

**Setor de Informática e Automação – Incentivos para P&D**

**Lei no. 11.077, de 30/12/2004**

Altera a Lei no. 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei no. 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11077.htm>

**Lei no. 10.176, de 11/1/2001**

Altera a Lei no. 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto Lei no. 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10176.htm>

**Lei no. 8.248, de 23/10/1991**

Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8248.htm>

**Cláusula de P&D da Lei da Informática**

A Lei da Informática concede incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia (setores de *hardware* e automação) que invistam em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Esses incentivos fiscais referem-se à redução do IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) dos produtos incentivados. Os *softwares* não são incentivados pela Lei porque não há incidência de IPI sobre eles.

O governo federal utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação no setor de *hardware* e automação por parte da indústria nacional.

A Lei da Informática é destinada a todas as empresas que:

- investem em P&D

- comprovem regularidade fiscal

- sejam produtoras de algum item cujo NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) conste na lista de produtos incentivados pela Lei

Outra condição que a empresa precisa atender para ter o benefício do incentivo é que os produtos devem atender ao PPB (Processo Produtivo Básico). O PPB é um processo que determina o nível de nacionalização necessário para cada tipo de produto, de forma que ele possa ser considerado “incentivável”, já que a iniciativa visa incentivar produtos produzidos localmente.

O investimento em P&D a ser realizado, até o ano de 2014, é de 4% ou 4,35% do faturamento anual dos produtos incentivados (dependendo da região), descontados os impostos de comercialização (ICMS, IPI, PIS e Cofins). Vale ressaltar que existem algums regras para que sejam descontados valores referentes à exportação de produtos e, também, referentes à compra de produtos incentivados.

**Mais informações:**

[www.leidainformatica.com](http://www.leidainformatica.com/)

**Setor de Nanotecnologia – Incentivos para P&D**

O governo federal está reformulando o Programa Nacional de Nanotecnologia, criado para incentivar atividades de pesquisa, desenvolvimento de novos produtos e a transferência de tecnologia entre as instituições de pesquisa e empresas.

O novo Programa deve priorizar a pesquisa em nanociência para sensores, dispositivos e materiais, e compósitos. Isso deve ser feito a partir dos 26 laboratórios que integram o Sistema Nacional de Laboratório em nanotecnologia (SisNano).

O dinheiro a ser aplicado no Programa ainda está em análise pelo governo. Para 2014 estão previstos R$ 20 milhões para o setor. Os laboratórios integrantes do Sisnano devem receber os recursos para operar de forma “aberta ao uso” – ou seja, tanto por pesquisadores ou grupos de pesquisas, quanto por empresas. Dessa forma, os laboratórios estarão à disposição para o desenvolvimento (seja como contratados para fazer pesquisas, seja recebendo pesquisadores e empresas para fazerem suas próprias pesquisas).

* 1. FUNDOS DE AVAL

Fundo de aval é um mecanismo utilizado para concessão de garantias complementares à contratação de operações de crédito para financiamento de investimentos pelas empresas junto às instituições financeiras.

Os fundos de aval podem ser formados com recursos de entidades públicas e privadas, que fomentam o desenvolvimento de micro e pequenas empresas que têm dificuldades no acesso ao crédito em função de não possuírem garantias suficientes à contratação de operações de crédito.

A garantia é concedida por meio de aval, formalizada pelo fundo, e avaliza uma parte do financiamento. Caso a empresa que tomou o créditro torne-se inadimplente, o fundo honrará a parte do financiamento garantida junto à instituição financeira e passará a ser o novo credor.

Para concessão do aval, os fundos cobram uma taxa (uma espécie de comissão para sua utilização), descontada no ato da liberação do crédito. Os percentuais variam conforme o prazo do financiamento.

Aqui você encontra informações sobre alguns fundos de aval disponíveis para empresas.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) – Sebrae**

**FGO (Fundo de Garantia de Operações) – Banco do Brasil**

**FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) – BNDES**

**SGC (Sociedade de Garantia de Crédito)**

**FDA (Fundo de Aval) – Desenvolve SP**

**FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas) - Sebrae**

Instituído pelo Sebrae, o FAMPE é uma alternativa para modificar o quadro desfavorável ao fortalecimento dos pequenos negócios, que têm dificuldades para atender às garantias exigidas pelos agentes financeiros. Ou seja, o Sebrae dispõe-se a ser avalista ou fiador nas operações de crédito contratadas pelas MPEs, complementado as garantias exigidas pelo agente financeiro.

É importante observar que o fundo de aval não substitui totalmente a necessidade de outras garantias, nem pode ser utilizado quando o cliente já apresenta todas as garantias exigidas pelo agente financeiro. O banco (agente financeiro) pode exigir garantias para a parcela do financiamento não coberta pelo FAMPE. Nesse caso, cabe ao empresário apresentar essas garantias.

O fundo de aval não é um seguro de crédito. Ao contratar o financiamento com a garantia do Sebrae, a empresa assume a responsabilidade de pagamento do empréstimo perante o agente financeiro e o Sebrae. Na hipótese de atraso de pagamento, o agente financeiro tomará todas as providências para a recuperação do crédito, inclusive por via judicial.

O FAMPE é operacionalizado por diversas instituições financeiras credenciadas pelo Sebrae, tais como:

* Agência de Fomento de Alagoas
* Agência de Fomento de Goiás
* Agência de Fomento do Paraná
* Agência de Fomento do Rio de Janeiro
* Agência de Fomento do Rio Grande do Sul
* Agência de Fomento de Santa Catarina
* Agência de Fomento do Tocantins
* Banco do Brasil
* Banco de Brasília
* Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
* Caixa Econômica Federal

**Público alvo:**

Micro e pequenas empresas.

**Condições e limites:**

O FAMPE garante até 80% do financiamento feito para as seguintes modalidades:

* Aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, veículos utilitários e obras civis necessárias à implantação, modernização, ampliação ou relocalização da empresa, inclusive o capital de giro associado – valor máximo da garantia: R$ 150 mil
* Capital de giro puro – valor máximo da garantia: R$ 60 mil
* Exportação (fase pré embarque) – valor máximo da garantia: R$ 300 mil
* Desenvolvimento tecnológico e inovação – valor máximo da garantia: R$ 300 mil

**Mais informações:**

<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/onde-buscar-garantias/fampe>

**FGO (Fundo de Garantia de Operações) – Banco do Brasil**

Tem por finalidade garantir as operações de micro, pequenas e médias empresas tomadoras de empréstimos de capital de giro e de investimento. O FGO participa na operação como garantia complementar às garantias apresentadas pelo mutuário. Essa participação do Fundo não desobriga a empresa do pagamento da dívida, não se constituindo em seguro de crédito.

Ao utilizar o FGO, a empresa passa a ter condições favoráveis ao crédito, podendo, inclusive, contar com taxas reduzidas.

**Público alvo:**

Micro, pequenas e médias empresas, inclusive empreendedores individuais, com faturamento bruto anual de até R$ 15 milhões.

**Condições e limites:**

Cobre até 80% do valor contratado, limitado a R$ 650 mil, no caso de investimento, e R$ 250 mil, no caso de operação de capital de giro.

A garantia compreende todo o prazo do financiamento, inclusive o período de carência.

O mutuário paga ao FGO uma Comissão de Concessão de Garantia (CCG) vinculada ao tipo da operação, e proporcional ao prazo e ao valor garantido.

**Mais informações:**

Banco do Brasil - [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)

Banco do Brasil – FGO - <http://bb.com.br/portalbb/page3,108,10562,8,0,1,2.bb>

**FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) – BNDES**

Tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito, incentivando o crescimento e a modernização de micro, pequenas e médias empresas, empreendedores individuais, cooperativas e caminhoneiros autônomos.

Ao pedir crédito, empresas e empreendedores de menor porte frequentemente encontram dificuldades em atender às garantias exigidas pelas instituições financeiras. Tais dificuldades inviabilizam a contratação do financiamento desejado, ou levam à aprovação de um financiamento em condições menos favoráveis do que as ideais, considerando variáveis como os prazos de carência e amortização, taxa de juros e valor de entrada.

O FGI funciona como um fundo garantidor complementar exigido nas operações de crédito pelos bancos ou agências de fomento, aumentando as chances de aprovação dos pedidos de crédito.

**Público alvo:**

Micro, pequenas e médias empresas, empreendedores individuais, cooperativas e caminhoneiros autônomos.

**Condições e limites:**

Limite de garantia: até 80% do financiamento.

Limite de valor do financiamento: R$ 10 milhões por beneficiário.

Os investimentos que podem se beneficiar são: capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, projetos de expansão de unidades produtivas, aquisição de *softwares* nacionais, produção voltada à exportação, entre outros.

**Mais informações:**

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/FGI/index.html>

**SGC (Sociedade de Garantia de Crédito)**

A SGC é uma sociedade formada por empresários, entidades públicas e demais apoiadores, que, por meio da cooperação financeira, propicia a expansão do acesso ao crédito, com o objetivo de amenizar a falta de garantias dos empreendedores. Essas instituições (as SGC) são formadas pela associação de empresários, nas quais cada membro entra com uma cota. O dinheiro da SGC é destinado à garantia de financiamentos dos associados.

O Sebrae estimula as iniciativas de constituição de SGC, orientando e oferecendo apoio técnico, metodologias e tecnologias de gestão. As SGC são entidades voltadas à prestação de garantias complementares e, também, ao assessoramento empresarial às micro e pequenas empresas associadas.

**Funcionamento:**

Após ter integralizado suas cotas na sociedade, o empresário pode contar com o complemento das garantias exigidas ao contratar uma operação de crédito, desde que o projeto apresente condições de pagamento do empréstimo. A cada transação realizada o empresário paga determinada quantia para a utilização do aval da SGC.

A SGC realiza os serviços de análise e de concessão das garantias pleiteadas pelos associados, assumindo eventuais inadimplências das operações e encarregando-se diretamente da atividade de recuperação das perdas. A SGC também estabelece convênios com as instituições financeiras atuantes em que se estabelece, como forma de ampliar as alternativas de crédito.

Um exemplo de SGC é a Garantinorte RJ[[25]](#footnote-25), com a qual a AgeRio firmou convênio. Ela abrange 14 municípios produtores de petróleo, gás e bioenergia do Norte e Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro, como Búzios, Arraial do Cabo, Campos, Macaé e Cabo Frio. O objetivo do convênio com a AgeRio é facilitar o acesso a crédito a empresários do segmento.

**Público alvo:**

Os sócios participantes das SGC são os beneficiários diretos das garantias. Estes sócios são, prioritariamente, micro e pequenas empresas, ingressadas desde a fundação ou no decorrer das atividades da SGC.

Há, também, os sócios apoiadores. Ou seja, as empresas e instituições de maior porte que apoiam a iniciativa com o intuito de fortalecer as micro e pequenas empresas estabelecidas em seu entorno. Os apoiadores mantêm relação com os participantes das SGC, seja como fornecedoras ou clientes diretos.

**Mais informações:**

##### <http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/onde-buscar-garantias/sociedade-de-garantia-de-credito>

|  |
| --- |
| **FDA (Fundo de Aval) – Desenvolve SP**  O FDA garante, com recursos do Tesouro Estadual de São Paulo, os riscos do crédito contraído e elimina a exigência de contragarantias pelo Programa ME Competitiva, que visa liberar empréstimos a juros subsidiados. Por meio da Desenvolve SP, que faz a gestão e opera o Fundo, a empresa que precisa de aval para obter empréstimo ou fazer negócios consegue o acesso ao crédito.  **Decreto no. 54.228, de 13/3/2009**  Dispõe sobre o Fundo de Aval do Estado de São Paulo, instituído pela Lei no. 10.016, de 29 de junho de 1998.  Mais informações  http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=155240  **Lei no. 10.016, de 29/6/1998**  Instituiu o Fundo de Aval e dá outras providências.  Mais informações  http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/169607/lei-10016-98    **Público alvo:**  Pequenas empresas do Estado de São Paulo, de qualquer segmento, com receita bruta  anual até R$ 3,6 milhões.  **Condições e limites:**  O FDA aplica-se a todas as linhas de financiamento, exceto para operações de capital de giro.  As garantias do Fundo cobrem até 100% do financiamento.  Limite de valor do financiamento: 10% da receita bruta anual. |

**Mais informações:**

http://www.canaldoempresario.com.br/portal.php/setores-industria/fundo-de-aval

* 1. VENTURE CAPITAL E EMPREENDEDORISMO[[26]](#footnote-26)

Dentre os diversos tipos de recursos financeiros (recursos não reeembolsáveis, reembolsáveis, financiamento ou empréstimo, subvenção econômica, incentivos fiscais), está o venture capital (original no inglês), ou comumente chamado no Brasil, de capital de risco.

Dentre as principais dificuldades para a estruturação de um novo negócio, ou de uma nova empresa, está o acesso a recursos financeiros. Muitas empresas novas (as chamadas startups[[27]](#footnote-27))tem como principal ativo o conhecimento ou mesmo capacitação em tecnologia, mas em função do estágio inicial do negócio têm faturamento incipiente ou inexistente.

Antes que a empresa tenha clientes e comece a faturar, dificilmente será capaz de oferecer garantias reais para conseguir um empréstimo em um banco ou agente financeiro – seja ele público ou privado. Isso faz com que a maioria dos empreendedores deem início a um processo, às vezes complicado, de conseguir recursos de amigos, família e outros potenciais investidores, sem informação suficiente sobre as vantagens e questões que devem ser entendidas sobre as diferenças entre os diversos tipos de recursos financeiros existentes.

Assim, pela dificuldade de acesso a recursos financeiros mais tradicionais, o empreendedor deve considerar outras formas de investimento. Nesse contexto, uma das fontes de recurso mais importante e apropriada para esta etapa é o venture capital.

Antes de falarmos mais detalhadamente sobre este tipo de investimento, é importante registrar que a escolha e o acesso a diferentes tipos de recursos financeiros têm estreita ligação com o ciclo de maturidade da empresa. Isso, por consequência, tem impacto na estrutura de capital da mesma.Assim, é muito importante fazer um planejamento das necessidades de recursos financeiros nos próximos períodos até que sua empresa tenha clientes e consiga recursos para pagar as próprias contas e crescer.

Aqui nesta seção você encontra informações sobre venture capital e empreendedorismo.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

O que é Venture Capital

Estágios de empresas e tipos de recursos

* 1. Investimento anjo
  2. Capital semente (seed money)
  3. Venture capital
  4. Corporate venturing
  5. Private equity

Vantagens do venture capital para empreendedores

Processo de investimento

Como se preparar para o investimento – Plano de Negócios

Como estruturar a empresa para receber investimento

Instituições vinculadas ao tema

Outros programas de venture capital

**O que é venture capital**

Venture capital, capital empreendedor ou capital inteligente é um tipo de investimento importante nos mercados de capitais dos países.

De acordo com o Instituto Inovação, o venture capital é uma modalidade de investimento na qual investidores aplicam recursos em empresas com expectativas de rápido crescimento e elevada rentabilidade. Este investimento acontece por meio da aquisição de ações ou direitos de participação. Esta forma de operação, diferente de um financiamento, implica, além da entrada de recursos financeiros, em um compartilhamento de gestão do investidor com o empreendedor.

O investimento em venture capital pode ser realizado tanto por companhias de participações, gestores, por meio de fundos de investimentos estruturados para esta finalidade ou, ainda, por investidores individuais que disponham de capital para investir nesta atividade. Os investidores, geralmente, reúnem-se em fundos (empresas com figura jurídica própria) e são chamados de cotistas. Eles compram cotas quando o fundo começa a funcionar. Essas cotas serão resgatadas quando o investimento feito em um determinado negócio for retirado.

Em geral, estes investidores:

* Formam uma parceria operacional estreita com os sócios, e podem trazer gerentes profissionais que ocuparão cargos estratégicos dentro da empresa
* Têm expectativas em termos de propriedade e controle da empresa
* Possuem metas de retorno esperado sobre o investimento, e estratégias de saída claramente definidas para seu capital
* Exigem proteções e preferências contratuais significativas

De forma complementar, a ABVCAP define venture capital como instrumento fundamental no desenvolvimento de mercado de capitais e economias emergentes, que tem se destacado de forma expressiva no Brasil. Trata-se de um tipo de investimento que envolve a participação em empresas com alto potencial de crescimento e rentabilidade, por meio da aquisição de ações ou de outros valores mobiliários (debêntures conversíveis, bônus de subscrição, entre outros), com objetivo de obter ganhos expressivos de capital a médio e longo prazo.

O investidor ou fundos de investimentos participam do empreendimento por meio de aquisições de ações ou da compra de parte da empresa emergente. Essa participação, geralmente, chega a 40% do capital total, o que permite ao capitalista opinar e participar formalmente, por exemplo, do conselho diretivo da empresa. O venture capital fica investido, geralmente, de 2 a 10 anos, e é recuperado após o desenvolvimento da empresa, por meio da recompra da parte societária pelo empreendedor, da venda total ou parcial da empresa, ou ainda pela abertura de capital na bolsa de valores.

Por meio do venture capital e do private equity, pequenas e médias empresas que pretendam transforma-se em grandes companhias, passam a dispor de oportunidades para financiar o seu crescimento, com apoio para a criação de estruturas adequadas de governança corporativa, foco no crescimento e lucratividade, bem como na sustentabilidade do negócio.

Enquanto o venture capital está relacionado a empreendimentos em fase inicial, o private equity está ligado a empresas mais maduras, em fase de reestruturação, consolidação e/ou expansão de seus negócios. A essência do investimento está em compartilhar os riscos do negócio, selando uma união de esforços entre gestores e investidores para agregar valor à empresa investida. Os investimentos podem ser direcionados para qualquer setor que tenha perspectiva de grande crescimento e rentabilidade a longo prazo, de acordo com o foco de investimentos definido pelos investidores ou fundos.

Antes de buscar recursos de venture capital, o empreendedor deve se perguntar:

* Tenho ambição de promover um crescimento elevado na minha empresa?
* Estou disposto a vender uma parte da minha empresa para um investidor, tornando-o sócio do meu negócio?

Para obter qualquer tipo de capital é preciso planejamento. Portanto, antes de se apresentar a qualquer fonte de venture capital, o empreendedor deve:

* Estruturar um bom plano de negócios
* Colocar-se no lugar do investidor e criticar o seu negócio
* Saber de quanto vai precisar e para que será utilizado
* Avaliar se há compatilibilidade com os novos sócios, testanto o relacionamento, os princípios e valores empresariais
* Avaliar se está preparado para iniciar as negociações e abrir a empresa para o controle externo

**Venture Capital x Financiamento**

Também chamado de capital empreendedor ou capital de risco, o venture capital originou-se no mercado financeiro tradicional e atua na criação e no desenvolvimento de empresas.

Os principais objetivos são:

- para o investidor – lucro

- para o empreendedor – valorização da empresa

As principais diferenças entre venture capital e financiamento são:

Venture capital Financiamento

- risco do prejuízo é do investidor - risco é do tomador

- concessão de participação acionária - contratação de dívida

- pagamento de juros

- necessidade de viabilidade econômica - necessidade de garantias e avalistas

Fontes:

ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital – [www.abvcap.com.br](http://www.abvcap.com.br)

Capital de Risco – guia prático para empresas nascentes (Instituto Inovação)

SP Ventures – [www.spventures.com.br](http://www.spventures.com.br)

**Guia de Venture Capital e Private Equity[[28]](#footnote-28)**

O Guia de Venture Capital e Private Equity da Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital (ABVCAP) tem como objetivo apontar diretrizes para adoção das melhores práticas de venture capital e private equity de forma a aprimorar o relacionamento entre os investidores, gestores e demais participantes desta indústria.

Dividido em três blocos principais (transparência, alinhamento de interesses e governança), o Guia tem como objetivo descrever o que a ABVCAP acredita ser a essência que deve pautar a relação entre investidores, gestores e demais participantes da indústria.

O Guia tem caráter orientador e seu conteúdo não é estático, podendo passar por revisões e atualizações.

**Estágios de empresas e tipos de recursos**

De acordo com a ABVCAP, para cada estágio da empresa há uma alternativa de capitalização:

* Investidor anjo
* Capital semente (*seed money*)
* Venture capital
* Corporate Venturing
* Private equity

**Investidor anjo (*Business angels*)**

Voltado para empresas nascentes, incubadas e startups, e com foco em investimentos de até R$ 2 milhões.

O investimento anjo é o investimento efetuado por pessoas físicas (os “anjos”), com seu capital próprio, em empresas nascentes com alto potencial de crescimento. Os “anjos” são profissionais (empresários, executivos e profissionais liberais) experientes, que agregam valor para o empreendedor com seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamentos, além dos recursos financeiros. Geralmente, eles têm uma participação minoritária no negócio e não têm posição executiva na empresa, mas apoiam o empreendedor atuando como um mentor/conselheiro.

Principais características dos ”anjos:

* Indivíduos privados com grande patrimônio acumulado
* Agem, normalmente, por conta própria
* Investem em participações em pequenas companhias fechadas, geralmente em indústrias nas quais possuem experiência

No geral, os diferentes tipos de “anjos” são:

* Anjos investidores – anjos com experiência profissional (ex executivos de grandes empresas)
* Anjos guardiões – veteranos da indústria
* Anjos de rendimento financeiro – indivíduos com grandes fortunas
* Anjos empreendedores – empreendedores que triunfaram em seus negócios

**Alguns exemplos de redes de anjos do Brasil:**

Anjos do Brasil – [www.anjosdobrasil.net](http://www.anjosdobrasil.net)

Floripa Angels (Florianópolis) – [www.floripaangels.org](http://www.floripaangels.org)

Gávea Angels (Rio de Janeiro) – [www.gaveaangels.com.br](http://www.gaveaangels.com.br)

Jacard Investimentos – <http://jacard.com.br/wp/>

São Paulo Anjos – [www.spanjos.com.br](http://www.spanjos.com.br)

**Capital semente (*seed money*)**

Voltado para empresas com faturamento de até R$ 5 milhões e com foco em investimentos entre R$ 2 milhões e R$ 5 milhões.

O capital semente é a primeira camada de investimento acima do investidor anjo. Normalmente, esta fase de investimento é acionada por empreendedores cujas empresas ou novos negócios estão em fase de desenvolvimento. Ou seja, o empreendedor tem uma ideia e precisa de recursos para estruturar seu plano de negócios e dar início ao processo propriamente dito de pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos ou serviços.

Geralmente, para diluir seu risco e diversificar sua carteira, os investidores de capital semente montam fundos que captam de vários investidores, conseguindo, assim, aportar capital em mais empresas e maximizar suas chances de acertar.

Dentre os diversos fundos de capital semente existentes no Brasil estão:

* Criatec – Fundo de Capital Semente

O Criatec nasceu da iniciativa do BNDES e é mantido por um consórcio de gestores formado pela Antera Gestão de Recursos S.A. e pela Inseed Investimentos Ltda., do Grupo Instituto Inovação. É um fundo de investimentos de capital semente destinado à aplicação em empresas emergentes inovadoras e com o objetivo de obter ganho de capital por meio de investimento de longo prazo em empresas em estágio inicial (inclusive estágio zero), com perfil inovador e que projetem um elevado retorno. Com investimentos de até R$ 5 milhões por oportunidade, o Criatec já investiu em 36 empresas nascentes inovadoras, em 8 estados brasileiros. Além dos recursos financeiros, o Criatec participa ativamente da gestão das empresas, dando suporte estratégico e gerencial ao empreendedor, ajudando na seleção e formação da equipe, definindo metas e acompanhando os resultados. A carteira do Criatec cresce acima de 60%aa desde 2008, e está programado para encerrar as atividades em novembro de 2017, podendo ser prorrogado por mais 5 anos.

Cartilha Desmistificando o Capital de Risco

http://www.fundocriatec.com.br/Recursos/Paginas/Arquivos/cartilhacriatec.pdf

* HorizonTI FIEEI

Com gestão e administração da SPE HorizonTI Gestão de Recursos S/A, começou as atividades em 2009 e tem foco de atuação em empresas emergentes localizadas em Belo Horizonte e região, do segmento de tecnologia da informação (TI) abrangendo *software*, *hardware*, automação, telecomunicações, meios de pagamento e serviços de Internet.

* Novarum FMIEE

Com gestão da Jardim Botânico Partners e administração da BNY Mellon Serviços Financeiros, começou as atividades em 2005 e tem foco em investimentos em empresas em estágio inicial ligadas aos setores de telecomunicações, tecnologia da informação, desenvolvimento de novos materiais, educação e ciências da vida (incluindo biotecnologia, agronegócio, controle de poluição ao meio ambiente, e saúde).

* Fundo SC FMIEEI

Com gestão da BZPlan/FIR Capital Partners e administração da FIR Capital, começou as atividades em 2010 e tem foco em investimentos em empresas de pequeno porte nos setores de tecnologia da informação e comunicação (TIC), biotecnologia, nanotecnologia, bioengenharia e outras de caráter inovador da região norte do Estado de Santa Catarina.

* NascenTI

Com gestão da SPE Confrapar NascenTI e administração da Confrapar Participações e Pesquisa, tem foco em investimentos em empresas nascentes inovadoras de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Fundo de atuação exclusiva no Estado do Rio de Janeiro.

* DGF

Com gestão e administração da DGF Investimento Gestão de Fundos Ltda., tem foco em empresas inovadoras amplo senso, preferencialmente em telecomunicações, TI, tecnologia de segurança, energia renovável, negócios online (Internet/móvel), sáude e serviços, com forte potencial de crescimento orgânico.

* FMIEEI Performa

Com gestão da Performa Investimentos e administração da Mellon DTVM S/A, tem foco em investimento em empresas inovadoras que atuem nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, aplicações médicas, *cleantech* e/ou serviços especializados em TI.

* Cventures primus FMIEE

Com gestão da CRP Companhia de Participações e administração da Oliveira Trust Servicer S/A, tem foco em investimento em empresas inovadoras nos setores de energia, *life sciences*, tecnomídias e tecnologia da informação e comunicação.

**Venture capital**

Voltado para empresas com faturamento entre R$ 5 milhões e R$ 100 milhões, e com foco em investimentos entre R$ 5 milhões e R$ 30 milhões.

Venture capital é a modalidade de investimento que consiste na compra, por um período pré determinado, de participação acionária em empresas inovadoras de pequeno/médio porte, de capital fechado, em um estágio inicial de desenvolvimento e com alto potencial de crescimento no curto/médio prazo.

Fundos de venture capital operam em um ambiente de muita incerteza, financiam empresas de alto risco, pouca liquidez e com ideias ainda a serem provadas. Essas empresas não têm ativos ou histórico para conseguir financiamento por meio de fontes tradicionais, como bancos. Pode-se dizer que bancos emprestam direito olhando o passado de uma empresa. E fundos de venture capital compram participações em uma empresa olhando o seu futuro.

Por isso, esse tipo de investimento está altamente correlacionado ao desenvolvimento de novas tecnologias, pois esse ambiente oferece a melhor proporção de retorno e risco (nesse caso, alto potencial de retorno e alto risco). Existe um prêmio pela iliquidez de um ativo, a dificuldade em realizar os retornos fazem com que somente oportunidades com alto potencial sejam consideradas. Quanto maior a liquidez menor o retorno exigido pelos investidores nesse quesito.

Os investidores ou fundos de investimento participam do empreendimento por meio de aquisições de ações ou da compra de parte da empresa emergente. O venture capital é, a rigor, um financiamento de longo prazo, geralmente recuperado após o desenvolvimento da empresa, por meio da oferta de ações no mercado ou da venda total ou parcial do empreendimento.

O venture capital possui as seguintes características gerais:

* Antes de investirem, os fundos de investimento analisam o mercado potencial do negócio, bem como a estratégia da empresa e a equipe do projeto
* Fornece capital necessário para financiar a estratégia de crescimento
* Compartilha o risco do negócio com o empreendedor
* O investimento é de longo prazo, de 3 a 7 anos
* Os investidores trabalham em parceria com o empreendedor, propiciando suporte na tomada de decisões e *networking*
* Auxiliam no amadurecimento da governança corporativa
* Promovem a exposição investida no mercado

**Fundos de venture capital**

São sociedades (empresas) com objetivo de tomada de participações no capital de outras empresas, em uma perspectiva de investimento de médio e longo prazo, das quais irão obter, mais tarde, mais-valias com a alienação posterior da participação adquirida.

Fontes:

ABVCAP – Associação Brasileira de private Equity & Venture Capital – [www.abvcap.com.br](http://www.abvcap.com.br)

Capital de Risco – guia prático para empresas nascentes (Instituto Inovação)

SP Ventures – [www.spventures.com.br](http://www.spventures.com.br)

Dentre os diversos fundos de venture capital existentes no Brasil estão:

* Capital Tech Inovação e Investimento FMIEEI

Com gestão e administração da Invest Tech Participações e Investimentos Ltda., começou as atividades em 2008 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras, preferencialmente na região Sudeste, pertencentes aos setores fármaco, de tecnologia da informação e/ou de serviços, prioritariamente relativos à tecnologia da informação ou a telecomunicações, com potencial de crescimento por meio de estratégia de fusões ou aquisições.

* Rio Bravo Nordeste II FMIEE

Com gestão e administração da Rio Bravo Venture Partners Ltda., começou as atividades em 2007 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras, localizadas na região Nordeste, relacionadas às atividades de tecnologia da informação e comunicação (TIC), energia, agronegócio, turismo, entretenimento, alimentos e bebidas, ou que atuem nas principais cadeias produtivas locais, com destaque para os setores eletroeletrônico, mecânico e eletromecânico, químico e de indústrias de transformação.

* FIEEI Fundotec II

Com gestão e administração da FIR Capital Partners Ltda., começou as atividades em 2007 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras, localizadas preferencialmente nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, pertencentes aos setores de biotecnologia e tecnologia da informação.

* Jardim Botânico VC I - FIEE

Com gestão da Jardim Botânico Partners e administração da BEM DTVM, começou as atividades em 2007 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras.

* CRP VI Venture - FMIEE

Com gestão e administração da CRP Companhia de Participações, começou as atividades em 2006 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras que detenham altos padrões de governança e responsabilidade socioambiental, localizadas, preferencialmente, nas regiões Sul e Sudeste, e dos setores de *software*, *hardware*, Internet, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, tecnologia de plástico, agroindústria e novos materiais.

* FMIEEI Stratus GC III

Com gestão da Stratus Investimentos Ltda. e administração da Stratus Gestão de Carteiras Ltda., começou as atividades em 2006 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras nos setores de novos materiais, biodiversidade, biotecnologia e meio ambiente, de atividades que introduzam novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resultem em novos produtos, processos ou serviços.

* Rio Bravo Investech II FMIEEI

Com gestão e administração da Rio Bravo Venture Partners Ltda., começou as atividades em 2004 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras que exerçam atividades relacionadas a biotecnologia, ciências da vida e meio ambiente, tecnologia da informação, telecomunicações e novos materiais.

* FMIEEI Stratus GC

Com gestão da Stratus Investimentos Ltda. e administração da Stratus Gestão de Carteiras Ltda., começou as atividades em 2002 e tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras, preferencialmente pertencentes aos setores de tecnologia da informação, comunicação, logística, conteúdo mídia e equipamentos/componentes eletrônicos, prioritariamente das regiões Sul e Sudeste.

* Burrill Brasil I FMIEEI

Com gestão da Burrill Brasil Investimentos e administração da BNY Mellon Serviços Financeiros, tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras que atuem em ciências da vida, biotecnologia, bem estar, equipamentos médicos e diagnósticos, biofármacos, saúde, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e alimentos.

* DLM Brasil TI FIP

Com gestão da DLM Invista Asset Management S/A e administração da Citibank DTVM S/A, tem foco em investimentos em empresas emergentes inovadoras que atuem no segmento de *software* ou serviços que adotem o modelo de SaaS com a finalidade de distribuição de *software* proprietário ou prestação de serviços por meio da adoção intensiva de *software*.

* Capital Tech II FIP

Com gestão da Invest Tech Participações e Investimentos Ltda, tem foco em investimentos em empresas médias com alto potencial de inovação tecnológica nos segmentos de tecnologia da informação, biotecnologia, saúde e tecnologias limpas.

**Corporate venturing**

É o esforço corporativo e empreendedor que leva à criação de novos negócios, internos ou externos, pela organização. Ou seja, são empresas que realizam investimentos em negócios jovens, geralmente nas áreas tecnológicas, que encaixam em suas estratégias e que acabarão, mais tarde, por pertencer aos respectivos conglomerados.

Esses novos negócios podem surgir de inovações ou gerá-las na exploração de novos mercados, de novos produtos ou de ambos, ou que podem gerar novas unidades distintas das já existentes. Essa prática é uma importante forma alternativa de investimento a atividades empreendedoras em países desenvolvidos.

Em países em desenvolvimento, como a China, o corporate venturing é um investimento recente para o estímulo ao grau de inovação, proatividade, risco, autonomia e agressividade competitiva. No Brasil, um número reduzido de empresas utiliza o corporate venturing, que representa uma modalidade de investimento muitas vezes desconsiderada pelo empresariado brasileiro.

Um projeto é considerado como corporate venturing quando inclui uma atividade nova ao portfolio da organização e apresenta riscos e incertezas mais elevados do que sua atividade principal.

Em relação à gestão desse novo negócio, essa deve ser realizada separadamente do negócio central e ter como objetivo o aumento de vendas, lucros, valor, produtividade e qualidade, ou se configurar como um caminho para atingir estratégias da empresa-mãe.

Fonte:

Estratégias e práticas de corporate venturing no contexto brasileiro (Relatório de Pesquisa – Fundação Dom Cabral, Nova Lima, 2011, RP 1201)

Instituto Inovação

Dentre os diversos exemplos de corporate venturing existentes no Brasil está um fundo de investimento em participações (FIP) nos setores aeronáutico, aeroespacial, de defesa e segurança para o qual o BNDES lançou chamada pública em conjunto com a Finep, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) e a Embraer.

O objetivo do fundo é fortalecer a cadeia produtiva desses setores e seu ecossistema de inovação por meio de apoio a pequenas e médias empresas dos segmentos que não têm alternativas de financiamento para investir no desenvolvimento de novas tecnologias.

O FIP foi estruturado com elementos de corporate venturing, no qual a presença de uma empresa líder (no caso, a Embraer), permite estruturar e fortalecer a cadeia produtiva relacionada às suas atividades.

Fonte: BNDES

**Private equity**

Voltado para empresas com faturamento acima de R$ 100 milhões e com foco em investimentos acima de R$ 30 milhões.

São investimentos para empresas já estabelecidas, mas com necessidade de capital para expandir. Ou seja, o objetivo dos recursos é dar um impulso financeiro à companhia para que ela se prepare para abrir capital na bolsa de valores, por exemplo.

Empresas de capital aberto também podem receber os recursos dos private equity. Neste caso, o capital é destinado a alterações financeiras, operacionais ou estratégicas, visando a um novo posicionamento no mercado aberto.

Dentre os diversos fundos de private equity existentes no Brasil estão:

* Brasil Agronegócio FIP

Com gestão da BRZ Administração de Recursos S/A e administração da BEM DTVM Ltda., começou as atividades em 2010 e tem foco em investimentos em empresas consolidadas pertencentes aos setores do agronegócio, incluindo: insumos, processamento, distribuição, serviços, cadeia produtiva de produtos exportáveis, e outras prioridades identificadas (principalmente infraestrutura e estrutura produtiva).

* FIP Terra Viva

Com gestão e administração da DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda., começou as atividades em 2009 e tem foco em investimentos em empresas integrantes do setor sucroalcooleiro que adotem práticas de sustentabilidade socioambiental, incluindo: consolidação de usinas de açúcar e álcool já existentes, construção e exploração sob qualquer forma de novas usinas e projetos, e equipamentos, serviços, insumos, novas tecnologias e produtos.

* FIP Brasil de Governança Corporativa

Com gestão da BR Educacional e administração da BEM DTVM, começou as atividades em 2007 e tem foco em investimentos em empresas que adotem padrões de governança corporativa de nível global, que estejam seguradas, sediadas no Brasil, e que se enquadrem de forma indicativa, mas não exclusiva, nos seguintes setores: alimentos e bebidas, transportes e logística, tecnologia da informação, produtos farmacêuticos e cosméticos, e varejo.

* Neo Capital Mezanino II FIP

Com gestão da NEO Gestão de Recursos Ltda. e administração da INTRAG DTVM Ltda., começou as atividades em 2010 e tem foco em varejo e serviços.

* DGF FIPAC 2 FIP

Com gestão e administração da DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda., tem foco em investimento em empresas inovadoras multisetoriais com oportunidades nos setores de tecnologia da informação, serviços, saúde e consumo.

**Vantagens do venture capital para empreendedores**

Em primeiro lugaros investidores, sejam anjos (pessoa física) ou fundos de investimento (pessoa jurídica), aportam outras competências além dos recursos financeiros. Por isso a expressão “capital inteligente”, usada por vários agentes de mercado, é outro termo para venture capital.

Considerando que grande parte dos empreendedores não tem experiência em gestão empresarial, a participação dos capitalistas na gestão da empresa pode trazer grandes benefícios para a estruturação e para o crescimento do negócio – seja agregando valor na estruturação financeira e na profissionalização de sua gestão, seja ampliando oportunidades comerciais e estratégicas por meio das redes de contatos. Por esses motivos, os investidores participam ativamente da alavancagem da empresa no mercado, por meio do acompanhamento de tendências tecnológicas ou de modelos de negócios.

Além disso, o venture capital também representa um selo para o mercado, uma vez que passando por todo o ciclo de análise de investimento e estruturação de suas estratégias e plano de negócios, a empresa passará a fazer parte de um conjunto de organizações percebida por seus pares, concorrentes e outros agentes do mercado de capitais com melhores chances de crescimento.

A indústria de fundos voltados para pequenas e médias empresas e companhias de capital fechado, regulamentada pelas instruções 209 (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes – Venture Capital) e Instrução 391 (Fundos de Investimentos em Participações – Private Equity), abrange, hoje, pouco mais de 600 empresas investidas.

Para que se possa fazer uma comparação, essa mesma indústria de fundos (venture capital e private equity) nos Estados Unidos investiu em cerca de 30 mil empresas nas décadas de 1980 e 1990, das quais cerca de 3 mil abriram o capital.

Se compararmos o número de empresas brasileiras listadas em bolsa de valores com o de outros países emergentes, verificamos que o acesso de empresas ao nosso mercado é infinitamente inferior ao verificado em outros países:

* Índia – 5.122 empresas
* Coréia do Sul – 1.817México – 471 empresas
* Brasil – 372 empresas

Fonte:

Instituto IBMEC (2013)

**Processo de investimento**

O ciclo de investimento da indústria de venture capital tem duração média de 10 anos e contempla as seguintes etapas:

* Oportunidade
* Avaliação
* Negociação
* Acompanhamento e gestão
* Saída



Na etapa de Oportunidade, o empreendedor deve buscar informações sobre venture capital e analisar a melhor opção de investimento para o estágio da empresa (investidor anjo, capital semente, venture capital ou private equity, por exemplo). Além disso, deve estar atento a fóruns de investimentos realizados por instituições como a Finep e a BM&FBovespa, editais e programas específicos. O empreendedor, nesta etapa, deve analisar as oportunidades de acordo com as estratégias de cada uma e de cada fundo, comparando com as necessidades e prioridades da empresa.

Os investidores tendem a gastar mais tempo no processo de avaliação e investigação (conversando com clientes, verificando históricos, buscando referências externas, etc.). Esta fase dura cerca de 4 meses e, às vezes, pode durar 1 ano. Muitos investidores de capital de risco têm comitês que aprovam o investimento em fases distintas do processo, autorizando a empresa a seguir em frente a cada etapa. É comum, por exemplo, encontrar duas instâncias de aprovação. A primeira, normalmente, ocorre depois que a investigação inicial é finalizada. A segunda, depois que o processo de negociação é concluído e esboços da documentação final começam a circular entre as partes. Nas reuniões de análise de qualquer um dos dois comitês (ou durante a investigação), o negócio pode ser interrompido.

As empresas devem estar cientes que, normalmente, as despesas vinculadas à preparação da rodada de investimento não são reembolsadas. Custos legais, de auditorias e outros costumam correr por conta de quem está pleiteando os recursos. Taxas sobre transações também serão cobradas das empresas (por exemplo, as relacionadas ao registro em órgãos antitruste, quando necessário). No entanto, se a transação não se concretizar e os fornecedores de serviços tiverem sido contratados pelos investidores, este custo, geralmente, fica a cargo deles.

Durante a fase de avaliação, o empreendedor tem que fazer apresentações do seu plano de negócios, participar de reuniões e apresentar a equipe que vai executar o projeto. Vale lembrar que é crucial que alguém da empresa comande o processo de captação de recursos. Em geral, um dos fundadores (que atua como um CEO) ou um CFO tem que dedicar tempo significativo ao processo (em muitos casos, 100% do tempo disponível).

Provavelmente, o empreendedor terá que repetir sua história diversas vezes. Algumas dicas são:

* Ser sempre objetivo
* Se não souber alguma coisa, não seja evasivo. Apenas diga que não sabe
* Não exagere na proposta

Munidos do plano de negócios da empresa, e depois de alguma discussão, os investidores apresentam um documento informando os termos e as condições (*term sheet*) que exigem para dar prosseguimento ao processo. Normalmente, é estipulado um prazo no documento para que ambos os lados cheguem a um acordo sobre a versão final. O prazo pode ser renovado, ou a negociação encerrada. Às vezes pode ser solicitada exclusividade na negociação.

Após todos terem concordado com os termos e as condições, inicia-se o processo de *due* *diligence* (uma espécie de auditoria contábil e legal). O empreendedor pode acelerar esse processo significativamente se organizar os contratos mais relevantes e atualizar toda a documentação legal e fiscal. Muitas empresas, por exemplo, criam um livro de *due diligence* com uma cópia da documentação exigida, que apresentam aos investidores quando solicitado, demonstrando profissionalismo. Após todo esse processo é assinado o acordo de acionistas entre a empresa e os investidores.

A etapa de acompanhamento e gestão é uma espécie de monitoramento da empresa, e ocorre de forma contínua por meio de contatos formais pré definidos entre investidor e empresa. É a fase em que o investidor acompanha a execução do plano de negócios apresentado nas fases iniciais do processo de investimento.

A última etapa inclui a definição das estratégias de saída. Ou seja, a decisão se a empresa será vendida, se as ações serão recompradas ou se haverá uma eventual fusão, por exemplo. É a fase em que o investidor prepara sua saída do negócio.

Alguns termos importantes a serem conhecidos pelos empreendedores:

**Drag-along** – direito que um acionista tem de requerer, no momento da venda de sua participação, a venda conjunta da empresa.

**Due diligence** – processo de auditoria feito na empresa candidata a receber investimento de risco, em geral conduzido por auditores independentes contratados pelos investidores.

**IPO (Initial Publico Offering ou Oferta Pública Inicial)** – lançamento das ações da empresa no mercado primário de capitais e a consequente capitalização da empresa.

**Tag-along** – obrigação contratual de cada acionista de que não venderá sua posição sem que, previamente, dê aos demais acionistas a possibilidade de participar da venda (de maneira *pro rata*).

Fonte:

Capital de risco – guia prático para empresas nascentes (Instituto Inovação, 2008)

Floripa Angels

**Instituições vinculadas ao tema**

**ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial**

[www.abdi.com.br](http://www.abdi.com.br)

**ABVCAP – Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital**

[www.abvcap.com.br](http://www.abvcap.com.br)

**CVM – Comissão de Valores Mobiliários**

www.cvm.org.br

**FGV – Fundação Getúlio Vargas**

[www.fgv.br](http://www.fgv.br)

**Instituto IBMEC**

<http://ibmeclabrpmcom.com.br/>

**IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores**

[www.ibri.org.br](http://www.ibri.org.br)

**Outros links úteis:**

ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

[www.anpei.org.br](http://www.anpei.org.br)

[**Capital Semente Online**](http://www.capitalsemente.com.br/)

[www.capitalsemente.com.br](http://www.capitalsemente.com.br)

**Endeavor Brasil**

[www.endeavor.org.br](http://www.endeavor.org.br)

[**Floripa Angels**](http://www.floripaangels.org/)

[www.floripaangels.org](http://www.floripaangels.org)

**Fundo Criatec – fundo de capital semente**

[www.fundocriatec.com.br](http://www.fundocriatec.com.br)

**Gávea Angels**

[www.gaveaangels.org.br](http://www.gaveaangels.org.br)

[**Instituto Educacional BM&FBOVESPA**](http://educacional.bmf.com.br/)

educacional.bmf.com.br

**Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**

[www.anprotec.org.br](http://www.anprotec.org.br)

**Cietec Inovação e Empreendedorismo**

[www.cietec.org.br](http://www.cietec.org.br)

**Anjos do Brasil**

[www.anjosdobrasil.net](http://www.anjosdobrasil.net)

**Outros programas de capital de risco**

**Programa Inovar (Finep)**

**Programa de Investimento Direto em Empresas Inovadoras (Finep)**

**Programa Inovar (Finep e BID/Fumin)**

As atividades atualmente desenvolvidas pela área de investimento da Finep tiveram início em 2001 com o Programa Inovar, fruto de uma cooperação técnica firmada junto ao BID/Fumin. O principal objetivo do Inovar é o desenvolvimento e a consolidação da indústria de venture capital (VC) no Brasil. Ao longo de mais de uma década, diversas atividades foram estabelecidas, dentre as quais destacam-se o Portal Capital de Risco Brasil, o Venture Fórum e a Incubadora de Fundos Inovar (Inovar Fundos).

**Inovar Fundos**

A Incubadora de Fundos Inovar promoveu, até 2012, 13 chamadas públicas destinadas a atuais e potenciais administradores/gestores de fundos de VC para apresentação de propostas de capitalização de fundos de investimento. A Finep aprovou investimentos em 27 fundos. As chamadas para capitalização de fundos ocorrem anualmente, e a Finep seleciona aquelas oportunidades que mais se adequam ao seu perfil de risco X retorno.

A carteira de empresas investidas pelo Inovar é composta por 100 companhias. O investimento pelos fundos nas empresas é definido pelos gestores, por meio de análises de seus planos de negócios e aderência a suas teses de investimento.

Mais informações http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=inovar

**Programa de Investimento Direto em Empresas Inovadoras (Finep)**

O Programa consiste em promover operações de aquisição de participação societária visando a capitalização e o desenvolvimento de empresas inovadoras com relevante potencial de crescimento e retorno financeiro, em conformidade com a política operacional da Finep e com as políticas industriais do governo federal.

Dentre os objetivos do Programa estão:

* Estímulo às atividades de inovação das empresas brasileiras (incluindo o desenvolvimento de novos produtos e processos)
* Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios (capacidade de geração endógena de conhecimentos e tecnologias próprias)
* Desenvolvimento e adensamento das cadeias produtivas apoiadas
* Adoção das melhores práticas de governança corporativa
* Fortalecimento da estrutura de capital
* Ampliação do acesso ao mercado de capitais por parte de empresas inovadoras
* Expansão da capacidade da Finep de oferecer um apoio diversificado, abrangente e integrado de instrumentos

Para o cumprimento dos objetivos do Programa, foi constituído o FIP Inova Empresa, instrumento pelo qual a Finep realiza aquisições de participações societárias. O capital comprometido inicial é de R$ 200 milhões, podendo ser aumentado posteriormente.

Em consonância com os objetivos propostos, as atividades de investimento em participações são realizadas mediante aquisição de participações societárias em sociedades por ações de capital fechado, seja por intermédio de ações, debêntures conversíveis em ações, bônus, direitos e/ou recibos de subscrição, e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão da companhia investida.

A Finep pode adquirir participações em empresas individualmente ou por meio de coinvestimento com instituições públicas e/ou privadas, desde que se mantenha como acionista minoritária da companhia.

**Público alvo:**

O Programa é voltado a empresas inovadoras brasileiras, pertencentes aos setores econômicos e/ou áreas de conhecimento prioritárias da política operacional da Finep, que desenvolvam tecnologias estratégicas e/ou relevantes para o país, e que apresentem perspectivas de crescimento e retorno compatíveis com os objetivos do Programa.

As empresas elegíveis à participação devem apresentar as seguintes características:

* Investimento em inovação como fator relevante de sua estratégia de crescimento
* Perspectiva de crescimento do negócio e condições de buscar e atingir posições de liderança em seus mercados de atuação
* Receita operacional bruta igual ou superior a R$ 40 milhões no exercício imediatamente anterior ao pedido de investimento (empresa ou grupo econômico)
* Demonstrações financeiras dos últimos três exercícios, preferencialmente auditadas por empresa de reconhecida excelência
* Ter um Conselho de Administração estruturado ou que venha a ser constituído por ocasião da assinatura do Acordo de Acionistas, e apresentar plano de adoção de padrões mínimos de governança, de acordo com as exigências da Finep

**Apresentação de propostas:**

As empresas interessadas devem enviar seu plano de negócios, de acordo com o modelo estabelecido pelo Programa para [fipinovaempresa@finep.gov.br](mailto:fipinovaempresa@finep.gov.br), a qualquer tempo.

Em um primeiro momento, a Finep realizará uma pré qualificação, avaliando a adequação da empresa e de seu projeto de investimento aos perfis e diretrizes definidos no Programa de Investimento Direto. A Finep tomará a liberdade de contatar, a qualquer momento, as empresas para solicitar informações ou esclarecimentos adicionais que se façam necessários à sua avaliação.

Após a primeira etapa, a empresa receberá um comunicado sobre a viabilidade de sua participação no programa de investimento. As empresas aprovadas na primeira etapa passarão então à análise conclusiva (segunda etapa do processo),  na qual são aprofundados aspectos do plano de negócios e definidos os parâmetros para realização do valuation, uso dos recursos, riscos e mitigantes, bem como a negociação dos termos do Acordo de Acionistas e do Contrato de Investimento.

A terceira e última etapa de avaliação da Finep compreende a realização de due diligence na empresa, condição necessária à assinatura do Acordo de Acionistas e do Contrato de Investimento.

Capítulo 3 - INCENTIVOS FISCAIS

Aqui você encontra os incentivos fiscais disponíveis em nível federal, estadual e municipal.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Incentivos fiscais federais**

Fontes:

1. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
2. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
3. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
4. Receita Federal do Brasil

**Incentivos fiscais estaduais**

1. Bahia
2. Ceará
3. Goiás
4. Minas Gerais
5. Paraná
6. Pernambuco
7. Rio de Janeiro
8. Rio Grande do Sul
9. Santa Catarina
10. São Paulo

Fontes:

1. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (Secti/BA)
2. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece)
3. Produzir Goiás
4. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás (Sectec/GO)
5. Agência Curitiba de Desenvolvimento
6. Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul do Paraná
7. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe)
8. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
9. Invest in Pernambuco
10. Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)
11. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
12. Sala do Investidor- Rio Grande do Sul
13. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina
14. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
15. Fundação de Amparo à Pesqusia e Inovação do Estado de Santa catarina
16. Investe SP

**Incentivos fiscais municipais**

1. Salvador (Bahia)
2. Fortaleza (Ceará)
3. Goiânia (Goiás)
4. Belo Horizonte (Minas Gerais)
5. Curitiba (Paraná)
6. Recife (Pernambuco)
7. Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)
8. Florianópolis (Santa Catarina)
9. São Paulo (São Paulo)

Fontes:

1. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia (SECTI)
2. Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza (SEFIN)
3. Prefeituta Municipal de Fortaleza
4. Prefeitura Municipal de Goiânia
5. Agência Curitiba de Desenvolvimento
6. Prefeitura da Cidade de Recife
7. Prefeitura Municipal de Florianópolis

|  |
| --- |
| **INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS**  **Incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD**  **Decreto no. 6.234, de 11/10/2007**  Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI, instituídos pelos artigos 12 a 22 da Lei no. 11.484, de 31/5/2007.  Mais informações  <http://mcti.gov.br/index.php/content/view/63216.html> |

**Isenção e redução de imposto no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS**

**Decreto no. 6.233, de 11/10/2007**

Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI, instituídos pelos artigos 1 a 11 da lei no. 11.484, de 31/5/2007.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/63203.html>

**Benefício fiscal a empresas que produzem bens de informática na Zona Franca de Manaus**

**Decreto no. 6.008, de 29/12/2006**

Regulamenta o § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o art. 4º da Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, que tratam do benefício fiscal concedido às empresas que produzam bens de informática na Zona Franca de Manaus que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/46405.html>

**Incentivos fiscais em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação em setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (DUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**

**Medida Provisória no. 2.199-14, de 24/8/2001**

Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/3885.html>

**Incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores, e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados**

**Lei no. 11.484, de 31/5/2007**

Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/55238.html>

**Medida Provisória no. 352, de 22/1/2007**

Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/46404.html>

**Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa**

**Decreto no. 8.122, de 16/10/2013**

Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/350479.html>

**Benefícios fiscais da Lei de Informática**

**Decreto no. 8.072, de 14/8/2013**

Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/348931.html>

**Programa de incentivo à inovação tecnológica e adensamento da cadeia produtiva de veículos automotores – Inovar-Auto**

**Decreto no. 7.819, de 3/10/2012**

Regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7819.htm>

**Incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo**

**Decreto no. 7.539, de 2/8/2011**

Altera o art. 21 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/332915.html>

**Decreto no. 5.563, de 11/10/2005**

Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/3676.html>

**Lei no. 10.973, de 2/12/2004**

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesqusia tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>

**Incentivos fiscais para desenvolvimento regional (investimentos em projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, por empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste)**

**Lei no. 12.407, de 19/5/2011**

Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências, a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/331348.html>

**Decreto no. 7.422, de 31/12/2010**

Regulamenta os incentivos de que tratam o art 11-A da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e o art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/328101.html>

**Decreto no. 7.389, de 9/12/2010**

Regulamenta o incentivo de que trata o art. 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/327678.html>

**Medida Provisória no. 512, de 25/11/2010**

Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/327679.html>

**Lei no. 12.218, de 30/3/2010**

Altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2010/lei12218.htm>

**Medida Provisória no. 471, de 20/11/2009**

Altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

Mais informações

http://mcti.gov.br/index.php/content/view/314184.html

**Decreto no. 6.556, de 8/9/2008**

Altera o art. 6º o Decreto nº 2.179, de 18 de março de 1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional para os produtos que especifica, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2008/dec6556.htm>

**Lei no. 9.826, de 23/8/1999**

Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/314191.html>

**Decreto no. 2.179, de 18/3/1997**

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional para os produtos que especifica e dá outras providências. [Alterado pelo Decreto nº 6.556, de 8 de setembro de 2008](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2008/dec6556.htm) .

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/Ant1999/dec217997.htm>

**Lei no. 9.440, de 14/3/1997**

Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/314188.html>

**Incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica**

**Instrução Normativa SRF/MF no. 1.187, de 29/8/2011**

Disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/333295.html>

**Decreto no. 6.909, de 22/7/2009**

Altera o Decreto no. 5.798, de 7 de junho de 2006, que regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da lei no. 11.1996, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto no. 6.260, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a exclusão do lucro liquid, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT).

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2009/dec6909.htm>

**Lei no. 11.774, de 17/9/2008 (altera a Lei do Bem)**

Altera a legislação tributária federal, modificando as leis no. 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.493, de 10 de setembro de 1997, 10.925, de 23 de julho de 2004, e dá outras providencias.

Mais informações:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2008/lei11774.htm>

**Lei no. 11.487, de 15/6/2007 (conhecida como Lei do MEC, altera a Lei do Bem)**

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem), para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11487.htm>

**Lei do MEC – Artigo 19**

Acrescenta o art. 19-A na Lei do Bem para incluir novo incentivo à inovação tecnológica para empresas que atuarem em parceria com Instituições Científicas Tecnológicas (ICTs).

**Decreto no. 5.798, de 7/6/2006**

Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/23028.html>

**Lei no. 11.196, de 21/11/2005 (conhecida como Lei do Bem)**

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; e dá outras providências.

Mais informações

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>

**Lei do Bem - Capítulo III**

A Lei no. 11.196, de 21/11/2005, conhecida como Lei do Bem, em seu Capítulo III, artigos 17 a 26, e regulamentada pelo Decreto n. 5798, de 67/6/2006, que consolidou os incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Esse Capítulo foi editado por determinação da Lei n. 10.973/2004 (Lei da Inovação), fortalecendo o novo marco legal para apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação nas empresas brasileiras.

Os benefícios do Capítulo III da Lei do Bem são baseados em incentivos fiscais, tais como:

- deduções de IR e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) de dispêndios efetuados em atividades de P&D

- a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos para P&D

- depreciação acelerada desses itens

- amortização acelerada de bens intangíveis

- redução do IR retido na fonte incidente sobre remessa ao exterior resultantes de contratos de transferência de tecnologia (revogado pela MP 497, de 27/7/2010)

- isenção do IR retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinada ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares; ou subvenções econômicas, incorporada à linha de financiamento Finep Inova Brasil, concedidas em virtude de contratações de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores, empregados em empresas para realizer atividades de P,D&I tecnológica, regulamentada pela Portaria MCT n. 557.

O Ministério da Ciência e Tecnologia aprovou o formulário eletrônico para que as pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005, regulamentados pelo Decreto nº 5.798, de 2006, prestem ao MCT as informações anuais sobre os seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

**Decreto no. 4.928, de 23/12/2003**

Regulamenta os incentivos fiscais relativos aos dispelndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de produtos de que tratam os arts. 39, 40, 42 e 43 da Lei no. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e dá outras providências. Revogado pelo Decreto no. 5.798, de 7 de junho de 2006.

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2003/dec4928.htm>

**Lei no. 10.637, de 30/12/2002**

Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2002/lei10637.htm>

**Incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária**

**Decreto no. 949, de 5/10/1993**

Regulamenta a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/14929.html>

**Lei no. 8.661, de 2/6/1993**

Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8661.htm>

**Benefícios fiscais para empresas de Tecnologia da Informação**

**Portaria MDIC no. 267, de 30/8/2013**

Dispõe sobre a habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art.  23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Mais informações

<http://mcti.gov.br/index.php/content/view/349453.html>

**Decreto no. 5.906, de 26/9/2006**

Regulamenta o [art. 4º da Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/3282.html#Art.%204%BA), os arts. [4º](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/6093.html#Art.%204%BA), [9º](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/6093.html#Art.%209%BA), [11](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/6093.html#Art.%2011) e [16-A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/6093.html#Art.%2016-A), e os arts. [8º](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4644.html#Art.%208%BA) e [11 da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4644.html#Art.%2011), que dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.

Mais informações

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/39448.html#Art.%2023-A>

**REPETRO – Regime Aduaneiro Especial de Esportação e Importação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás Natural**

O REPETRO permite a importação de equipamentos específicos, para serem utilizados diretamente nas atividades de pesqusia e lavra (exploração) das jazidas de petróleo e gás natural, sem a incidência dos tributos federais – II, IPI, PIS e COFINS, além do adicional de frete para renovação da marinha mercante – AFRMM.

Estes tributos permanecem com sua exigibilidade suspensa pelo período de utilização no regime, tendo sua extinção prevista no caso de re-exportação dos equipamentos admitidos no regime.

Quem pode Utilizar o REPETRO:

* Detentora de concessão ou autorização, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para exercer, no país, as atividades de que trata o art. 1º
* Contratada pela pessoa jurídica referida no inciso I para a prestação de serviços destinados à execução das atividades objeto da concessão ou autorização, bem como as suas subcontratadas
* Empresa com sede no país formalmente designada pela pessoa jurídica de que trata item I, para promover a importação dos bens que sejam objeto de afretamento, de aluguel, de arrendamento operacional ou de empréstimo, desde que vinculados à execução de contrato de prestação de serviços celebrado entre elas

Características do REPETRO:

* Não tributação das entradas dos equipamentos admitidos no regime, apesar de serem utilizado em atividades econômicas
* Possibilidade de receber e transferir bens para outros regimes aduaneiros especiais
* Utilização compartilhada de bens
* Exportação sem saída do território aduaneiro
* Importação sob o regime de *drawback* de matérias primas, produtos semi-elaborados e partes ou peças destinados à fabricação de bens objeto do REPETRO para posterior submissão ao procedimento de exportação ficta

Mais informações sobre REPETRO

<http://www.regimerepetro.com.br/index.htm>

**Instrução Normativa RFB no. 1.415, de 4/12/2013**

Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/instrucao_Normativa_RFB_n_1.415.pdf>

**Instrução Normativa RFB no. 1.284, de 23/7/2012**

Altera a Instrução Normativa RFB no. 844, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/IN_RFB_1284_REPETRO.pdf>

**Instrução Normativa RFB no. 1.089, de 30/11/2010**

Altera a Instrução Normativa RFB no. 844, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/Instrucao_Normativa_RFB_1089.pdf>

**Instrução Normativa RFB no. 1.070, de 13/9/2010**

Altera a Instrução Normativa RFB no. 844, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/IN_RFB_1.070.pdf>

**Instrução Normativa RFB no. 941, de 25/5/2009**

Altera a Instrução Normativa RFB no. 844, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/IN_RFB_941.pdf>

**Instrução Normativa RFB no. 844, de 9/5/2008**

Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).

Mais informações

<http://www.regimerepetro.com.br/documentos/legislacao/IN_RFB_844.pdf>

**Lei das Debêntures em Sociedade de Propósito Específico (SPE) e sua regulamentação**

**Portaria no. 868, de 21/11/2012**

Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensive em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação para efeitos do Decreto no. 7.603, de 9/11/2011.

Mais informações

<ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2012/iels.nov.12/Iels221/U_PT-MCTI-GM-868_211112.pdf>

**Decreto no. 7.603, de 9/11/2011**

Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do art. 2o da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7603.htm>

**Lei no. 12.431, de 24/6/2011**

Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12431.htm>

**Lei no. 12.431, de 24/6/2011 – Artigo 2**

Estendeu os benefícios fiscais para a produção econômica intensiva em P,D&I.

**INCENTIVOS FISCAIS ESTADUAIS**

**Bahia**

**Lei no. 11.174, de 9/12/2008 (conhecida como Lei de Inovação da Bahia)**

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado da Bahia e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.secti.ba.gov.br/leis-incentivo/lei-de-inovacao-da-bahia>

**Lei no. 9.833, de 5/12/2005 (conhecida como Lei INOVATEC)**

Institui o programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica - INOVATEC

Mais informações

<http://www.secti.ba.gov.br/leis-incentivo/lei-inovatec>

**Benefícios fiscais do programa Parque Tecnológico da Bahia**

Redução do ISS, isenção de IPTU, isenção de ITIV, redução de até 90% do ICMS, e diferimento do ICMS na aquisição de equipamentos importados.

Além dos benefícios fiscais, há incentivos diretos e indiretos, tais como:

* Diretos
  + Programa de bolsas ProPARQ

Recursos não reembolsáveis >> FAP >> Fapesb >> Programa de Desenvolvimento de recursos Humanos em Apoio à Pesquisa e à Inovação no Parque tecnológico da Bahia - Bolsas ProPARQ

* + Inovatec

Incentivos >> Incentivos fiscais estaduais >> Bahia >> Lei no. 9.833, de 5/12/2005

* Indiretos
  + Política de incentivo à indústria na Bahia

http://www.secti.ba.gov.br/parque/incentivos/indiretos/politica-de-incentivo-a-industria-na-bahia/

**Ceará**

**Decreto no. 29.742, de 19/5/2009**

Regulamenta a Lei Complementar Estadual no. 50, de 30 de dezembro de 2004, que institui o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará (FIT), cria o Conselho Gestor do Fundo de Inovação tecnológica e dá outras providências.

Mais informações

http://www.adece.ce.gov.br/leis-e-decretos-fdi/DECRETO%2029.742%20de%2019%20de%20maio%20de%202009.pdf

**Lei no. 14.220, de 16/10/2008 (conhecida como Lei de Inovação do Ceará)**

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no Estado do Ceará e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.sct.ce.gov.br/index.php/downloads/category/22-lei-de-inovacao-do-ceara>

**Decreto no. 29.183, de 8/2/2008**

Consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará.

Mais informações

<http://www.sefaz.ce.gov.br/content/aplicacao/internet/legislacao_download/ano_2008/decretos/29183.pdf>

**Política de atração de investimentos do Estado do Ceará**

Tem como princípio básico a concessão de incentivos fiscais, dentre eles, o diferimento do ICMS gerado pela atividade industrial, conforme Decreto no. 29.183, de 8 de fevereiro de 2008. Para o segmento de pesquisa e desenvolvimento dispõe do Fundo de Inovação Tecnológica(FIT) do Estado do Ceará, Decreto no. 29.742, de 19 de maio de 2009.

O percentual desse incentivo, o índice de retorno e o prazo de fruição dos benefícios são variáveis. A base para o cálculo percentual é feita após a análise de 5 parâmetros básicos em que cada um deles tem uma escala de pontuação.

A política de incentivos estadual é regulamentada pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e contempla os seguintes programas:

1. Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas (PROVIN)
2. Programa de Incentivos às Centrais de Distribuição de Mercadorias (PCDM)
3. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva e geradora de Energia Eólica (ProEólica)
4. Programa de Atração de Investimentos Estratégicos (PROADE)
5. Indústria Têxtil
6. Outros incentivos fiscais previstos no âmbito do ICMS

**Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas (PROVIN)**

Benefício máximo de 75% do ICMS devido. O benefício é definido em função da pontuação que a empresa adquirir, onde cada ponto corresponde a 1 ponto percentual de benefício, respeitando o limite máximo de 75% do ICMS devido.

A pontuação total (PT) é definida por:

PT = P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + PE

P1 = geração de empregos

P2 = custo de transação

P3 = localização geográfica do empreendimento

P4 = projetos de responsabilidade social

P5 = programa de P&D

PE = bônus para empresas que consolidem ou representem setores econômicos estratégicos para a base de desenvolvimento

O prazo de carência é de 36 meses.

O retorno é definido de acordo com a pontuação atribuída ao projeto. O limite mínimo é de 5% e o máximo de 25%, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo (TJLP).

O prazo do benefício é definido de acordo com a pontuação atribuída ao projeto, sendo no mínimo 5 anos e máximo 10 anos, renovável por igual period de acordo com a evolução do projeto.

**Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos (PROADE)**

Benefícios:

* 99% de isenção do ICMS
* Investimento mínimo de R$ 200 milhões
* Empreendimentos estratégicos
  + Extração de minerais metálicos
  + Fabricação de produtos de minerais não metálicos
  + Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos
  + Fabricação de automóveis
  + Fabricação de produtos químicos
  + Indústria têxtil
  + Fabricação de calçados
  + Fabricação de produtos do refino de petróleo e de produtos petroquímicos
  + Siderurgia
  + Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes

**Outros incentivos fiscais previstos no âmbito do ICMS, que podem ser concedidos pelo Estado do Ceará**

O diferimento de ICMS incidente para as aquisições de máquinas, equipamentos, partes e peças, e estruturas metálicas para compor o ativo permanente da sociedade empresarial, adquiridas no exterior ou em outros estados, desde que não exista similar produzido no Estado.

Diferimento do ICMS incidente nas aquisições no exterior do país de matéria prima e insumos para utilização no processo industrial, desde que não exista similar produzido no Estado.

A Região Nordeste do Brasil, onde está localizado o Ceará, ainda dispõe de incentivos concedidos pelo Governo Federal como a isenção de Imposto de Renda (IR) e a isenção de tarifas da Marinha Mercante para utilização de transportes marítimos.

**Goiás**

**Lei no. 16.922, de 8/2/2010**

Dispõe sobre incentivo à inovação tecnológica no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_leis.php?id=9286>

**Incentivos a empresas de Parques Tecnológicos**

Empresas instaladas em parques tecnológicos credenciados no Programa Goiano de Parques Tecnológicos (PGTec) e beneficiadas pelo Produzir terão 80% de desconto sobre a parcela não incentivada do ICMS.

**Minas Gerais**

**Lei no. 17.348, de 17/1/2008**

Dispõe sobre incentivo à inovação tecnológica no Estado.

Mais informações

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=141692>

**Paraná**

**Decreto no. 631, de 24/2/2011**

Institui o Comitê de Análise do programa Paraná Competitivo.

Mais informações

<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/2201100631.pdf>

**Decreto no. 631, de 24/2/2011**

Institui a criação de comitês que vão analisar os pedidos dos empresários. O decreto permite que o Estado analise caso a caso os benefícios requisitados pelo setor produtivo.

**Decreto no. 630, de 24/2/2011**

Cria o programa Paraná Competitivo.

Mais informações

<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/2201100630.pdf>

**Decreto no. 630, de 24/2/2011**

Altera o percentual do ICMS a ser diferido. O benefício varia de 10% a 90%, e é definido pelos comitês formados por técnicos e secretarias de Estado.

O prazo de dilação do ICMS é flexibilizado e varia de 2 a 8 anos para recolhimento. O imposto que incide sobre energia elétrica acompanha a mesma lógica.

Além disso, o mesmo benefício poderá ser concedido para o tribute incidente sobre o uso do gás natural.

Outra alteração inovadora é a possibilidade de beneficiar com dilação de ICMS indústrias que estejam em recuperação judicial.

**Lei no. 16.016, de 19/12/2008**

Introduz as alterações que especifica, na Lei no. 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16327&indice=1&totalRegistros=1>

**Lei no. 16.016, de 19/12/2008**

Reduziu a alíquota do ICMS de cerca de 95 mil produtos do chamado consumo salário, de 25% e 18% para apenas 12%.

**Decreto no. 1.190, de 19/7/2007**

Ficam isentas do pagamento do ICMS as microempresas e empresas de pequeno porte estabeelcidas neste Estado e enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar no. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Mais informações

<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/2200701190.pdf>

**Decreto no. 1.190, de 19/7/2007**

Regulamenta o disposto na Lei no. 15.562/2007, que trata da isenção e/ou redução do ICMS incidente nas operações das micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Fica mantida a isenção de recolhimento do ICMS para microempresas com faturamento bruto anual de R$ 360 mil, e criam-se 16 faixas de redução de alíquota para as microempresas e empresas de pequeno porte com faturamento bruto anual acima de R$ 360 mil e abaixo de R$ 2,4 milhões ao ano. O decreto ainda facilita e disciplina a regularização fiscal de empresas em débito com os compromissos tributaries, proporcionando condições para parcelamento de atrasados, permitindo, com isso, acessar os benefícios do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

**Decreto no. 279, de 9/3/2007**

Introduz alterações no Regulamento do ICMS.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=44298&indice=1&totalRegistros=1>

**Decreto no. 279, de 9/3/2007**

Estabelece diferimento, à opção do fornecedor, para o ICMS incidente nas operações de compra de máquinas e equipamentos de fabricantes paranaenses e destinados ao ativo permanente do estabelecimento, independente se existente, em apliação e/ou implantação.

**Decreto no. 6.144, de 24/2/2006**

Altera o Regulamento do ICMS.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=41170&indice=1&totalRegistros=2>

**Decreto no. 6.144, de 24/2/2006**

Regulamenta o disposto na Lei Estadual no. 14.985, de 6/1/2006, que altera o ICMS incidente na importação de bem ou mercadoria por aeroporto ou porto paranaense. Recomenda-se consultar, também, o texto da Lei no. 15.467/2007. A parcela exigível no desembaraço foi reduzida para até 3%, diferindo-se o restante para a saída da mercadoria ou para o lançamento em conta gráfica.

O decreto aplica-se para importação de material prima, materiais intermediários e bens do ativo fixo.

**Decreto no. 1.102, de 23/4/2003**

Altera o Regulamento do ICMS.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=32267&indice=1&totalRegistros=1>

**Decreto no. 1.102, de 23/4/2003**

Disciplina a transferência de créditos de ICMS acumulados em conta gráficam em decorrência de operações ou prestação de serviços destinados ao exterior, ou se operações de saída abrangidas por diferimento.

**Decreto no. 950, de 31/3/2003**

Altera o Regulamento do ICMS no que se refere ao local, à forma e aos prazos de pagamentos do imposto.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=31596&indice=1&totalRegistros=1>

**Decreto no. 950, de 31/3/2003**

Trata do ICMS incidente sobre a importação de bens de capital e de insumos, components, peças e partes, quando realizada através de portos ou aeroportos paranaenses. Fica dispensando o pagamento do ICMS no momento do desembaraço0 aduaneiro dos bens. O imposto sera lançado em conta gráfica, à razão de 1/48 por mês, compensável na forma do regulamento do imposto.

**Decreto no. 949, de 31/3/2003**

Altera o Regulamento do ICMS no que se refere ao diferimento do pagamento do imposto nas saídas internas de mercadorias entre contribuintes.

Mais informações

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=31595&indice=1&totalRegistros=1>

**Decreto no. 949, de 31/3/2003**

Difere seis pontos percentuais do ICMS nas operações comerciais dentro do Paraná. A alíquota passou de 18% para 12%, exceto para o consumidor final.

**Outros benefícios fiscais**

Outros benefícios fiscais existem voltados para setores específicos, tais como: Tecnologia da Informação, petróleo e gás natural, biodiesel, agroindústria e cadeia de alimentos, etc.

**Pernambuco**

**Lei no. 13.690, de 16/12/2008**

Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo e social no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Mais informações

<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13690&complemento=0&ano=2008&tipo>=

**Prodepe - Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco**

Tem a finalidade de atrair e fomentar investimentos na atividade industrial e no comércio atacadista (modalidades de central de distribuição e comércio importador atacadista).

A concessão dos incentivos fiscais será diferenciada e atenderá aos seguintes aspectos: natureza da atividade; especificação dos produtos fabricados e comercializados; localização geográfica do empreendimento; e prioridade e relevância das atividades econômicas, relativamente ao desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

Para efeito de enquadramento visando utilização dos benefícios fiscais do Prodepe, no intuito de contemplar projetos industriais de implantação, ampliação ou revitalização, os produtos são alocados em agrupamentos especiais, prioritários e relevantes.

Agrupamento especial refere-se às atividades automobilística, farmacoquímica, siderúrgica, produção de laminados de alumínio a quente e de fabricação de vidros planos, temperados ou não. O benefício fiscal na modalidade de crédito presumido sobre o saldo devedor da apuração do ICMS referente a cada período fiscal será de até 95% e com prazo de fruição de 12 anos, prorrogável por igual período.

Consideram-se prioritários ao desenvolvimento de Pernambuco as cadeias produtivas: agroindústria (exceto a sucroalcooleira), metalmecânica e de material de transporte, eletroeletrônica, farmacoquímica, bebidas, minerais não-metálicos (exceto cerâmica vermelha), plásticos, têxtil e de móveis. Quanto ao crédito presumido a ser utilizado sobre o saldo devedor, o mesmo será utilizado conforme a seguinte localização geográfica da empresa beneficiada: 1) Município localizado fora da Região Metropolitana do Recife (75%), Região da Zona da Mata (85%), Região do Agreste (90%) e na Região do Sertão (95%). Todos os benefícios com prazo de fruição de 12 anos, prorrogável por igual período.

Os demais produtos não enquadrados nos agrupamentos especiais e prioritários serão denominados relevantes e receberão um crédito presumido de 47,5% se a empresa estiver localizada no âmbito da região metropolitana do Recife; e de 75% caso o estabelecimento esteja localizado em município fora da RMR (Região Metropolitana do Recife). O prazo de fruição para o agrupamento relevante é de 8 anos, prorrogável por igual período.

Para a modalidade de Comércio Atacadista, o Prodepe contempla benefício fiscal voltado para o fomento e investimento da Atividade Portuária, abrangendo diferimento do ICMS nas operações de importação e aplicação de crédito presumido variável a depender da alíquota do produto (de 3,5% a 10%) para as operações internas, e um crédito presumido de até 47,5% do imposto apurado para as operações interestaduais. O prazo de fruição para esta modalidade será de 7 anos, prorrogável por igual período.

Complementado o setor atacadista, o benefício fiscal do Prodepe estimula a implantação e ampliação de Centrais de Distribuição, oferecendo um crédito presumido correspondente a 3% do valor total das saídas nas operações interestaduais, e do mesmo montante (3%) nas operações de entradas oriundas de transferências de mercadorias de estabelecimentos industriais localizados em outras unidades da federação. O prazo de fruição será de 15 anos, prorrogável por igual período.

A concessão dos referidos benefícios fiscais do Prodepe serão outorgados por Decreto do Poder Executivo em nome das empresas beneficiadas, e será publicado em Diário Oficial do Estado, tendo sua vigência de fruição a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessivo.

Mais informações:

Manual de apoio à implantação de empreendimentos em Pernambuco

http://issuu.com/addiper/docs/manual1-addiper\_\_2\_

**Rio de Janeiro**

**Decreto no. 43.117, de 5/8/2011**

Dispõe sobre a concessão de tratamento tributário especial para centros de pesquisa e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=159539>

**Decreto no. 43.117, de 5/8/2011 – Artigos 1, 2 e 3**

Fica concedido Tratamento Tributário Especial para os Centros de Pesquisa estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro.

Entende-se como Centro de Pesquisa aquele que exerce atividades de P,D&I tecnológica.

Para os estabelecimentos de que trata o art.1 fica concedido diferimento de ICMS nas seguintes operações:

- nas importações e aquisições internas de máquinas, equipamentos, partes e peças, a serem utilizados nas atividades de pesquisa e destinados a compor o seu ativo fixo

- no diferencial de alíquota das aquisições interestaduais de máquinas, equipamentos, partes e peças a serem utilizados nas atividades de pesquisa e destinados a compor o seu ativo fixo.

Para os estabelecimentos de que trata o art.1, fica concedida isenção de ICMS nas operações de importação e aquisição interna de insumo, material prima e produto acabado destinados às suas atividades de pesquisa.

**Decreto no. 42.302, de 12/2/2010**

Regulamenta a Lei no. 5.361, de 29 de dezmebro de 2008, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=6119>

**Lei no. 5.361, de 29/12/2008**

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=5175%20>

**Lei no. 4.321, de 10/5/2004**

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e dá outras providências.

Mais informações

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/e45fd2919749d2ae83256e920067deca?OpenDocument>

**Decreto no. 33.981, de 29/9/2003**

Concede crédito presumido, redução da base de cálculo, diferimento do ICMS e dá outras providências.

Mais informações

<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/132386/decreto-33981-03>

**Decreto no. 31.079, de 27/3/2002**

Institui o Programa de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio de Janeiro - RioTecnologia e dá outras providências.

Mais informações

<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/148649/decreto-31079-02>

**RioInvest (Decreto no. 31.079, de 27/3/2002)**

Beneficiados: empresas do setor de Desenvolvimento Tecnológico, no Estado do Rio de Janeiro.

Critérios para enquadramento:

- Projetos

- instalação, relocalização ou ampliação de empresas destinadas a produzir bens e serviços, desde que correspondam a um investimento de, no mínimo, 150 mil UFIRs/RJ, e, no caso de relocalização ou ampliação, acarretem a expansão de, no mínimo, 30% da capacidade produtiva

- transferência de tecnologia e de desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços, em empresas situadas no Estado do RJ: investimentos de, no mínimo, 100 mil UFIRs/RJ e sejam contratados junto a entidades de pesquisa localizadas no Estado do Rio de Janeiro

- investimento de empresas localizadas no Estado do RJ destinados à constituição, ampliação e modernização de parques e polos tecnológicos, instituições de pesquisa e incubadoras de empresas de base tecnológica, vinculadas a uma destas entidades: investimento de, no mínimo, 100 mil UFIRs/RJ

- Projetos em parques e polos tecnológicos

- instalação, relocalização ou ampliação de empresas, localizadas nestes ambientes, destinadas a produzir bens e serviços: investimento de, no mínimo, 100 mil UFIRs/RJ, e, no caso de relocalização ou ampliação, expansão de, no mínimo, 30% da capacidade produtiva

- desenvolvimento de novos produtos, processos e serviceos em que empresas localizadas em parques e polos tecnológicos: investimento de, no mínimo, 80 mil UFIRs/RJ

Prazo de utilização: até 60 meses ou até atingir o valor total do financiamento.

Carência: até 60 meses, incluído o period de utilização.

Prazo de amortização: até 60 meses pelo sistema Price.

Valor do financiamento: 200% do valor em UFIRs, do investimento fixo, acrescido dos valores dos projetos de P&D a serem realizados.

Liberação de recursos: parcelas mensais equivalents, no máximo, 9% do faturamento adicional apurado no mês anaterior a cada liberação condicionada à liberação de que foram atingidos os objetivos do projeto.

Remuneração: cobrado da financiada 1% do valor de cada parcela do financiamento contratado, cabendo 0,5% à CODIN e 0,5% ao agente financeiro, e este receberá um adicional de 1% do valor de cada parcela de juros e de amortização, a ser pagan as respectivas datas de vencimento.

Juros nominais: 6%aa fixos devidos trimestralmente durante a carência, e mensalmente durante a amortização.

Garantias: 100% do valor do financiamento nas modalidades usualmente aceitas pelo Estado, licença ambiental ou document de efeito equivalente, e licença de operação.

**Decreto no. 23.012, de 25/3/1997**

Institui o Programa de Atração de Estruturantes e dá outras providências.

Mais informações

<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90686/decreto-23012-97>

**RioInvest (Decreto no. 23.012, de 25/3/1997)**

Beneficiados: empreendimentos privados de grande porte (investimentos industriais estratégicos e prioritários para o Estado).

Critérios para enquadramento:

- investimento superior a R$ 64 milhões ou

- geração de, pelo menos, 400 novos postos de trabalho ou

- introdução de tecnologia de ponta de efeito multiplicativo

Condições de financiamento (limite de crédito, taxa de juros, prazos de utilização, carência e amortização, garantias): definidas e negociadas de acordo com cada projeto.

**Rio Grande do Sul**

**Lei no. 13.843, de 5/12/2011**

Introduz modificações na Lei no. 11.916, de 2 de junho de 2003, que institui o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS), cria o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (Integrar/RS), e dá outras providências.

Mais informações

http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=156095

**Lei no. 13.196, de 13/7/2009 (conhecida como Lei da Inovação do Rio Grande do Sul)**

Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Mais informações

<http://nitpar.pr.gov.br/files/2009/07/13196-rs.pdf>

**Lei no. 13.196, de 13/7/2009 (Lei da Inovação do RS)**

A lei visa estimular a formação de parcerias estratégicas voltadas à busca de autonomia tecnológica, capacitação e competitividade no processo de desenvolvimento industrial e social no Estado do Rio Grande do Sul.

Entre as medidas, a Lei prevê:

- tratamento diferenciado e simplificado para os fornecedores do Estado enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, quando envolvam inovação

- apoio à implantação e à consolidação de parques científicos e tecnológicos, e de incubadoras de base tecnológica, objetivando a expansão de investimentos em pesqusia científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias como instrumentos viabilizadores da ampliação de competitividade da economia gaúcha

- apoio à implantação e à consolidação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), objetivando a expansão de investimentos em pesquisa científica e tecnológica, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de novas tecnologias, novos processos, produtos ou serviceos, como instrumentos viabilizadores da ampliação de competitividade da economia gaúcha

- autorização para a ainstituição de políotica de incentivos financeiros e fiscais, fundos ou linhas especiais de créditos com vista à consecução dos objetivos da lei, tendo como beneficiaries universidades e outras entidades e/ou empresas para tanto expressamente autirizadas, desde que com unidade produtora e/ou centro de pesqusia instalado no Estado do Rio Grande do Sul, bem como pesquisadores e cientistas domiciliados no Estado

**Lei no. 11.916, de 2/6/2003**

Institui o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS), cria o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (Integrar/RS), e dá outras providências.

Mais informações

http://www.fisconet.com.br/user/legis03/estadual\_leis/11916.htm

**Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS)**

O Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS) (Lei no. 11.916/2003, atualizada até a Lei no. 13.843, de 5 de dezembro de 2011) é um instrumento de parceria do governo do Estado com a iniciativa privada, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do Rio Grande do Sul. O FUNDOPEM/RS não libera recursos financeiros para o empreendimento incentivado. Este empreendimento é apoiado por intermédio do financiamento parcial do ICMS incremental mensal devido gerado a partir da sua operação.

**Diretrizes fundamentais:**

* A descentralização estratégica da produção industrial
* A redução de desigualdades regionais
* O desenvolvimento do parque industrial considerando-se os arranjos produtivos locais
* A competitividade da atividade industrial e agroindustrial
* A geração significativa de empregos
* O desenvolvimento ou a incorporação de avanços tecnológicos e de inovações de processos e produtos
* A complementação das cadeias produtivas da economia estadual
* O respeito ao meio ambiente

**Condições de concessão:**

* Geração de emprego e massa salarial
* Realização de investimentos fixos
* Estar em situação de regularidade em operações contratuais junto à CaixaRS, Banrisul e BRDE
* Regularidade com obrigações fiscais e ambientais

**Condições do financiamento:**

* Limite total do financiamento: até 100% dos investimentos fixos do empreendimento
* Limite mensal: até 9% do faturamento bruto incremental, não podendo exceder ao valor correspondente a 90% do ICMS incremental devido
* Prazo de carência: até 60 meses para cada parcela mensal do ICMS financiado
* Prazo de amortização: até 96 meses para cada parcela mensal do ICMS financiado
* Prazo de fruição: até 96 meses
* Custo financeiro: IPCA/IBGE
* Juros: até 4%aa

**Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (INTEGRAR/RS)**

É um incentivo adicional ao FUNDOPEM/RS, como abatimento na forma de percentual, incidente sobre cada parcela a ser amortizada do financiamento, incluindo o valor principal e os respectivos encargos. Este percentual varia entre 10% e 90%.

O percentual de abatimento é determinado por empreendimento, considerando: o município de localização do empreendimento; a geração de emprego e incremento da massa salarial; e o impacto ambiental.

**Santa Catarina**

**Decreto no. 2.372, de 9/6/2009**

Regulamenta a Lei no 14.328, de 15 de janeiro de 2008, quedispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Mais informações

<http://www.fapesc.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=26>

**Lei no. 14.328, de 15/1/2008**

Dispõe sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Mais informações

http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp

**Decreto no. 704, de 17/10/2007**

Regulamenta a Lei no. 13.342, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=39&Itemid=46&lang>

**Lei no. 13.342, de 10/3/2005**

Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC - e estabelece outras providências.

Mais informações

<http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=39&Itemid=46&lang>

## Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)

Tem como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo, a postergação, equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado pelo novo projeto.

Requisitos:

* Gerem emprego e renda à sociedade catarinense
* Incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia de Santa Catarina
* Contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento dos municípios e da região
* Aqueles direcionados a obras de infraestrutura, especialmente rodovias, ferrovias, portos e aeroportos de Santa Catarina

Montante do incentivo: até 100% dos investimentos fixos do projeto, exceto o terreno e capital de giro.

Percentual máximo do incentivo: 75% do incremento do ICMS gerado exclusivamente pelo novo investimento.

Carência: 48 meses (atividades industriais em geral) e 120 meses (atividades siderúrgicas/automotivas).

**São Paulo**

**Decreto no. 54.690, de 18/8/2009**

Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº [1.049](http://www.jusbrasil.com/legislacao/156177/lei-complementar-1049-08-s%C3%A3o-paulo-sp), de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo

Mais informações

http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/818691/decreto-54690-09

**Lei Complementar no. 1.049, de 19/6/2008**

Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas

Mais informações

<http://www.inovacao.usp.br/images/pdf/Lei%20Complementar%201.049%20de%2019%20jun.%202008.pdf>

**Facilitação e desoneração fiscal**

Com o objetivo de reduzir o custo de produção e estimular o crescimento da economia, o governo do Estado oferece vários incentivos fiscais que beneficiam diversos setores produtivos. Entre eles, destacam-se:

* **Redução de alíquota do ICMS de 18% para 12%:** dentre os produtos beneficiados estão brinquedos, couro e calçados, produtos alimentícios, cosméticos, entre outros.
* **Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec):** utilização de crédito acumulado do ICMS apropriado ou passível de apropriação, para pagamentos de itens estabelecidos em decreto.
* **Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (Pró-Veículo):** permite a utilização do crédito acumulado do ICMS apropriado ou passível de apropriação, para pagamentos de itens estabelecidos em decreto pelas empresas do segmento que apresentem projeto de investimento para a modernização, ampliação de plantas industriais, construção de novas fábricas, desenvolvimento de novos produtos ou ampliação dos seus negócios no Estado.
* **Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados (Pró-Informática):** utilização do crédito acumulado do ICMS apropriado para pagamentos de itens estabelecidos em decreto, pelas empresas do segmento que apresentem projeto de investimento para a modernização ou ampliação de suas plantas industriais, construção de novas unidades, desenvolvimento de novas tecnologias, novos produtos ou ampliação dos seus negócios no Estado.
* **Programa de Incentivo ao Setor Ferroviário (Pró-Trens):** suspensão do lançamento do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro decorrente de importação de mercadorias sem similar nacional, estabelecidas em decreto.

**INCENTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS**

**Salvador (Bahia)**

As empresas que se instalam no Parque Tecnológico da Bahia têm os seguintes benefícios fiscais:

* Redução de Imposto sobre Serviço (ISS) de 5% para 2% na prestação de serviços
* Redução de Imposto sobre Serviço (ISS) de 5% para 2% na construção de empreendimentos
* Isenção de Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU)
* Isenção de Imposto de Transferência Intervivos (ITIV)

**Mais informações**

http://www.secti.ba.gov.br/parque/wp-content/uploads/2012/10/BOOK-PARQUE-TECNOLOGICO.pdf

**Fortaleza (Ceará)**

**Lei Complementar no. 0090, de 20/7/2011**

Implementa a Lei Complementar Federal n° 128/08, no Município de Fortaleza, para estabelecer regras especiais para o microempreendedor individual e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/legislacao/gerados/leis/LC_N0090_2011.pdf>

**Decreto no. 12.660, de 23/4/2010**

Estabelece o Regulamento do Polo Tecnológico de Fortaleza (PTFOR) e do Polo Criativo de Fortaleza (PCFOR), e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u2015/decreto_12.660_04_2010.pdf>

**Lei no. 9.585, de 30/12/2009**

Dispõe sobre a criação dos programas Polo Tecnológico de Fortaleza - PTFOR, e Polo Criativo de Fortaleza - PCFOR, para o fomento de empresas de base tecnológica e o desenvolvimento sociocultural do município de Fortaleza e dá

outras providências.

Mais informações

<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br/legislacao/gerados/leis/LEI_N9585_2009.pdf>

**Incentivos fiscais em Fortaleza**

Com o objetivo de desenvolver os negócios locais e atrair novos investimentos, o município de Fortaleza disponibiliza incentivos fiscais para empresas que desejam expandir seus negócios ou se instalar na cidade.

Programa Polo Tecnológico e Criativo de Fortaleza: apoia empreendimentos produtivos por meio da concessão de benefícios fiscais e materiais a pessoas jurídicas que desenvolvem atividades de base tecnológica e às atividades culturais, mediante prestação de contrapartidas socioeconômicas por parte dos beneficiários.

Programa de Incentivos aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) para o Desenvolvimento do Município de Fortaleza (PRODEFOR): concede incentivos fiscais a pessoas jurídicas, inclusive Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Os benefícios fiscais do Programa Polo Tecnológico são:

- Desconto de 50% na alíquota do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para áreas-polo e de 100% para áreas-parque tecnológico

- Desconto de 60% na alíquota do Impostos sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para áreas-polo e áreas-parque tecnológico

- Desconto de 80% na alíquota do Imposto sobre Transmissão Iter-vivos de Bens Imóveis (ITBI), no caso de adquirir área no local incentivado , para áreas-polo e de 100% para ares-parque tecnológico

Os benefícios fiscais do PRODEFOR são:

- Desconto de 8% a 35% na alíquota do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

- Desconto de 4% a 48,72% na alíquota do Impostos sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para áreas-polo e áreas-parque tecnológico

**Belo Horizonte (Minas Gerais)**

**Decreto no. 14.590, de 27/9/2011**

Dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresa – PROEMP.

Mais informações

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Claudia%20Muller/My%20Documents/Downloads/Decreto%2014590_set_2011.pdf>

**Lei no. 7.638, de 19/1/1999**

Cria o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, o Conselho Municipal de Desenvolvimento conômico e dá outras providências.

Mais informações

http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237360/lei-7638-99

**Curitiba (Paraná)**

**Lei Complementar no. 87, de 3/7/2012**

Altera o § 1º do art. 2º e revoga os §§ 1º ao 6º do art. 4º da Lei Complementar no. 64, de 18 de dezembro de 2007.

Mais informações

<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-complementar/2012/8/87/lei-complementar-n-87-2012-altera-o-1%C2%BA-do-art-2%C2%BA-e-revoga-os-1%C2%BA-a-6%C2%BA-do-art-4%C2%BA-da-lei-complementar-n%C2%BA-64-de-18-de-dezembro-de-2007.html>

**Decreto no. 646, de 28/3/2011**

Aprova o Regulamento da Lei Complementar Municipal no. 39/2001 e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/arquivos/Decreto646_2011.pdf>

**Lei Complementar no. 69, de 21/11/2008**

Acresce § 6º ao art. 4º da Lei Complementar no. 64, de 18 de dezembro de 2007.

Mais informações

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=13818&pesquisa>=

**Lei Complementar 69/2008**

Curitiba Tecnoparque – Estende os benefícios às empresas dos setores estratégicos de alta tecnologia especificados para o Tecnoparque que, na data da assinatura da Lei Complementar no. 64/2007, possuíssem centro ativo de pesquisa, desenvolvimento e inovação independentemente do local da cidade em que estejam instalados. O incentivo prevê a redução da alíquota do ISS para 2%.

**Decreto no. 310, de 17/4/2008**

Aprova o regulamento do Programa Curitiba Tecnoparque, instituído pela Lei Complementar no. 64/2007, e dá outras providências.

Mais informações

<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2008/31/310/decreto-n-310-2008-aprova-o-regulamento-do-programa-curitiba-tecnoparque-instituido-pela-lei-complementar-n%C2%BA-64-2007-e-da-outras-providencias-2008-04-17.html>

**Lei Complementar no. 64, de 18/12/2007**

Institui, no âmbito da Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A., o Programa Curitiba Tecnoparque e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=925&pesquisa>=

**Lei Complementar 64/2007**

Curitiba Tecnoparque – trata-se de incentivo às empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia. Possibilita a redução da alíquota do ISS para 2%, isenção do ITBI, isenção por 10 anos do IPTU, taxas de serviços e pelo poder de polícia, cotribuição de melhoria, redução de 50% do IPTU, incidente, pelo prazo de 5 anos, sobre o imóvel locado a contar do exercício posterior à data de locação.

As atvidades a serem beneficiadas por esse incentivo são:

1. fabricação e serviços em sistemas de telecomunicações

2. fabricação de equipamentos e serviços de informática

3. pesquisa e desenvolvimento tecnológicos

4. design

5. laboratórios de ensaios e testes de qualidade

6. instrumentos de precisão e de automação industrial

7. biotecnologia, nanotecnologia, novos materiais, tecnologas em saúde e em meio ambiente

8. outros setores produtivos, quando baseados em atividades tecnológicas

**Lei Complementar no. 58, de 28/12/2005**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 40, de 18 de dezembro de 2001, com alterações decorrentes das Leis Complementares nºs 45, de 19 de dezembro de 2002, 48, de 9 de dezembro de 2003, e 52 de 10 de novembro de 2004, e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=919&pesquisa>=

**Lei Complementar 58/2005**

Estende o benefício de redução do ISS para 2% para as seguintes atividades:

1. arrendamento mercantil (*leasing*)

2. serviços para destinatários no exterior

3. operadoras de plano de assistência à saúde e cooperativas de serviços

4. escolas do ensino fundamental, educação pré-escolar, educação média de formação geral e ensino

5. atividades de unidade de central de atendimento (*call centers*) e de assistência técncia remota

**Lei Complementar no. 39, de 18/12/2001**

Cria o Programa Curitiba Tecnológica, estabelece regime especial para microempresas e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=900&pesquisa>=

**Lei Complementar 39/2001**

ISS Tecnológico – redução do ISS para empresas estabelecidas há mais de 2 anos no município, para ser aplicado em depesas específicas.

**Lei Complementar no. 22, de 3/6/1998**

Dispõe sobre incentivos fiscais para empresas que desenvolvem programas de "Software'', instaladas no Setor Especial do Parque de Software da Cidade Industrial de Curitiba.

Mais informações

<http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=883&pesquisa>=

**Lei Complementar 22/1998**

Oferece às empresas que se instalarem no Parque de Software isenção do ITBI, isenção por 10 anos para o IPTU, taxas pelo exercício do poder de polícia, contribuição de melhoria e redução do pagamento do ISS para 2%.

**Programa ISS Tenológico – Incentivo fiscal às empresas prestadoras de serviço para o desenvolvimento científico e tecnológico**

O objetivo do Programa é fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico no município, permitindo a dedução do Imposto sobre Serviços (ISS) às empresas prestadoras de serviços. O Programa é disciplinado pela Lei Complementar no. 39/01 e pelo Decreto no. 646/2011.

Para participar os empresários devem comprovar recolhimento regular do ISS e apresentar crescimento real anual do tributo. As empresas que têm recolhimento anual inferior a R$ 360 mil podem ter um incentivo de até 50% do ISS recolhido no ano anterior. Já para as empresas que apresentam recolhimento superior a esse valor, o incentivo pode ser de até 20%. Além disso, 80% do valor do incentivo obrigatoriamente devem ser aplicados dentro do município.

Os projetos podem contemplar:

* Aquisição de equipamentos, exceto veículos
* Aquisição de *softwares*
* Livros técnicos e periódicos
* Capacitação de recursos humanos
* Serviços de consultoria
* Despesas com viagens e diárias
* Infraestrutura física
* Entre outros

**Mais informações:**

(41) 3221-9913

freimann@agenciacuritiba.com.br

http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=9

**Programa Curitiba Tecnoparque – Estímulo ao desenvolvimento de setores de alta tecnologia**

O objetivo é fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e instituições de ciência e tecnologia, e difundir a cultura de conhecimento e inovação de setores estratégicos de alta tecnologia no município. O Programa é disciplinado pela Lei Complementar no. 64/2007 e pelo Decreto no. 310/2008, a qual foi alterada pela Lei Complementar no. 87/2012.

Os setores de atividades incentivados pelo Programa são:

* Sistemas de telecomunicações: equipamentos e serviços
* Equipamentos de informática: *hardware* e periféricos
* Serviços de informática: desenvolvimento de *software*, consultoria em *hardware* e *software*, gestão de dados e distribuição eletrônica de informações
* Pesquisa e desenvolvimento
* Design
* Laboratórios de ensaios e testes de qualidade
* Instrumentos de precisão e automação industrial;
* Novas tecnologias: biotecnologia, nanotecnologia, saúde, novos materiais e tecnologias ambientais

**Parque de Software (Lei Complementar no. 22/1998)**

O município de Curitiba, na busca do desenvolvimento de tecnologia de ponta, em especial na área de informática, criou o Parque de Software como proposta para transformar a cidade em um importante centro de excelência de nível internacional.

O Parque destina-se a oferecer base física compatível com as necessidades empresariais, institucional e mercadológica para implantação e expansão de empresas de engenharia de *software* ou de desenvolvimento de processos e produtos nessa área de especialização.

Incentivos fiscais específicos:

* Alíquota de 2% do Imposto Sobre Serviços (ISS)
* Isenção do imposto sobre Transmissões de Bens Imóveis (ITBI) por ato intervivos quando da aquisição de terreno localizado no Setor Especial do Parque de Software destinado à implantação da empresa ou ampliação de sua área física
* Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por 10 anos
* Isenção de taxas pelo exercício do poder de polícia por 10 anos
* Isenção Contribuição de Melhoria por 10 anos

**Incentivos do Programa Curitiba Tecnoparque**

As empresas enquadradas quando da obtenção da aprovação dos seus projetos no Tecnoparque passam a contar com o seguinte regime de tributário:

* Alíquota de 2% de Imposto sobre Serviço (ISS)

Quando implantadas no Núcleo Empresarial, o regime de tributação imobiliária dessas empresas será de:

* Isenção do Imposto Sobre a Transmissão intervivos de Bens Imóveis (ITBI) referente à aquisição de imóvel destinado à sua implantação ou ampliação de atividades
* Isenção, pelo prazo de 10 anos, dos seguintes tributos: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e taxas de serviços e pelo poder de polícia e contribuição de melhoria
* Redução de 50% do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pelo prazo de 5 anos, incidente sobre o imóvel locado a contar do exercício posterior à data de locação

**Recife (Pernambuco)**

**Decreto no. 27.300, de 21/8/2013**

# Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

Mais informações

https://www.leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2013/2730/27300/decreto-n-27300-2013-regulamenta-o-tratamento-diferenciado-e-simplificado-para-as-microempresas-empresas-de-pequeno-porte-e-microempreendedores-individuais-nas-licitacoes-de-bens-servicos-e-obras-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-2013-08-21.html

**Lei no. 17.244, de 27/7/2006**

Institui o programa de incentivo ao Porto Digital mediante a concessão de benefícios fiscais condicionados.

Mais informações

<http://www.recife.pe.gov.br/sefin/legislacao/lei17244.php>

**Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)**

**Lei no. 2.590, de 27/11/1997**

# Dispõe sobre a redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza nas hipóteses que menciona e dá outras providências.

Mais informações

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/14451761/lei-n-2590-de-27-de-novembro-de-1997-do-municipio-do-rio-de-janeiro>

**Florianópolis (Santa Catarina)**

**Lei Complementar no. 432, de 7/5/2012**

# Dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, visando o desenvolvimento sustentável do município de Florianópolis.

Mais informações

<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2012/43/432/lei-complementar-n-432-2012-dispoe-sobre-sistemas-mecanismos-e-incentivos-a-atividade-tecnologica-e-inovativa-visando-o-desenvolvimento-sustentavel-do-municipio-de-florianopolis-2012-09-27.html>

**Lei Complementar no. 377, de 11/1/2010**

# Institui, de acordo com as normas gerais veiculadas pela Lei Complementar no. 123 de 2006, o regime tributário diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual, bem como acrescenta dispositivos à Lei Complementar no. 007 de 1997, e dá outras providências.

Mais informações

<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2010/37/377/lei-complementar-n-377-2010-institui-de-acordo-com-as-normas-gerais-veiculadas-pela-lei-complementar-n-123-de-2006-o-regime-tributario-diferenciado-e-favorecido-as-microempresas-empresas-de-pequeno-porte-e-para-o-microempreendedor-individual-bem-como-acrescenta-dispositivos-a-lei-complementar-n-007-de-1997-e-da-outras-providencias.html?wordkeytxt=empreendedores>

**São Paulo (São Paulo)**

**Instrução Normativa SF/SUREM no. 3, de 22/1/2014**

# Dispõe sobre a Declaração de Adesão ao Programa de Incentivos Fiscais – DPI, disciplina a adesão ao Programa de Incentivos Fiscais de que trata a Lei no. 15.931, de 20 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto no. 54.760, de 10 de janeiro de 2014, e altera a Instrução Normativa SF/SUREM no. 3, de 21 de maio de 2013.

Mais informações

<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/legislacao/IN-SF-Surem-03-2014.pdf>

* 1. OUTROS MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Aqui você encontra informações sobre outras formas de captar recursos para empresas.

As informações publicadas nesta seção foram retiradas dos sites oficiais das instituições. Aconselhamos que você visite regularmente estes sites para acessar as informações atualizadas.

**Crowdfunding**

O financiamento coletivo ou financiamento colaborativo (crowdfunding) consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo por meio da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa. O termo é, muitas vezes, usado para descrever ações/plataformas na Internet com o objetivo de arrecadar dinheiro para artistas, pequenos negócios, startups, campanhas políticas, filantropia e ajuda a regiões atingidas por desastres, entre outros. Ou seja, várias pessoas contribuem com pequenas quantias, de forma colaborativa, para viabilizar uma ideia, um negócio ou um projeto.

Muito conhecido e utilizado nos Estados Unidos para incentivar a criação de produtos inovadores, o crowdfunding no Brasil tem um perfil um pouco diferente. Aqui, os brasileiros veem a ferramenta mais como uma possibilidade de apoiar iniciativas sociais e da área cultural. No entanto, aos poucos projetos científicos começam a entrar na carteira de investimentos.

Hoje, convencionou-se dividir o financiamento colaborativo em quatro sub.temas: a) Doações; b) Recompensas; c) Equity Crowdfunding e d) Debt Crowdfunding.

* + 1. Doações. Utilizado em setores de caridade e financiamento a projetos pessoais. Não há contrapartida financeiras ou em espécie para os doadores, cuja motivação é só ajudar.
    2. Recompensas. O mais conhecido e considerado sinônimo de crowdfunding. Empresas e Empreendedores buscam recursos para tirar do papel um projeto específico e oferecem recompensas aos doadores, que variam de acordo com o montante alocado. Algumas plataformas no Brasil, Catarse.me <http://catarse.me/pt> e Impulso – site de crowdfuning para microempreendedores do Brasil <http://www.impulso.org.br/pt>; EmVista <http://emvista.me>.
    3. Equity Crowdfunding. Modalidade menos conhecida, porém já em atividade no país, com um caso (a platafrma de investimentos Broota). Focada em startups, o aporte não são mais oriundos de doadores e sim de investidores. No lugar de recompensas, recebem em troca a participação na empresa financiada, geralmente na forma de ações.
    4. Debt Crowdfunding. Mesma lógica do Equity, quem aporta recursos faz um investimento. Neste caso, o instrumento financeiro é um título de dívida, que paga juros ao investidor.

**ANALISANDO OS RECURSOS NAS SEGUINTES VARIÁVEIS**

Trata-se aqui de tentar alocar a oferta de recursos e subsídios existentes em três variáveis importantes, de acordo com os insumos identificados no item II deste documento, onde o fomento embute uma estratégia da instituição de fomento, com alocação de recursos para focos específicos. As variáveis são:

* **Alocação dos Recursos no *Template* do ciclo de desenvolvimento de um novo produto/serviço (Chesbrough)**
* **Por Porte da Empresa**
* **Por Etapa de Maturidade da empresa em relação ao ciclo de desenvolvimento de seus produtos/serviços e processos de comercialização.**

**Alocação dos Recursos no *Template* do ciclo de desenvolvimento de um novo produto/serviço (Chesbrough)**

Aqui se pretende caracterizar as fases do desenvolvimento de um produto/serviço, desde a ideação até a comercialização em uma empresa, independente de seu porte.



Em seguida, se pretende alocar os recursos/subsídios anteriormente listados em três conjuntos distintos.



**Relacionando os recursos:**

****

****



**Utilizando-se das variáveis Porte da Empresa e Etapa de Maturidade da empresa em relação ao ciclo de desenvolvimento de seus produtos/serviços e processos de comercialização.**

Em seguida, pretende-se discriminar os parâmetros estabelecidos para Porte das Empresas, de acordo com a legislação vigente, utilizados pelas Instituições de Fomento; além de estabelecer uma tipificação básica, e ainda incipiente, para maturidade de empresa, a fim de alocar os recursos disponíveis:



****

****

Pode-se concluir, primeiramente, que há grande oferta de Recursos e Subsídios para apoio à inovação disponíveis no Sistema Nacional de Inovação – SNI, para todas as fases do desenvolvimento de um produto/serviço inovador.

Os recursos disponíveis encontram-se concentrados em duas grandes faixas: oferta com limites de até R$ 1.000.000,00 e oferta cujo limite mínimo de captação inicia-se com R$ 1.000.000,00. Nesse sentido, o porte da empresa e sua capacidade econômica para a captação, em especial recursos com retorno (empréstimo), pode impactar na decisão do empresário.

Por fim, verifica-se a necessidade de se aprofundar na relação grau de maturidade da empresa em relação a sua adequação à oferta disponível. Em especial, na passagem da etapa inicial para a etapa de expansão em empresas do setor de P&G.

**O que ainda não foi mapeado**

* Fluxo Continuo dos Recursos em relação a periodicidade que estão disponíveis para as empresas,
* Mapeamento, para posterior análise, da relação de empresas que captaram os recursos em relação aos seu porte e sua maturidade,
* A participação dos Centros de Inovação do Sistema CNI/SENAI no Subsidio e Fomento,
* As especificidades e a oferta de subsidio e fomento de cada Estado/Município que concentra as empresas de P&G,
* A atuação da Petrobras na sua relação com a cadeia de fornecedores e com as ICTs (uso da clausula especial).

1. Um indicio de que muito do que foi mapeado estará em transformação em 2015 é a notícia que consta na página do BNDES, em 23 de dezembro de 2014, transcrita abaixo:

   *Políticas operacionais focam prioridades e ampliam uso de taxas de mercado*

   O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizou uma extensa revisão de suas políticas operacionais. **O objetivo do Banco é oferecer as melhores condições possíveis de taxa, prazo e nível de participação para setores considerados prioritários**. Ao mesmo tempo, o BNDES está ampliando o uso de indexadores de mercado em seus financiamentos e abrindo mais espaço para que outras fontes possam atuar também no financiamento de longo prazo.

   Entre os setores que serão financiados com taxas mais favoráveis estão **inovação,** infraestrutura, **energias renováveis**, transporte público de massa, transporte hidroviário e ferroviário, saneamento e melhoria da gestão pública. Projetos de meio ambiente e investimentos sociais das empresas também contam com as melhores condições.  Nestes financiamentos, **o referencial de custo financeiro é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que passou de 5% ao ano para 5,5% ao ano**, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).

   **As micro, pequenas e médias empresas continuam sendo prioridade, com financiamentos indexados à TJLP, e as melhores condições de  acesso ao crédito. As MPMEs, independente do setor, passarão a ser apoiadas com uma condição única: 100% de TJLP e participação de 70%.**

   Para outros setores, o BNDES preserva uma parcela do financiamento em TJLP, combinando-a com taxas de mercado. Com isso, o Banco poderá manter o suporte firme ao conjunto das empresas brasileiras, sustentando e ampliando a realização de investimentos, ao mesmo tempo em que se mantém alinhado às diretrizes do governo de racionalizar a utilização de recursos. [↑](#footnote-ref-1)
2. Marco Legal é o conjunto de leis, instruções normativas, decretos e acordos internacionais existentes no país, Estado ou nos mercados onde a empresa atua ou pretende atuar. [↑](#footnote-ref-2)
3. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8661.htm> [↑](#footnote-ref-3)
4. http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/Ant2001/lei953297.htm [↑](#footnote-ref-4)
5. É importante observar que somente as empresas que utilizam o regime contábil de Lucro Real podem acessar os benefícios da Lei do Bem. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver cap. 1 [↑](#footnote-ref-6)
7. Ver anexo definições [↑](#footnote-ref-7)
8. **Porte da empresa -** A classificação de porte de empresa adotada pelas instituições de fomento e aplicável a todos os setores está resumida no quadro a seguir:

   |  |  |
   | --- | --- |
   | Microempresa | Menor ou igual a R$ 3,6 milhões |
   | Pequena empresa | Maior que R$ 3,6 milhões e menor ou igual a R$ 16 milhões |
   | Média empresa | Maior que $ 16 milhões e menor ou igual a R$ 90 milhões |
   | Média-grande empresa | Maior que R$ 90 milhões e menor ou igual a $ 300 milhões |
   | Grande empresa | Maior que R$ 300 milhões |

   [↑](#footnote-ref-8)
9. Ver políticas públicas – cap. 1 [↑](#footnote-ref-9)
10. Idem [↑](#footnote-ref-10)
11. Ver anexo com definições [↑](#footnote-ref-11)
12. Idem [↑](#footnote-ref-12)
13. Idem [↑](#footnote-ref-13)
14. http://www.cnpq.br/web/guest/fomento-tecnologico [↑](#footnote-ref-14)
15. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\_pt/Ferramentas\_e\_Normas/Roteiros\_e\_Manuais/roteiro.html [↑](#footnote-ref-15)
16. http://www.finep.gov.br/30dias/ [↑](#footnote-ref-16)
17. ITEM PORTE DE EMPRESA, EM DEFINIÇÕES [↑](#footnote-ref-17)
18. http://www.brasilmaior.mdic.gov.br [↑](#footnote-ref-18)
19. RECURSOS REEMBOLSÁVEIS >> AGENCIAS ESTADUAIS DE FOMENTO >> DESENVOLVE SP >> LINHA FUNCET [↑](#footnote-ref-19)
20. http://www.bb.com.br/portalbb/page100,108,3217,8,0,1,2.bb?codigoNoticia=404&codigoMenu=113&codigoRet=475&bread=3\_8 [↑](#footnote-ref-20)
21. <http://www.bb.com.br/docs/pub/gov/dwn/Cartilha.pdf> [↑](#footnote-ref-21)
22. [www.embrapii.org.br](http://www.embrapii.org.br) [↑](#footnote-ref-22)
23. Contrapartida: no caso de Empresas participarem do projeto devem aportar ao projeto recursos financeiros e/ou não financeiros, desde que economicamente mensuráveis. [↑](#footnote-ref-23)
24. Os Comitês Gestores são constituídos por representantes de ministérios, das agências reguladoras, da comunidade científica e do setor empresarial. [↑](#footnote-ref-24)
25. http://www.garantinorterj.org.br/ [↑](#footnote-ref-25)
26. agradecimento especial à Ada Cristina Gonçalves, que preparou esta seção para a REDETEC [↑](#footnote-ref-26)
27. ver glossário [↑](#footnote-ref-27)
28. Guia ABVCAP <http://www.abvcap.com.br/industria-de-pe-vc/guia-pe-vc.aspx?c=pt-br> [↑](#footnote-ref-28)